

ROSEMARY TONHOSOLO JORDÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**A COMUNICAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE AÇÃO
SOCIAL: O BANCO DO POVO**

**FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
CÁSPER LÍBERO**

**São Paulo
2006**

ROSEMARY TONHOSOLO JORDÃO

**A COMUNICAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE AÇÃO
SOCIAL: O BANCO DO POVO**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação no programa *stricto sensu*, da Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientadora: Professora Doutora Heloiza Helena Gomes de Matos.

**FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
CÁSPER LÍBERO**

**São Paulo
2006**

Banca Examinadora

São Paulo, 18 de dezembro de 2006.

Dedico este trabalho a
minha amada filha Maria Carolina Jordão e
ao meu querido marido Antonio Narciso.

Por sua orientação e amizade, agradeço a Profa. Dra. Heloiza Matos, e também o Coordenador do Curso de Pós-Graduação da Cásper Líbero, Prof. Dr. Laan Mendes de Barros, que tornou possível esta conquista.

Uma paz duradoura não pode ser alcançada se a população não encontrar maneiras de sair da pobreza. O desenvolvimento econômico contribui para a democracia e os Direitos Humanos.

**Comitê do Nobel
Noruega, Oslo, 2006.**

RESUMO

Esta dissertação de mestrado inspirou-se no modelo mundial do banco dos pobres, ou Banco do Povo, idealizado por Mohammed Yunus, Prêmio Nobel da Paz 2006. Assim, em primeiro lugar, buscou-se mostrar um panorama histórico acerca das relações de trabalho e dos modelos produtivos que vêm sendo adotados no mundo a partir da Revolução Industrial, e que são preponderantes até hoje. Depois, em contraponto a esses padrões, apresentou-se o cooperativismo como alternativa, inclusive na sua modalidade de microcrédito. Dado o contexto, a pesquisa procurou compreender o funcionamento do Banco do Povo, mais especificamente. Desde o princípio, na tentativa de captar os fatores conjunturais responsáveis pelo sucesso do projeto, notou-se ser a Comunicação um elemento estratégico a contribuir diretamente na eficiência dos programas do Banco do Povo e o alcance de sua ação social. Portanto, pode-se afirmar que o objetivo desta dissertação é verificar se as teorias da comunicação interpessoal e de comunicação de pequenos grupos aplicam-se ao caso concreto.

ABSTRACT

This master's degree thesis found its inspirations on the world-wide success reached by the Grameen Bank (literally, "Bank of the Villages", in Bangla) idealized by the 2006 Nobel Peace Prize, Mr Mohammed Yunus. Firstly, a study has been made to show a historical overview about the relationships between work and the productive models which have been adopted around the world since the Industrial Revolution, which are still prevalent nowadays. Later, in opposition to these relationship patterns, an alternative emerged - the cooperative system, as well as in its modality of microcredit. Given the context, the research focused specifically on the understanding of the Grameen Bank way of functioning. From the beginning, the attempt was to find out the circumstantial factors responsible for this project's success and it was noticed that Communication was a strategic element that contributed directly towards the efficiency of the Grameen Bank's programs. Therefore, one could make the affirmation that the objective of this thesis was to verify whether the interpersonal communication and the communication of small group theories applied to this concrete case, the so called "bank of the villages".

LISTA DE FIGURAS

Quadro 1	Atuação das Cooperativas em Diversas Localidades	49
Quadro 2	Conceituações Usadas no Cooperativismo	50
Quadro 3	Princípios Doutrinários do Cooperativismo	51
Quadro 4	Os Ramos do Cooperativismo	52
Quadro 5	Relação das Instituições	69
Quadro 6	Localidades com Modelo Grameen	79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Evolução do nº de indigentes pobres – 2001/2004– Brasil	36
Tabela 2	Proporção da população em situação de pobreza – 2001/2004 – Brasil e regiões	36
Tabela 3	Nº de pobres – 2001/2004 – Brasil e regiões	37
Tabela 4	Evolução do nº de pobres – 2001/2004 – Brasil e regiões	38

GRÁFICOS

Gráfico 1	Proporção da população em situação de indigência –	
	2001/2004 – Brasil	36
Gráfico 2	Proporção da população em situação de pobreza –	
	2001/2004 – Brasil	37
Gráfico 3	Nº de indigentes –2001/2004 – Brasil	37
Gráfico 4	Nº de pobres – 2001/2004 – Brasil	38

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1. A CONTA SOCIAL DO CAPITALISMO E DA GLOBALIZAÇÃO	16
1.1 A Dinâmica do Capitalismo	16
1.2 O Pós-Capitalismo e a Globalização	22
1.3 Modelos de Desenvolvimento no Pós-Capitalismo	27
1.4 Desigualdade, Pobreza e Indigência	31
CAPÍTULO 2. A GÊNESE DO COOPERATIVISMO COMO ALTERNATIVA AO CAPITALISMO	40
2.1 A Mudança na Natureza do Trabalho	40
2.2 O Trabalho no Cooperativismo	45
2.3 As Cooperativas de Crédito como Modalidade do Cooperativismo	53
2.4 O Banco de Crédito Popular do Brasil	55
CAPÍTULO 3. O BANCO DO POVO ATUA COMO BANCO SOCIAL	58
3.1 As Microfinanças e o Microcrédito	58
3.2 Os Organismos de Apoio	65
3.3 A Rede CEAPE	68
3.3.1 Missão e Objetivo	71
3.3.2 Acesso ao crédito	71

3.3.3	Modalidades de Microcrédito	72
3.3.4	Valor e forma de pagamento	73
3.3.5	Exercício da cidadania	74
3.4	Breve Histórico do Bank Grameen	74
3.4.1	O Prêmio Nobel da Paz 2006	79
CAPÍTULO 4. A CONTRIBUIÇÃO DA COMUNICAÇÃO PARA O BANCO DO POVO		81
4.1	A Percepção de Mundo e a Formação de Grupos	81
4.2	A Importância da Comunicação nos Pequenos Grupos	83
4.3	Prestígio, Influência Pessoal e Credibilidade	88
CONCLUSÃO		94
BIBLIOGRAFIA		97
ANEXOS O BANCO DO POVO E O NOBEL DA PAZ 2006		101
ANEXO I	Clipping Jornais	
ANEXO II	Clipping Eletrônico	

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem por objeto de pesquisa o Banco do Povo, ou como é chamado, o banco dos pobres, e visa identificar a comunicação como elemento determinante na formação de grupos de cooperação e ajuda mútua. Para que possamos abordar as formas e características pelas quais as organizações que operam o microcrédito interagem com a sociedade civil, é preciso que se retorne às questões estruturais e conjunturais que propiciaram a sua criação.

O Capítulo 1 aborda as formas e características pelas quais as organizações que operam o microcrédito interagem com a sociedade civil e a gênese do microcrédito, ou seja, a análise das questões estruturais e conjunturais que propiciaram a criação do Banco do Povo, para atender os pobres. O estudo da dinâmica do capitalismo e do fenômeno da globalização são as duas linhas mestras desta reflexão. Fenômenos tais como a pobreza, a desigualdade e a indigência, por exemplo, são conseqüências claras de modelos econômicos vigentes a partir do século XVIII. O método mais eficiente de se contextualizar os modelos de desenvolvimento que vêm sendo praticados e os seus naturais efeitos, é o histórico. Mesmo que *en passant*, o regresso diacrônico nos permite cadenciar os fatos, além de nos conceder maior clareza para estabelecer relações causídicas.

Nessa linha, o Capítulo 2 busca mostrar a reação da sociedade civil organizada diante das condições nada favoráveis de vida expostas no Capítulo anterior. Logo, como toda e qualquer alteração dentro do sistema produtivo, discutir-se-á, em primeiro lugar, as mudanças presentes nas relações de trabalho. Dito isto, o cooperativismo será apontado como alternativa ao sistema produtivo atual, uma vez que se baseia em pilares como a ajuda mútua e a auto-sustentabilidade. Não obstante, pretende-se ir além: na crença da possibilidade de oferecer acesso ao crédito como uma alternativa para a promoção da parcela

de cidadãos mais pobres. O pressuposto é que um novo modelo de desenvolvimento econômico, baseado na formação de grupos de cooperação e ajuda mútua poderia representar um insumo fundamental para o êxito dos programas e processos de autogestão local. O objetivo deste Capítulo é, em suma, apresentar o cooperativismo e o crédito, como uma alternativa viável ao modo de produção do capital.

Depois de apresentar um panorama histórico-social e alternativas econômicas buscadas pela sociedade civil, o Capítulo 3, desenvolve uma análise do objeto de pesquisa do presente estudo, o Banco do Povo, como modelo fático que melhor representa o espírito cooperativista, na sua modalidade de crédito direcionada para aqueles que estão à margem da sociedade. Assim, pretende-se explicar, neste Capítulo, os mecanismos de financiamento do Banco do Povo e analisar as relações entre as modalidades de microcrédito, os Bancos Sociais, o Banco do Povo e o Bank Grameen, este como matriz daquele. O estudo também aborda outras iniciativas e modelos de promoção e concessão de benefícios que resultaram de parcerias entre Organizações não-Governamentais (ONG's), governos, grupos privados e sociedades de crédito, apresentando diversos desenhos institucionais.

O Capítulo 4 refere-se ao processo comunicacional praticado por estas organizações e analisa o uso da comunicação como uma estratégia para o fomento e a difusão dessa modalidade de economia solidária. Neste sentido, encontra-se o ponto central dessa pesquisa, uma vez que a concessão assistida do crédito é pautada tanto na comunicação interpessoal como na formação de pequenos grupos, baseada na confiança mútua. Assim, é possível reconhecer um sistema de garantias diferenciado do tradicional. As mensagens atingem as pessoas mais influentes consideradas líderes ou condutores de opinião que as difundem, essencialmente nas relações face-a-face mantidas dentro desses grupos restritos. Estes se comunicam entre si e com outros grupos, multiplicando a mensagem carregada de significados sociais. Portanto, não se trata aqui de

mero procedimento comunicacional intrínseco a toda atividade humana que requeira a transmissão de mensagens. O que se busca com a pesquisa, é verificar como a Comunicação constitui um elemento importante para o êxito do Banco do Povo, um banco social.

Num contexto global em que múltiplas interações são praticadas em tempo real, e num momento em que a comunicação de massa está engendrada ao *habitus* das novas gerações, pretende-se mostrar a eficácia dos meios primários de comunicação no tocante a uma experiência ousada no sistema social e econômico contemporâneo.

CAPÍTULO 1 A CONTA SOCIAL DO CAPITALISMO E DA GLOBALIZAÇÃO

1.1 A Dinâmica do Capitalismo

Na década de 1960, após o período pós-guerra, o modelo taylorista-fordista, aliado à regulação do capitalismo, começou a apresentar ruptura. Nas empresas observou-se o início de uma sucessão de crises de rentabilidade ocasionada pelo processo de realimentação da inflação para assegurar a demanda interna. Ao relatar este período, Kumar analisa:

[...] esse modo de desenvolvimento taylorista-fordista é o responsável pelo grande surto de crescimento do pós-guerra e que prevaleceu até o final da década de 1960 [...]. Esse fato é demonstrado principalmente pela produtividade declinante, na medida em que a intensificação taylorista-fordista do processo de trabalho gera retornos decrescentes, em parte por causa do aumento de alienação e resistência do trabalhador. Desde fins da década de 1960, observou-se uma violenta queda na taxa de lucro em todo o mundo capitalista. (1996, p. 68).

No modelo fordista de produção de massa, a mão-de-obra sem especialização trabalha em máquinas de tarefa única para produzir bens padronizados e por isso são assegurados altos salários e representatividade sindical aos trabalhadores. Devido à estabilidade do compromisso fordista, os empresários viram-se na necessidade de aumentar o preço de seus produtos e, conseqüentemente, também os salários. Aliado a esse fato, a substituição do capital fixo pelo variável ocasionou o início de uma espiral inflacionária e, assim, cada novo investimento passou a gerar menos emprego. O cenário, contudo, foi se agravando consecutivamente, em parte devido à ajuda ao desemprego e aos programas sociais.

No entender de Alain Lipietz a crise do fordismo é uma crise interna do modelo, pois essas transferências sociais que tinham de ser financiadas com impostos acabaram se mostrando demasiado onerosas para a economia, tanto no que se refere aos salários pagos como para os lucros aferidos. “Assim, diminuíram ainda mais a rentabilidade dos investimentos, agravando o problema. Finalmente, a legitimidade mesma do *welfare state* e das transferências sociais foi atacada, e com ela todo o compromisso fordista”. (1997, *apud* DUPAS, 1996, p. 171).

Autores também apontam a internacionalização da economia como outro fator motivador da crise fordista levando a economia à perda do controle dos mercados nacionais por parte do Estado, uma vez que o fordismo não teve paralelo em sua capacidade de produzir bens padronizados e em escala de massa.

Tudo isso estava muito bem enquanto havia grupos suficientes na população ainda à espera por sua vez de saborear os frutos da produção em massa. Mas o que acontece quando esses novos grupos de consumidores de massa se esgotam? O que acontece quando a demanda muda de forma significativa? [...] E quando o mercado de massa se fragmenta em uma grande diversidade de grupos de consumidores, cada um deles querendo coisas diferentes, todos eles incansável e rapidamente descartando padrões correntes de consumo em busca de novos? [...] Surge um novo modelo de produção e consumo – novo pelo menos em escala –, o modelo da ‘especialização flexível’. (KUMAR, 1996, p. 55).

Ao referir-se à especialização flexível, Kumar aponta fatores relacionados à tecnologia da informação e destaca a interpenetração e a coincidência parcial das atuais teorias de mudança social. “Máquinas-ferramentas numericamente controladas permitem a produção econômica de pequenos lotes de bens – tanto de capital quanto de consumo –, voltados para setores especializados do mercado”. (*ibidem*). A especialização flexível exige perícia tanto das máquinas quanto dos homens. Sendo assim, a qualificação profissional não pode mais ser definida, principalmente, como a capacidade individual para realizar operações

no posto de trabalho. “A atividade de gestão da produção se encontra, sobretudo, nas indústrias ditas flexíveis, que aplicam o método ‘*just-in-time*’. A responsabilização da oficina na gestão do fluxo é a solução organizacional mais eficiente, razão pela qual as direções das empresas começam a adotá-la”. (ZARAFIAN, 1991, p. 121).

A análise clássica do trabalho nos processos automatizados parte da constatação física entre a atividade humana e a atividade mecânica. Entretanto, a mesma corrente constata que os gestos humanos de transformação direta da matéria têm importância secundária ou nula frente ao fluxo físico da produção. Contudo, esta dissociação corporal entre máquina-homem não significa a inexistência da relação entre sistema de trabalho e sistema mecânico. “Para designar a maneira pelas quais os vínculos se estabelecem entre trabalhadores e o sistema técnico, costuma-se dizer que se acha introduzido um elemento mediador: *o sistema de informação*”. (*Id. Ibid.*, p. 120).

O conceito de informação aqui é colocado como elemento existente mesmo em uma linha de montagem taylorista tradicional, pois a matéria, ao ser trabalhada, passa de posto a posto e informa o homem sobre seu estado atual e indica o passo subsequente. “O que há, atualmente, de realmente novo, é *que a informação se destaca das operações físicas de produção e de seu encadeamento, ela se autonomiza*”. (*id. ibid.*, 123).

Assim, a informação se distingue e se superpõe ao sistema físico de produção. “Por um lado, ela permanece um sinal, transmitido a partir de sensores de estado para o computador, no funcionamento alogaritimizado. Mas, por outro lado, e, sobretudo, ela se torna um *símbolo lingüístico*, um signo com força significante”. (*Ibidem*). Nessa cadeia de produção flexível e autônoma a cooperação é o elemento que entrelaça a coordenação das atividades do

conjunto das pessoas. Assim novas idéias podem ser transformadas em novos produtos imediatos.

Kumar (1996) relata que Adam Smith insistia no conceito de que a divisão do trabalho é limitada pela extensão do mercado e que a segmentação deste e de seus padrões sofrem rápida mutação. Como consequência, há a redução da divisão do trabalho dentro das empresas e assim, a produção passa a ser realizada de acordo com as exigências do cliente e a curto prazo. Esse modo de produção “[...] não requer fábricas de grande porte ou a tecnologia necessária para obter economias de escala (que só podem ser justificadas por produção em séries longas), nem pode depender do trabalhador sem especialização ou apenas semi-especializado e detalhista, comum nos estabelecimentos industriais do tipo fordista”. (KUMAR, 1996, p. 60).

Outro caminho encontrado pelas empresas para restabelecer suas margens de lucro foi a desagregação de seu sistema produtivo pelos países periféricos, o que lhes possibilitou a sub-contratação de mão-de-obra diversificada e fornecedores diversificados de matéria-prima. Por outro lado, ao falar sobre essa flexibilização, Lipietz acredita que o centro do problema estava no trabalho, tanto na legislação do Estado quanto nas pressões sindicais em curso naquele momento, e que o aumento do poder aquisitivo, mesmo que brandamente, traria como consequência imediata, o aumento da demanda exigida pelas próprias empresas. “Com a internacionalização, já não acontecia o mesmo: os fornecedores estrangeiros estavam presentes. Agora, o aumento do poder aquisitivo – que implicava um aumento do consumo e do investimento – poderia implicar um aumento das importações e não necessariamente da produção nacional”. (1977, *apud* DUPAS, 1999, p. 171). Ainda acredita que a saída encontrada pelo capitalismo é o que se convencionou chamar de liberal-

produtivismo, que consistia de fato, novos modelos de relação salarial: o neotaylorismo e californiano¹.

O capitalismo organizado – que se seguiu ao capitalismo liberal – consistia de alguns aspectos conhecidos da sociedade industrial: concentração, centralização e controle de empreendimentos econômicos na estrutura da nação-estado; produção em massa, segundo os princípios fordistas e tayloristas; padrão corporativo de relações industriais; concentração geográfica e espacial de indivíduos e produção em cidades industriais; modernismo cultura. (KUMAR, 1996, p. 60).

O trabalho em tempo parcial, empregos subvencionados e os programas de qualidade total são algumas práticas presentes no liberal-produtivismo que podem ser usadas em outros modelos sociais alternativos que romperam com o taylorismo².

O capitalismo desorganizado, processo este ainda em andamento cujo início variou em diferentes países, mas que, basicamente começou na década de 1960, inverte ou modifica muitos desses aspectos fundamentais. O desenvolvimento de um mercado mundial integrado resultou numa descartelização e desconcentração do capital, conforme visto pela perspectiva da nação-estado. A especialização flexível e as formas flexíveis de organização do trabalho substituem cada vez mais a produção de massa. A classe trabalhadora industrial de massa se contrai e se fragmenta, dando origem a um declínio da política de classe e à dissolução do sistema nacional corporativista de relações industriais. (*Ibidem*).

Kumar faz referência a uma classe trabalhadora separada originalmente de um efeito do capitalismo organizado, que se tornou, em seu desenvolvimento posterior, uma fonte de novos valores e novos movimentos sociais, que pouco a pouco desorganizaram o capitalismo. “A desconcentração industrial é

¹ Alain Lipietz (1977) define que o neotaylorismo teria a máxima eliminação de qualquer compromisso entre executantes de tarefas e empresas, estabelecendo entre eles um vínculo que seja o mais débil possível. O modelo californiano seria a negociação individual do envolvimento daqueles assalariados que necessariamente tenham um papel ativo na empresa.

² Frederick Taylor (1911) foi o pioneiro da administração científica e sua teoria teve como princípio a mecanização, especialização e burocratização da vida, de forma geral. Os princípios do taylorismo previam, além de mecanizar, organizar as pessoas e o trabalho. Esperava que os trabalhadores fossem confiáveis, previsíveis e eficientes como robôs – defendia a separação do homem entre mãos e cérebro. Ele utilizava técnicas que eram centradas do operário para a direção, através do estudo de tempos e movimentos, na fragmentação das tarefas e na especialização do trabalhador. Como conceito de produção incentivava o operário a produzir mais.

A administração científica de Taylor em sua abordagem mecanicista reduzia os trabalhadores a autômatos. A superespecialização robotizava o operário e a visão microscópica do homem era tomada apenas e como parte da maquinaria industrial.

acompanhada da desconcentração espacial, na medida em que trabalhadores e trabalho deixam as cidades e regiões industriais mais antigas e que a produção é descentralizada [...] grande parte dela tomando direção ao Terceiro Mundo”. (*ibidem*).

Lipietz destaca que “(...) os modelos da Itália, do Japão e da Alemanha mostram que é possível construir uma alternativa ao modelo taylorista, sem grandes custos sociais”. Entretanto, ressalta que: “(...) enquanto países como Estados Unidos e Reino Unido estão conseguindo enfrentar melhor a crise do taylorismo, a grande maioria dos países do mundo enfrenta atualmente crescente desemprego [...] onde haveria, no final do milênio, cerca de 35 milhões de pessoas desempregadas e mais 15 milhões subempregadas, dos quais, 35% seriam constituídos por jovens recém-formados”. (1977, *apud* DUBAS, 1999, p. 172).

Na década de 1990, a crise asiática (1997-1998) abalou os trabalhadores japoneses e provocou a procura de um novo modelo abarcando a melhoria da qualidade e da produtividade, tendo em contrapartida o compromisso das organizações com a reestruturação empresarial e a discussão democrática das reais necessidades sociais.

Na economia, o surgimento de um mercado global e de empresas globais e o declínio das empresas nacionais e das nações-estado como unidades eficientes de produção e controle; especialização flexível e dispersão de massa; hierarquias mais niveladas nas empresas e ênfase em comunicação, e não em comando; desintegração vertical e horizontal e aumento da terceirização, franquias, marketing interno entre empresas e extinção de funções; aumentou do número de trabalhadores em tempo flexível, parcial, temporário, autônomo ou que trabalham em casa. (KUMAR, 1996, p. 64).

O findar da dicotomia sociedade política/sociedade civil e da oposição Estado/mercado estabelece que, segundo Lipietz, “(...) de um lado, haveria o livre jogo do mercado visando lucros e a criação de posto de trabalho; de outro, o

Estado subvencionando os excluídos. O Estado do bem-social deveria ser substituído por uma 'comunidade de bem-estar social'". (1977, *apud* DUBAS, 1999, p. 172-173).

Nesse sentido, o autor aponta também que a garantia dinâmica do emprego só pode ser efetiva se sua responsabilidade for coletiva, não envolvendo somente uma empresa particular, mas sim uma coletividade de empresas, em cooperação com os sindicatos, a comunidade, os bancos e o sistema escolar locais. "Essa é uma visão de mundo alternativo, segundo a qual a responsabilidade pelo emprego seria uma responsabilidade da sociedade por inteiro, por razões de eficácia democrática e solidariedade". (DUPAS, 1999, p. 172). Nesse sentido, a ambiência toma para si a promoção do desenvolvimento econômico e social relacionados à cidadania, à excelência, à flexibilidade e à ética.

1.2 O Pós-Capitalismo e a Globalização

A diversificação e a descentralização aparecem correntemente na globalização, tanto na teoria do pós-industrialismo, com a sociedade da informação, como na teoria do pós-fordismo, no pós-modernismo. "As diferenças são, certamente, mais do que ênfase, embora reapareçam em todas elas alguns temas e números. A TI, por exemplo, que de certa forma define a idéia relativa à sociedade da informação, é também fundamental para a análise das duas outras teorias". (KUMAR, 1996, p. 48-49).

Ao referir-se sobre os parâmetros que os teóricos adotam para distinguir o sentido dado para a análise do desenvolvimento tecnológico, o autor afirma que estes procuram adotar um enfoque otimista e evolucionista, que coloca toda a ênfase em novos e grandes pacotes de inovações tecnológicas.

A revolução da informação é o último e, de longe, o passo mais progressista, na sequência de mudanças que vêm transformando a sociedade humana desde os tempos mais remotos. [...] Tal como as anteriores revoluções agrícola e industrial, tem por base novas técnicas e novos tipos de energia, novas formas e forças de produção [...] A nova tecnologia determina, em toda parte e de uma forma mais ou menos regular, novas formas de vida. Trabalho, diversão, educação, relações familiares e estruturas de opiniões adaptam-se de forma gradual ou sucumbem às pressões e oportunidades das novas forças técnicas. (*id. ibid.*, p. 49).

Pode-se entender, a partir daqui, que o desenvolvimento em termos estritamente econômico é uma ilusão. O importante é que por intermédio da economia aumente também a liberdade, o respeito aos direitos humanos, a soberania individual; as oportunidades de trabalho e ascensão, bem como a proteção jurídica, tal como expressa Touraine (1997), ao classificar a questão como extremamente complexa, pois: “(...) nela reside o espaço para a liberdade, a solidariedade e a igualdade”. (*apud* DUPAS, p. 199-200).

Ao tocar neste ponto Touraine vem ao encontro ao fato constatado por Gramsci (1931), em *Americanism and Fordism*, para quem o crescimento econômico exclusivo não suporta por si só o progresso e a felicidade para o conjunto de toda a sociedade.

O fordismo havia inaugurado uma nova época na civilização capitalista. Assinara a passagem para uma ‘economia planejada’. Mas não só a produção era planejada, como também a pessoa. O fordismo não parava na porta da fábrica; invadia o lar e as esferas mais privadas e íntimas da vida do trabalhador. O objetivo era a criação de ‘um novo tipo de trabalhador e de homem’. O fordismo significava linha de montagem, mas também Lei Seca e ‘puritanismo’, a tentativa de regular a vida sexual e familiar do trabalhador, e não apenas sua vida de trabalho. ‘Os novos métodos de trabalho’, dizia Gramsci, ‘são inseparáveis de um modo específico de viver, pensar e sentir’. (KUMAR, 1996, p. 63).

O progresso deve vir acompanhado de políticas públicas e de um novo papel do Estado sancionado por instituições verdadeiramente democráticas, enquanto que a felicidade se dá por meio da educação e da socialização. Em

ambos os aspectos cabem a reestruturação dos meios de comunicação de massa nas indústrias da informação voltada para novas formas e padrões de produção e consumo.

Da mesma forma que o fordismo representou não só uma forma de organização econômica, mas uma cultura inteira...o pós-fordismo, de idêntica maneira, é também símbolo de um desenvolvimento social e cultural muito amplo e profundo... A transição, portanto, é de marcar época – não no sentido da transição clássica do feudalismo para o capitalismo, mas tão fundamental e de tão grande alcance como, digamos, a transição, nas fases finais do século XIX, do estágio 'empresarial' para o avançado ou organizado no capitalismo. (*Ibidem*)

Reforçando o enunciado, Kumar afirma que “(...) em termos marxistas, preocupa-se tanto com a reprodução das relações sociais de produção quanto com o próprio sistema de produção”. (*Ibidem*). Isso significa chamar a atenção para mudanças na educação e na socialização para um novo papel do Estado, para a reestruturação dos meios de comunicação de massa nas indústrias da informação e para novas formas e padrões de consumo e comportamento do consumidor.

Os pós-fordistas da escola dos 'Novos Tempos' foram analogamente ambiciosos em suas descrições desses tempos. Como outros pós-fordistas, escolhiam a especialização flexível como a força que 'está orquestrando e impelindo a evolução do novo mundo'. Mas, de acordo com o espírito de Gramsci, argumentam que 'diversidade, diferenciação e fragmentação' – os símbolos do pós-fordismo – estão substituindo a 'homogeneidade, a padronização e as economias e empresas de escala' em mais do que apenas na esfera econômica. (KUMAR, 1996, p. 63).

Assim, a construção de novos parâmetros passa pela mediação entre o capital e o trabalho e envolve o ser humano em todo o seu complexo produtivo e intelectual, por meio de processos que viabilizem a materialização do capital a novas condições humanas.

Ianni (2002) relata que a globalização remonta aos séculos XV e XVI pela expansão ultramarina européia que deu lugar a uma impressionante diversidade étnico-cultural. Uma mescla de pessoas, uma tendência a misturar culturas e

diluir origens; um novo modelo de estruturação societária que se desenvolveu de forma singular pelo tipo renovado de escravismo e servidão continuada do mercado mundial.

A era atual é caracterizada como sendo a da globalização, da revolução tecnológica e da democratização. Nesse sentido, o papel da Comunicação é fundamental para os regimes democráticos e de economia globalizada, tanto no setor público quanto no privado, pois assume uma dimensão ideológica. Contudo, ao referir-se à globalização, o autor identifica que esta denominação é usada inadequadamente, pois acredita que: “O neoliberalismo está quase sempre entrelaçado com uma profunda crença na capacidade dos mercados de usar a nova tecnologia para resolver problemas sociais de forma muito melhor que qualquer caminho alternativo”. (MACCHESNEY, 2003, p. 218).

A globalização, em seu aspecto econômico, não é somente um fenômeno da crescente interdependência do planeta pelo entrelaçamento dos mercados. Também há crescente integração dos países em muitos outros âmbitos, começando pelo das comunicações de massa e seguindo pelo da técnica, da ciência, da cultura, dos valores, dos usos e costumes e, embora mais brandamente, os da saúde, da justiça e da política. Outro aspecto fundamental da globalização é o avanço da legalidade e da liberdade pelo mundo, que só o sistema democrático garante.

Em seu conjunto, a comunicação alicerça o sistema de referências culturais da evolução humana nas esferas local, regional e global. Diferentemente das sociedades primitivas limitadas à comunicação oral durante milhares de anos, o século XX é caracterizado como o século da informação e nele foram inventados em um curto espaço de tempo os três meios de comunicação mais expressivos e abrangentes: rádio (1907), televisão (1924) e

internet (1969). “A noção de aldeia global é bem uma expressão da globalidade das idéias, padrões e valores sócio-culturais, imaginários”. (IANNI, 2002, p. 119).

Todo o desenvolvimento das primeiras civilizações e suas práticas organizadas de agricultura, criação de animais, metalurgia, escultura, sistemas religiosos e políticos, eram transmitidos de forma oral a sucessivas gerações que aprimoraram os conhecimentos acumulados. As grandes transformações da humanidade apoiaram-se na comunicação e conquistaram outra dimensão – passam a utilizar modernos instrumentos, como sítios na internet e complexos de multimídia.

A redução das fronteiras decorrente da expansão do suporte eletrônico, convencionalmente chamada de “revolução tecnológica”, vem acompanhada da globalização e da democratização e passa a influenciar o mercado para os valores de consumo. “Os meios de comunicação de massa, potenciados por essas tecnologias, rompem ou ultrapassam fronteiras, culturas, idiomas, religiões, regimes políticos, diversidades e desigualdades sócio-econômicas e hierarquias raciais, de sexo e idade”. (IANNI, 2002, p. 119-120).

A expansão tecnológica implementa o desenvolvimento da comunicação digital e da informação, juntamente com o mercado e os sistemas de mídia comercial. As relações de poder e dominação estão relacionadas ao potencial de crescimento das organizações de maneira local e global. Segundo Ianni:

A noção de aldeia global é uma expressão da globalidade das idéias, [...] Pode ser vista como uma teoria da cultura mundial, entendida como cultura de massa, mercado de bens culturais, universo de signos e símbolos, linguagens e significados que povoam o modo pelo qual uns e outros situam-se no mundo, ou pensam, imaginam, sentem e agem. (2002, p. 119).

As políticas adotadas com a globalização não reduziram as desigualdades econômicas e culturais, mas o impacto negativo da abertura de mercados sem o fortalecimento do setor público aparece em todo o planeta.

Toda a tecnologia, na medida em que é inserida na vida da sociedade ou no jogo das forças sociais, transforma-se em técnica social; podendo servir a distintas finalidades. Mas, como técnica monopolizada ou administrada pelos que detêm o poder, em sociedades atravessadas por desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais, é evidente que ela tende a ser manipulada de modo a reiterar e desenvolver as estruturas preexistentes, em suas diversidades e desigualdades. (IANNI, 2002, p. 199).

Assim, segundo Ianni (2003), junto com o capitalismo ocidental e a modernização tecnológica houve o aumento dos mecanismos de controle social acompanhados de fatores favoráveis ao aumento da produção, sem levar em conta as implicações ou custos sociais decorrentes dessa dinâmica.

Nesse cenário histórico do século XX os projetos nacionais e locais defrontam-se com os interesses oligárquicos dos países e blocos econômicos comprometidos com a extração das economias primárias exportadoras, empenhas em manter o modelo agrário-comercial, as estruturas de poder e agências governamentais. Entretanto, o autor reconhece que alguns projetos nacionais alcançaram notáveis realizações. “Iniciaram e desenvolveram a industrialização, a urbanização, a democratização do sistema de ensino, a reforma agrária e outras mudanças”. (2003, p. 51).

1.3 Modelos de Desenvolvimento no Pós-Capitalismo

O fortalecimento do mercado doméstico e o estímulo à formação de pequenas empresas são modelos de desenvolvimento alternativo e atraíram pensadores e acadêmicos sobre a questão da pobreza. Segundo a ambientalista e economista Hazel:

Somos forçados a olhar o mundo pelos olhos desses economistas e banqueiros de visão estreita, que acham que alguns países são pobres porque não possuem reservas internacionais. O mesmo acontece com a economia informal. Na maioria dos países, pelo menos 50% do trabalho não é remunerado ou pertence à economia informal. Essas pessoas podem comercializar e fazer escambo, cultivar seus próprios alimentos e ter um nível de vida bastante adequado, apesar de serem consideradas pobres pelos economistas. (2003, p. 48).

Por ano, ao praticar o escambo, as empresas transnacionais comercializam o equivalente a um trilhão de dólares internamente, trocando passagem, hospedagem, espaço em escritório e publicidade. Segundo Hazel (2003), na visão capitalista ocidental esta atitude pode ser interpretada como uma pregação marxista. Entretanto, com a falta de moeda forte nos países em desenvolvimento, o escambo é uma alternativa e com o uso das novas tecnologias é possível criar plataformas eletrônicas para essa prática.

O professor Joseph Stiglitz³, Nobel de Economia em 2001, relata em seu livro *A globalização e seus malefícios: A promessa não-cumprida de benefícios globais*, os erros cometidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) nas duas crises mais importantes do final do século passado: a do leste asiático, em 1997, e a transição russa, em 1999, após a queda do muro de Berlim. Ele critica a forma como a globalização evoluiu, ao expor vários países a um processo acelerado de pobreza, “(...) o sofrimento sentido pelos países em desenvolvimento no processo de globalização e desenvolvimento, na maneira como tem sido conduzido pelo FMI e pelas organizações internacionais, é muito maior do que o necessário”. (2002, prefácio).

Segundo Stiglitz (2002) o caminho para a inserção das nações no processo global com êxito é a estabilidade de suas economias acompanhada por um objetivo de crescimento com distribuição de renda e princípios democráticos.

³ Joseph Stiglitz é professor de economia (licenciado) na Universidade Stanford e membro sênior do Instituto Brookings. Foi economista-chefe e vice-presidente do Banco Mundial. Participou do conselho de assessores econômicos da Presidência dos EUA de 1993 a 1997. O norte-americano é o formulador da Nova Teoria do Desenvolvimento.

A pressão do FMI em favor de uma privatização em ritmo forçado antes de exigir um sistema legal que garantisse a propriedade privada, no caso da transição russa, dentre outras conseqüências, causou a expansão do desemprego e a transferência de empresas públicas para o domínio de antigos burocratas do sistema governamental. Ao referir-se sobre o acontecido, Murray narra:

Após a queda do Muro de Berlim, as empresas russas sofreram um processo de privatização e liquidação e o capital resultante foi levado para fora do país. As empresas que lá permaneceram passaram a fazer parte de grandes conglomerados industriais e comerciais, muitas vezes protegidos pelos monopólios já existentes no antigo regime a grupos favorecidos.

A crise é especialmente aguda para os socialistas da Europa Oriental, à medida que suas sociedades se desfazem de seu próprio tipo de herança fordista. “O planejamento do tipo soviético”, [...] “é o apogeu do fordismo. Lênin recebeu de braços abertos Taylor e o cronômetro. A industrialização soviética baseou-se na construção de fábricas gigantescas, a maioria delas baseada em tecnologia ocidental de produção de massa” [...] “Suas formas sociais, econômicas e políticas estadistas e inflexíveis foram solapadas não só na concorrência com o Ocidente, mas por sua própria versão de fordismo – a obsessão pela quantidade, o planejamento centralizado, a supressão da variedade, o domínio sufocante do centralismo e do autoritarismo”, (1989, *apud* KUMAR, 1996, p. 65).

A globalização em seu aspecto econômico coloca-se como se o fenômeno de crescente interdependência do planeta ao comércio. Contudo, por mais importante que seja o papel da economia, não esgota em si a crescente integração dos países em muitos outros âmbitos, a começar pelo da comunicação de massa e seguido pelo da técnica, da ciência, da cultura, dos valores, dos usos e costumes e, forma menos intensa nos da saúde, da justiça e da política.

Segundo Murray (1989) e Stiglitz (2002) o desenvolvimento não pode nem deve ser dissociado da democratização para assumir seu pleno sentido. Assim, deve-se acrescentar aos planos de desenvolvimento, uma agenda democrática

nos campos político e institucional para os países em desenvolvimento. Principalmente para o Terceiro Mundo não é recomendável um modelo de uma ditadura vertical que liberaliza a economia e abre mercados, a exemplo da China e, tampouco, aquele que conserva um sistema totalitário e miliciano no qual está proibida toda forma de dissidência, adesão ou associação de classes, como no caso de Cuba.

No entendimento de Baumann (1999), Ianni, (2003) e Canclini, (2003) o sistema global tornou-se instável, pois apesar do neoliberalismo trazer muitas vantagens para a classe abastada da sociedade, evidencia a dissociação dos pobres do sistema de produção competitiva.

O que está em causa, na base da política de reestruturação do Estado, destina a criar o Estado mínimo e decretar a formação de “mercados emergentes”, é a destruição de projetos de capitalismo nacional e de socialismo nacional, bem como a transformação dessas nações em províncias do capitalismo global. (IANNI, 2003, p. 57).

Ianni (2003) ainda alerta para a necessidade de grupos sociais em condições subalternas criarem e desenvolverem novas formas de conscientização e organização, para formular e por em prática alternativas em âmbito local, regional, nacional e mundial. Essa nova dimensão do papel do Estado-Nação na sociedade contemporânea remete a reformulação do papel do Estado e a idéia da erradicação do *welfare state*⁴.

Rifkin (1995), ao referir-se ao capitalismo global frente à exclusão social e o fim dos empregos, acredita que o Estado-Nação, dentro da nova economia global, estaria perdendo espaço e que uma solução a ser dada é o fortalecimento do apoio as Organização não-Governamentais (ONG's). Dessa maneira, essas organizações teriam cada vez mais poder, construindo uma nova relação de força mundial. “Ao desaparecerem as funções do Estado, somente o terceiro setor poderia assumi-las: passariam de um *welfare state* a um *welfare* da

⁴ Estado cujo governo proporciona o bem-estar de seus cidadãos, por meio de leis sociais.

cidadania. Além disso, para se fortalecer o terceiro setor a relação entre renda e trabalho deveria ser rompida”. (*Id. ibidem*).

1.4 Desigualdade, Pobreza e Indigência

Criado por Mahbud ul Hag com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1988, o objetivo da elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi oferecer um contraponto ao Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento.

A queda no índice de desenvolvimento humano (IDH) de 54 países, dentre eles a Rússia, é reflexo da globalização neoliberal iniciada na década de 1990. Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano 2003 da Organização das Nações Unidas (ONU), na década de 1960 os 20% mais ricos tinham renda 30 vezes maior que os 20% mais pobres; em 1995, tinham 82 vezes mais. Sendo assim, pode-se verificar que as políticas adotadas com a globalização não reduziram as desigualdades entre pobres e ricos, mas segundo sua trajetória, a pobreza será maior no Terceiro do que no Primeiro Mundo. Como apontado por Sen:

Se quisermos identificar a pobreza em termos de renda, não podemos olhar somente a renda independentemente da capacidade de funcionar derivada desta renda. A suficiência desta renda para fugir da pobreza varia parametricamente com as características e as circunstâncias pessoais. [...] A pobreza deve ser definida, então, a partir da variabilidade interpessoal na conexão entre renda e capacidades. A suficiência de determinados níveis de renda deve ser julgada em termos de capacidades (1995, *apud* DUBAS, 1999).

A questão da desigualdade, da pobreza e da indigência está peculiarmente interligada. O autor, ao estabelecer uma conexão sobre a temática, realiza uma importante contribuição para a economia política ao invocar Adam Smith e sua obra ao referir-se a expressão "poder apresentar-se em público sem sentir vergonha".

Para levar a vida sem sentir vergonha, para ser capaz de visitar e cultivar amigos, para manter-se a par do que está acontecendo e sobre o que os outros estão falando, e assim por diante, é preciso um conjunto mais caro de bens e serviços em uma sociedade geralmente mais rica, e na qual um grande número de pessoas tem, digamos, meios de transporte, vestimenta adequada, aparelhos de rádio e televisão, etc. (1999, p. 18).

Neste caso, a pobreza relativa ganha grande relevância. As referências ao mundo pessoal expressam as verdadeiras referências do mundo social global e o reconhecimento da relatividade social e cultural das necessidades parece conectar as realizações de uns aos outros que conseguem reduzir ou eliminar os sentimentos de vergonha e baixa estima resultantes de uma comparação sempre desfavorável com os mais bem situados. (<http://www.scielo.br>. Acesso em: 06 set. 2006).

Para efeito estatístico, segundo a ONU, há uma definição sobre o que são pobreza e indigência. Foram estabelecidas duas grandes linhas. Uma é a da pobreza, abaixo da qual estão aqueles de renda insuficiente para cobrir os custos mínimos de manutenção da vida humana: alimentação, moradia, transporte e vestuário. Isso em um contexto social em que a educação e a saúde são fornecidas gratuitamente pelo governo. Outra é a linha da miséria, ou da indigência, que determina quem não consegue ganhar o bastante para garantir a necessidade básica de alimentação. A União Européia considera oficialmente abaixo da linha de pobreza as pessoas que têm renda de até 60% da renda média e estão abaixo dessa linha, 18% da população, o que remete a 60 milhões de pessoas. (<http://www.sebrae.com.br>. Acesso em 26 set. 2006).

A Ásia concentra 63% dos miseráveis do mundo. O caso mais relevante é o da Índia, onde mais de 300 milhões de pessoas vivem em estado de privação absoluta. A África é considerada o epicentro da miséria mundial. Nesse continente, um em cada quatro habitantes passa fome; são 180 milhões de indigentes em uma população de 800 milhões de pessoas. Tanto a pobreza quanto a indigência são o resultado da falta de alimentos. Em 1333, a fome matou quatro milhões de chineses em uma única região. Em 1770, vitimou pelo menos 10 milhões de indianos. A Etiópia, que virou sinônimo de fome na década de 1970, perdeu um

terço de sua população na miséria entre 1888 e 1892. (<http://www.fnpi.org>. Acesso em: 25 nov. 2006).

O Nobel Sen relata que em alguns países a fome se dá pela falta de dinheiro de uma grande parcela da população e em outros, pela ausência de alimentos, como no caso da Ásia e da África. A concepção de desigualdade reside na diferente oferta de oportunidades devido à privação de liberdades básicas; na desigualdade do indivíduo isolado e na ausência de condições iguais básicas de existência, tais como o acesso à saúde, educação, saneamento básico e alimentos, únicos elementos capazes de igualar os indivíduos. É a constituição dessas “liberdades” como, por exemplo, liberar o indivíduo da fome, que são capazes de dar às pessoas sua “condição de agentes” para atuar livremente e construir seu futuro como queiram. (2000, p. 333-334).

O combate à pobreza e à miséria exige um conjunto de políticas integradas que ofereçam os meios básicos de sobrevivência às famílias sem condições econômicas e ao mesmo tempo criem mecanismos dinâmicos de superação da pobreza e da concentração de renda. Os especialistas consideram que uma política ampla de combate à desigualdade de renda deve necessariamente atuar em três frentes:

- a) da desigualdade de acesso à capacidades produtivas (escolaridade e qualificação profissional etc.), informações e meios de produção (terra, crédito etc);
- b) do tratamento desigual no mercado de trabalho, seja por causa de práticas discriminatórias ou devido a um acentuado grau de diferenciações que leva a que trabalhadores igualmente produtivos recebam diferentes remunerações, de acordo com o segmento do mercado de trabalho em que se inserem diferenças regionais, inter-setoriais, e entre os setores formal e informal, entre outras;
- c) da escassez de empregos, que gera um acesso desigual ao trabalho – na medida em que parte da força de trabalho não está ocupada, nem todos os trabalhadores têm oportunidade para utilizar suas capacidades produtivas. (Radar Social, IPEA, 2006).

Ainda, na opinião dos especialistas, basicamente três linhas políticas articuladas entre si. A primeira: políticas estruturais, com foco na segurança

alimentar, entendida como a garantia do acesso a uma alimentação adequada à sobrevivência e à saúde em termos de quantidade, qualidade e regularidade. A segunda, a das específicas voltadas para atender diretamente às famílias sem condições de viver dignamente. E, complementando as duas primeiras, a linha das políticas locais, que podem ser implantadas por prefeituras ou pela própria sociedade civil.

Um bilhão e duzentos milhões de pessoas sobrevivem com menos do que o equivalente a \$ 1,00 (PPC — paridade do poder de compra, que elimina a diferença de preços entre os países) por dia. Mas tal situação já começou a mudar em pelo menos 43 países, cujos povos somam 60% da população mundial. Nesses lugares há avanços rumo à meta de, até 2015, reduzir pela metade o número de pessoas que ganham quase nada e que — por falta de emprego e de renda - não consomem e passam fome. (<http://www.pnud.org.br/> . Acesso em: 17 nov. 2006).

Desde a década de 1980, a Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO) colocou em prática cerca de dois mil projetos de assistência em Bangladesh, na América Central, na Tailândia, no Camboja, na Etiópia, no Sudão, na Somália, em Angola, em Ruanda, na Coreia do Norte, na África do Sul e em quase todas as regiões do mundo. Em Johannesburgo, o Parlamento Europeu propôs a discussão sobre os mecanismos para anular a dívida externa dos países mais pobres, ou os chamados “países em desenvolvimento”⁵. Esse conjunto de países pobres deve US\$ 2,5 trilhões; paga mais de um bilhão de dólares por dia em juros. A projeção da FAO relativa ao cenário de 140 países analisados é a de que a população mundial estará mais bem alimentada em 2030, mas centenas de milhões de pessoas nos países em desenvolvimento continuarão sendo vítimas de fome crônica. A ênfase particularmente pessimista é para algumas áreas do sul da Ásia e parte da África, que não estarão melhor do que hoje.

Na cúpula do Rio-92 foi assumido o compromisso de se formar um fundo de ajuda aos países pobres do planeta. Fixou-se uma meta para que, até 2010, os países ricos destinassem parcela crescente de contribuição, atingindo o

⁵ Atualmente, a denominação mais utilizada é “países não desenvolvidos” (PND).

montante de 0,7% de seu PIB. O que se verificou, no entanto, é que até o fim do milênio a União Européia contribuiu com apenas 0,22% em média.

No Brasil, o desempenho da economia tem uma ligação direta entre crescimento e movimento ascendente dos pobres na escala social. Entre as décadas de 1950-1970, a taxa de pobreza caiu. Nas décadas de 1980-1990, a taxa de miséria subiu e passou de 11% da população para 24%. Chegou a 25%, no auge da recessão de 1983, e atingiu seu ponto mais baixo em 1986, durante o Plano Cruzado, com 9,8%. Mas, o fracasso do plano trouxe de volta intensa inflação e o número de pobres foi alterado para 21,4% da população, em 1990. Com a implantação do Plano Real em 2001, essa taxa caiu para 15%.

Desde 2001, a desigualdade no Brasil vem declinando, mas o país é um dos que apresenta o mais alto índice de desigualdade, o que faz da sustentabilidade dessa redução é uma questão fundamental para o governo. Segundo os índices apurados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), referente a 2001-2004, a desigualdade de renda é importante quando comparada a outros países, inclusive da América Latina.

A pesquisa Radar Social 2006 demonstra que houve redução no índice da pobreza e indigência no Brasil entre 2001 e 2004. Considera que um conjunto de medidas tomadas, principalmente por meio de projetos assistenciais pelo atual governo conseguiu reduzir a pobreza e a desigualdade, principalmente, em relação aos ganhos de rendimentos constatados em meio à população mais pobre. A análise da pobreza está restrita ao dimensionamento dos rendimentos que se divide em dois patamares:

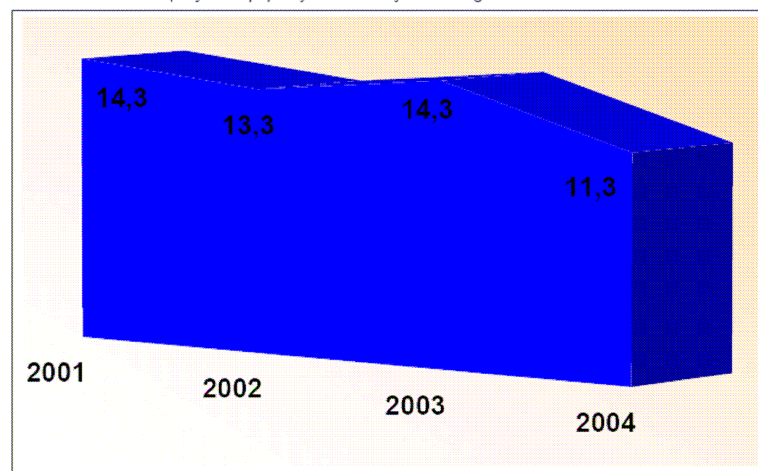
Um refere-se à indigência (ou extrema pobreza) definida como a condição da população que sobrevive com menos de $\frac{1}{4}$ de salário mínimo domiciliar mensal per capita. Outro concerne à pobreza, propriamente dita, conceituada com a situação daquele que vive com rendimentos entre $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$ salário mínimo. (<http://www.pnud.org.br/>. Acesso em: 17 nov. 2006).

TABELA 1
Evolução do nº de indigentes e pobres - 2001 a 2004 - Brasil

	Indigência	Pobreza
2001	-	-
2002	-5,5	0,7
2003	8,9	4,3
2004	-19,6	-10,2
Var 2001-2004 em percentuais	-17,2	-5,6

Fonte: Elaboração Disoc/Ipea a partir de Pnad/IBGE

Gráfico 1 - Proporção da população em situação de indigência - 2001 a 2004 – Brasil - %



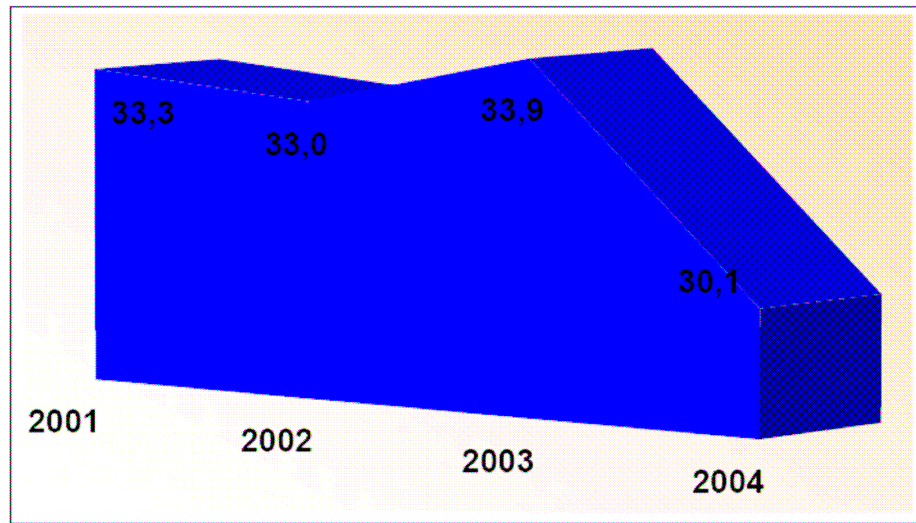
Fonte: Elaboração Disoc/Ipea a partir de Pnad/IBGE

TABELA 2
Proporção da população em situação de pobreza 2001 a 2004 – Brasil e regiões

	2001	2002	2003	2004	Var 2001-2004 em pontos percentuais
Brasil	33,3	33,0	33,9	30,1	-3,2
Nordeste	57,2	57,1	58,2	53,7	-3,5
Norte	40,8	42,7	43,9	36,9	-3,9
Centro-Oeste	28,4	27,7	29,2	23,3	-5,1
Sudeste	21,4	21,1	22,2	19,3	-2,1
Sul	21,4	20,1	19,8	16,9	-4,5

Fonte: Elaboração Disoc/Ipea a partir de Pnad/IBGE

Gráfico 2 - Proporção da população em situação de pobreza - 2001 a 2004 – Brasil - %



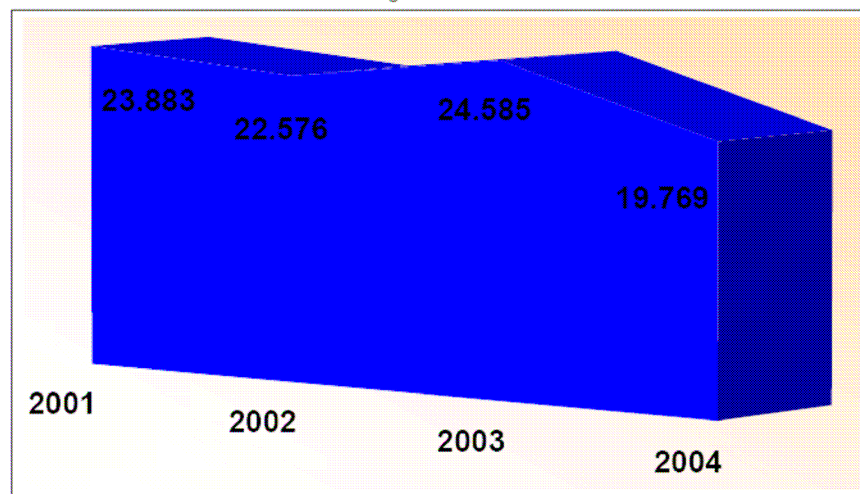
Fonte: Elaboração Disoc/Ipea a partir de Pnad/IBGE

TABELA 3
Nº pobres - 2001 a 2004 – Brasil e regiões

	2001	2002	2003	2004	Var 2001-2004 em números absolutos
Brasil	55.596.310	56.005.917	58.401.994	52.458.197	-3.138.113
Nordeste	27.367.624	27.709.199	28.588.783	26.583.532	-784.092
Sudeste	15.405.015	15.443.389	16.500.146	14.453.280	-951.755
Sul	5.437.889	5.169.671	5.149.500	4.461.443	-976.446
Norte	3.991.071	4.315.144	4.550.518	3.997.787	6.716
Centro-Oeste	3.384.711	3.368.514	3.613.047	2.962.175	-432.536

Fonte: Elaboração Disoc/Ipea a partir de Pnad/IBGE

Gráfico 3 – Nº de indigentes - 2001 a 2004 – Brasil – Nº



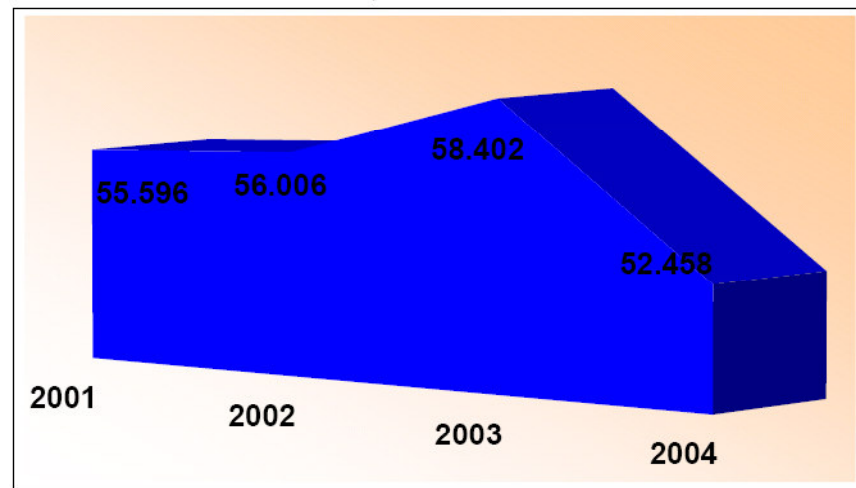
Fonte: Elaboração Disoc/Ipea a partir de Pnad/IBGE

TABELA 4
Evolução do nº de pobres - 2001 a 2004 – Brasil e regiões

	2001	2002	2003	2004	Var 2001-2004 em percentuais
Norte	-	8,1	5,5	-12,1	0,2
Nordeste	-	1,2	3,2	-7,0	-2,9
Sudeste	-	0,2	6,8	-12,4	-6,2
Centro-Oeste	-	-0,8	7,3	-18,0	-12,7
Sul	-	-4,9	-0,4	-13,4	-18,0
Brasil	-	0,7	4,3	-10,2	-5,6

Fonte: Elaboração Disoc/Ipea a partir de Pnad/IBGE

Gráfico 4 – Nº de pobres - 2001 a 2004 – Brasil – Nº



Fonte: Elaboração Disoc/Ipea a partir de Pnad/IBGE

A pesquisa mostra que houve uma redução de indigência que passou de 14,3%, em 2003, a 11,3%, em 2004, ou seja, de 24,6 milhões passou para 19,8 milhões de pessoas, respectivamente. No que se refere à pobreza, passou de 33,9% em 2003, para 30,1%, em 2004, ou seja: de 58,4 milhões de pessoas para ou 52,5 milhões. Trata-se de uma queda muito pequena diante do amadurecimento social, econômico e político registrado no período.

Em 2000, firmou-se a **Declaração do Milênio** pelos países membros da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, como um documento-síntese dos avanços alcançados na construção de valores e objetivos comuns entre os povos. Ela estabeleceu um compromisso compartilhado para enfrentar

os desafios globais mais urgentes nos campos econômico, social e ambiental, compostos por oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs).

Expressos num conjunto de alvos, por 124 chefes de Estado e de Governo, os objetivos a serem atingidos até 2015 e se tornaram conhecidos, no Brasil, como **Metas do Milênio**. As oito metas fixas da Conferência do Milênio são:

- 1) Erradicar a extrema pobreza e a fome;
- 2) Atingir o ensino básico universal;
- 3) Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres
- 4) Reduzir a mortalidade infantil;
- 5) Melhorar a saúde Maternidade;
- 6) Combater o HIV/AIDS, a Malária e outras doenças;
- 7) Garantir a sustentabilidade ambiental;
- 8) Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Esses objetivos, se alcançados pelos países membros, vão contribuir para melhorar a qualidade de vida de todo o planeta. Para reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população que sofre de fome, seria preciso que a economia dos países em desenvolvimento cresça em média 3,6% ao ano, o que não tem se verificado, inclusive no Brasil.

CAPÍTULO 2 A GÊNESE DO COOPERATIVISMO COMO ALTERNATIVA AO CAPITALISMO

2.1 A Mudança na Natureza do Trabalho

É provável que o papel do trabalho na vida das pessoas constitua o aspecto do futuro a respeito do qual a sociedade moderna está mais confusa. Um dos motivos básicos dessa confusão é o precário reconhecimento de todas as implicações das mudanças tecnológicas que vêm ocorrendo. Os atuais conceitos sobre o trabalho foram formulados numa época em que a sua função social primária era produzir os bens e os serviços necessários ou desejados. Uma era em que ainda não se previa a utilização de progressos tecnológicos para aumentar a produtividade econômica individual.

Na atualidade vive-se um dilema conceitual. Por um lado, se um país não aumentar continuamente a produtividade do trabalho, sua indústria terá poucas chances de se tornar competitiva no mercado internacional. Por outro, se a produtividade crescer, então, por definição, para manter o número de empregados, o produto econômico deve crescer. E, nesse caso, com as várias restrições de recursos naturais, ambientais, políticas e sociais que limitam o crescimento econômico, o desemprego crônico torna-se uma característica intrínseca do futuro.

O outro lado do dilema do trabalho é o subemprego, ou seja, trabalhar abaixo da própria capacidade produtiva total. Nos países industrializados, o subemprego está intimamente ligado ao conceito vigente de educação. A educação na sociedade moderna é, em sua essência, vista como preparação para um emprego dentro da economia oficial.

Na medida em que se elevam os índices de inteligência e educação de um povo – e estes ocorrem em longo prazo –, um número cada vez maior de pessoas não consegue encontrar um emprego que exija as habilidades e os conhecimentos por eles adquiridos. Resultam aí, o descontentamento e a alienação. A educação já não representa mais a certeza de um trabalho capaz de proporcionar em si desafios ou oportunidades de atuação criativa ou de auto-expressão.

Na economia, o surgimento de um mercado global e de empresas globais e o declínio das empresas nacionais e das nações-estado como unidades eficientes de produção e controle; especialização flexível e dispersão e descentralização da produção, substituindo o marketing e a produção de massa; hierarquias mais niveladas nas empresas e ênfase em comunicação, e não em comando: desintegração vertical e horizontal e aumento de terceirização, franquias, marketing interno entre empresas e extinção de funções; aumento do número de trabalhadores em tempo flexível, parcial, temporário, autônomo ou que trabalham em casa.

Em relações políticas e industriais: a fragmentação de classes sociais, o declínio de partidos políticos nacionais baseados em classe e em votação de acordo com a classe, e o surgimento de movimentos e “redes” sociais baseados em região, raça, sexo ou política de assunto único [...]. (KUMAR, 1996, p. 64).

Nas sociedades em desenvolvimento, o subemprego não é, em geral, uma consequência da sub educação, mas sim da destruição das formas tradicionais dos padrões culturais da vida rural. Diversas cidades do Terceiro Mundo incham com a migração de camponeses que só conseguem uma sobrevivência em péssimas condições de vida, com ocupações das mais ignóbeis. Em alguns países, o subemprego é a condição da grande maioria da população urbana. Admite-se hoje, embora com relutância, na América do Norte e no norte da Europa, que, apesar do consumismo de massa e de uma improdutiva indústria financeira, o futuro a longo prazo dessas sociedades será o de criar mais necessidades, ou seja, tornar a massa obcecada pelo consumo, para o aumento da produção, e conseqüentemente, do trabalho.

Os problemas associados ao trabalho e ao seu significado envolvem muito mais do que as preocupações a respeito do desemprego e da demanda

por um trabalho significativo. Nesse contexto pode-se destacar também o papel dos meios de comunicação que conseguem às vezes ser substitutivos de papéis de outras instituições e processos.

A essa questão fundamental, por trás de todos os aspectos mais óbvios dos problemas relacionados com o trabalho, que vão desde o desemprego e ao subemprego, à miséria urbana crônica e aos sem-terra, até os impactos ambientais do crescimento econômico, está o “trabalho significativo”. Não é necessariamente um trabalho instigante e cheio de desafios a todo o momento; será suficiente que faça parte de uma iniciativa maior, esta sim, repleta de significados. É principalmente essa iniciativa “maior” que falta à sociedade moderna de consumo de massa. Além de melhorias permanentes na ação social do Estado é necessária a mobilização social.

A transposição da sociedade agrícola à sociedade informatizada ocorreu de maneira relativamente breve. A onda de industrialização se espalhou pelo planeta, afetando praticamente todas as sociedades do globo, seduzindo seus expectadores, tanto na forma de empregados como consumidores, levando a todos a uma sensação de que a vida material gera melhor bem-estar humano. Ao referir-se sobre essa transposição, Giddens considera:

Os sociólogos debateram muitas vezes a transição do mundo tradicional para o moderno com base nos conceitos de “diferenciação” ou de “especialização funcional”. A passagem dos sistemas de pequena escala para as civilizações agrárias e, depois, para as sociedades modernas, de acordo com esta perspectiva, pode ser vista como um processo de progressiva diversificação interna. Podem fazer-se várias objecções a essa interpretação – tende a estar ligada a um ponto de vista evolucionista, não presta atenção ao “problema da fronteira” na análise dos sistemas sociais e está muitas vezes dependente de conceitos funcionalistas. (2000, p. 15).

Uma das primeiras conseqüências da evolução do paradigma industrial do Ocidente foi a mudança nos padrões de trabalho – a produção de bens através de novos métodos industriais e o número de pessoas empregadas na produção

industrial começou a aumentar. Houve um grande deslocamento da força trabalhadora agrícola para a produção industrial e num período de menos de dois séculos, a mão-de-obra caiu de 90% para poucos percentuais nos países tecnologicamente avançados. Por meio de novos métodos agrícolas de produção, um número menor de pessoas era necessário para trabalhar a terra, e os desocupados migraram em levadas numerosas para os centros industriais, a fim de trabalhar nas fábricas e nos escritórios. A socióloga De Liberal relata que: “Perante a dificuldade de se encontrarem saídas, os pesquisadores fazem uma avaliação tanto pessimista quanto otimista da situação, porque todo momento grave da história da humanidade vem carregado de novidade. Nele, já se encontra presente o novo, na expectativa, tão-somente, de adquirir forças para romper com o velho”. (2004, p. 15).

O medo do desemprego tecnológico surgiu em muitos países europeus e na América do Norte, quando no início da década 1960 tornou-se evidente a possibilidade da força-trabalho humana ser substituída pela automação computadorizada dos processos de produção industrial. Na década de 1980, a maior parte da força-trabalho de muitos países já estava entrando na condição de “sociedade informatizada”. BAUMANN (1999) e, CASTELLS (1999), por meio de estudos realizados em diversos campos do saber mostram como o trabalho ocupa um lugar central na vida das pessoas e das sociedades industrializadas.

Algumas características da “sociedade da informação” suscitam investigação, pois a matéria prima “a informação” é uma mercadoria limpa, se comparada com o carvão, com o aço e com os produtos químicos. É uma sociedade em que as pessoas trabalham em empregos agradáveis, operando muitas vezes a partir de uma central, igualmente agradável, instalada em suas casas, onde obtêm renda e também lazer onde gastá-la. Estas imagens atraentes, descritas em livros e artigos, incorreram no equívoco típico de ignorar a desconcertante questão de porquê, diante da atual economia mais produtiva

que já se viu na história, um número cada vez maior de famílias vêm constatando que têm menos lazer e que já não pode sobreviver com a renda de apenas de um dos seus integrantes. Acompanhado dessa constatação, outro fato recorrente é a sensação generalizada da “falta de tempo” e perda de “qualidade de vida”. O sociólogo espanhol Castells, que estuda o papel das novas tecnologias na sociedade atual afirma:

[...] tudo impactou radicalmente nos hábitos de pensar, de produzir, de consumir, de negociar, de administrar, de comunicar, de viver, de morrer, de fazer guerra e de fazer amor. Constitui-se uma economia global, dinâmica, no planeta, ligando pessoas e atividades importantes de todo o mundo e, ao mesmo tempo, desconectando das redes e poder e riquezas as pessoas e os territórios considerados não pertinentes sob a perspectiva dos interesses dominantes. Uma cultura de virtualidade real, construída em torno de um universo audiovisual cada vez mais interativo permeou a representação mental e a comunicação em todos os lugares, integrando a diversidade de culturas em um hipertexto eletrônico. (1999, p. 19).

Ocorre que os conceitos contemporâneos sobre negócios e trabalho, sobre a teoria do emprego e do bem-estar, sobre as análises liberais e marxistas, baseiam-se todos numa sociedade cujo objetivo principal é a produção. E é este conceito central que se tornou obsoleto. Tão pouco esse conceito de “sociedade da informação” se reporta a um problema mais fundamental. O espetacular sucesso do avanço industrial e tecnológico levou a sociedade de consumo a uma crise relativamente desapercibida, envolvendo significados e valores, que é tão séria quanto às crises mais óbvias da deterioração do meio ambiente global, dos confrontos com armas químicas e nucleares e do dilema da miséria na população do hemisfério sul.

Numa sociedade tecnologicamente avançada, na qual a produção de bens e serviços em quantidades suficientes pode ser controlada com facilidade, o emprego existe, sobremaneira, para o autodesenvolvimento e a preocupação com a produção de bens e serviços passa a ser apenas secundária. Aqui o significado de autodesenvolvimento implica tudo o que enriquece o indivíduo e inclui não apenas o desenvolvimento pessoal e profissional, mas

relacionamentos de qualidade e a prestação de serviços significativos a terceiros.

Esta redefinição do significado do trabalho contém uma noção revolucionária. Para todos os efeitos, a noção de que a renda de um indivíduo é determinada pela produtividade do seu trabalho, tornou-se obsoleta. Para substituí-la, a sociedade tem apresentado racionalizações confusas acerca da distribuição e renda, valendo-se de princípios vagamente definidos de bem-estar e eqüidade. O trabalho ainda é a forma menos controvertida de distribuição de renda, mas tem se tornado cada vez menos adequado para esse propósito.

Algo semelhante ocorre com relação à função social do trabalho, pois esta é uma das formas socialmente mais aceitas e potencialmente mais construtivas, de acordo com as normas sociais. Entretanto, numa economia industrial baseada no consumo, as oportunidades de trabalho que traga uma profunda satisfação tendem a se tornar cada vez mais escassas.

Por fim, o antigo conceito de educação como preparo para um emprego é totalmente insatisfatório tanto do ponto de vista individual como do social, pois o único tipo de educação que faz sentido é a aprendizagem ininterrupta. Portanto, o local de trabalho pode ser considerado um local de ensino, mas a economia tem dificuldade para se ajustar a essa idéia, pois o trabalho é algo pelo qual se recebe e a educação é algo pelo qual se paga.

2.2 O Trabalho no Cooperativismo

Na luta pela sobrevivência, os povos antigos já praticavam a cooperação na caça, na pesca e na habitação. Uma das formas mais bem-definidas de cooperação foi constatada no século XV, quando do descobrimento da América;

as civilizações Asteca, Maia e Inca viviam em regime de verdadeira “ajuda mútua”.

O sistema era sustentado pela organização agrária e o rei mantinha soberania sobre a terra, repartindo-a entre os súditos para exploração e usufruto, na modalidade de propriedade familiar, passando de pai para filho. Há relatos de que normas rígidas deviam ser cumpridas; dentre tantas, podemos citar: a divisão do resultado das colheitas, proporcional ao trabalho de cada um; a reserva de uma parte como tributo ao rei e outra para o sustento das crianças e idosos e a adoção, pelo grupo, do costume de empréstimo de sementes para o próximo plantio, àquele que perdesse a colheita.

A partir do século XVI, em meio à convulsão social das classes populares de diversos países europeus, surgem propostas de organização das classes trabalhadoras. Estudiosos da Inglaterra, França, Alemanha e outras nações da Europa mostram o surgimento de uma nova ordem socioeconômica, conduzindo à reformulação comunitária, em busca do bem-estar.

Robert Owen (1771), preocupado com o baixo nível de vida dos operários ingleses, introduz reformas em suas fábricas: reduz a jornada de trabalho, regulamenta o emprego da mulher e do menor e concede participação nos resultados a todos os seus empregados. Ao ver que os demais empresários de seu país não se interessam por suas idéias, parte para os Estados Unidos, onde tenta fundar, sem êxito, colônias baseadas na propriedade coletiva e investe em inúmeras iniciativas de organização de trabalhadores. Mesmo sem obter relevante sucesso em empreendimentos dessa natureza, a sociedade inglesa e a de outros países ficam devendo a ele e a seus inúmeros seguidores, a fundação de cooperativas e sindicatos. Talvez a mais importante lição comunitária na sociedade moderna tenha advindo da experiência de Owen, quando tenta conciliar o incentivo individual com uma eficiente intervenção no processo democrático.

Na história moderna do século XVIII, na Inglaterra, explode a Revolução Industrial, com o advento do novo modelo que substituía o trabalho artesanal pelas máquinas. Este século foi marcado pelo grande salto tecnológico nos transportes e máquinas. Em Rochdale, Inglaterra, um grupo de trabalhadores teve de enfrentar os inconvenientes do desemprego em virtude da mão-de-obra excedente, sendo levados a se preocupar com alternativas para garantir o sustento de suas famílias.

Discutindo suas dificuldades e buscando soluções para problemas que já se tornavam angustiantes nesse prenúncio de sociedade de consumo baseado no cooperativismo puro, combinaram que cada um economizaria pequenas parcelas de seus poucos rendimentos (mesmo submetendo-se a inúmeras privações) no período de um ano, para tentar formar algo que pudesse tirá-los da aflitiva situação de penúria. Essa reunião que teve a participação de 27 tecelões e uma tecelã aconteceu em 1843 e repetiu-se em 1844, para fundação de um armazém comunitário, com capital inicial de 28 libras, representando uma libra que cada um do grupo havia economizado. Dispondo de pequenos estoques de açúcar, farinha e outros gêneros de primeira necessidade, o pequeno estabelecimento, administrado pelos próprios fundadores, foi alvo da incredulidade e da inveja dos tradicionais comerciantes da cidade. Despertou, porém, a atenção dos consumidores locais e, principalmente, das classes trabalhadoras, pela considerável eficiência e prosperidade.

Logo no primeiro ano de funcionamento, o capital da empresa aumentou para 180 libras e, cerca de dez anos mais tarde, o Armazém de Rochdale já contava com 1400 cooperantes. A sociedade prosperava economicamente, funcionando de forma democrática e exercendo sua função social. Essa atitude representou uma reação à ganância capitalista que, na época, submetia crianças e mulheres a jornadas de até 16 horas de trabalho. O êxito dessa iniciativa chamada de “Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale” passou a ser um exemplo para outros grupos. Preocupados com o progresso de sua idéia,

embora já existissem sociedades similares – modelo cooperativista – na própria Inglaterra e Escócia, aperfeiçoaram um sistema de reuniões denominado “Sala da Temperança”. Ali, desenvolveram um conjunto de princípios, conhecidos mais tarde como “Princípios Básicos do Cooperativismo”, adotados posteriormente por cooperativas surgidas em diversos países do mundo.

Os valores de ajuda mútua e de igualdade de direitos e deveres cultivados pelos tecelões ingleses são fundamentais, pois, passados mais de 120 anos, permanecem como o cerne desse movimento que se expandiu pelo mundo através dos tempos e em diferentes campos de atividade humana. A partir da experiência dos Pioneiros, as cooperativas se multiplicaram por setores como produção, moagem, panificação, consumo, crédito, saúde, transporte, pesca, seguro e outras atividades em diversos países, originando o movimento cooperativista.

Na década de 1970, uma experiência que tem registro na história do cooperativismo é a do movimento ocorrido no Norte da Itália, quando empregadores das grandes fábricas reagiram às greves maciças e perturbações trabalhistas de fins da década de 1960, descentralizando a produção e recorrendo ao regime de empreitadas em grande escala. “A Terceira Itália, para os apologistas, não é apenas um fenômeno econômico. É também um fenômeno social, cultural e político de primeira magnitude. E indica a possibilidade, talvez pela primeira vez na história do industrialismo, de reunificação do trabalho intelectual e braçal, de trabalho e comunidade”. (KUMAR, 1996, p. 53).

Ao expressar-se sobre a experiência da Itália, Amin (1989) descreve:

Não estamos falando de pequenas firmas independentes, no sentido tradicional, nem de sub-empreiteiras de grandes empresas, mas sobre o desenvolvimento de um sistema industrial (quase uma corporação) composto de unidades de produto interligadas, porém com proprietários independentes... [...]. Os elementos isolados do sistema floresceram em sua razão de independência. (*apud* KUMAR, 1996, p. 51).

A Aliança Cooperativa Internacional (ACI), órgão do cooperativismo mundial, foi criada em Londres, em 1895, com o objetivo de continuar a obra dos Pioneiros de Rochdale e constitui-se na maior Organização não-Governamental (ONG) do mundo.

Quadro 1 Atuação das Cooperativas em Diversas Localidades

Polônia	Mais de 75% das moradias existentes foram construídas por cooperativas.
Suécia	A cadeia de cooperativas O. K. possui a maior refinaria de petróleo do país e é responsável pela distribuição de 20% do total de combustíveis e produtos petrolíferos; as cooperativas são responsáveis por 99% da produção de laticínios.
Malásia	O maior sistema de seguros é o do movimento cooperativista.
Índia	As cooperativas leiteiras têm usinas de transformação de leite que estão entre as maiores e mais modernas do mundo e fazem chegar o leite às regiões mais longínquas. Cerca da metade da produção de açúcar vem de cooperativas.
Islândia	A pequena ilha no mar do Norte é comumente conhecida como “Islândia Cooperativista”, devido ao elevado nível de desenvolvimento das cooperativas em todos os setores da economia.
França	O segundo lugar no sistema bancário mundial de crédito é ocupado pelas caixas cooperativistas agrícolas francesas.
Itália	As cooperativas de turismo e viagens romenas são de extrema importância devido à amplitude de sua rede e ao grande número de estações de férias.
Espanha	As cooperativas de Mondragon são grandes produtoras de refrigeradores e eletrodomésticos e estão entre as 10 maiores empresas do país.
Japão	As cooperativas polivalentes japonesas, responsáveis por 95% da colheita de arroz, agregam quase a totalidade dos agricultores e ocupam um lugar de destaque no desenvolvimento econômico das regiões rurais daquele país. Todos os pescadores são cooperados.
Estados Unidos	As cooperativas de eletrificação rural foram responsáveis pela quase totalidade da energia elétrica implantada no setor rural do país.

Fonte: Disponível em: <http://www.portaltributario.com.br>. Acesso em: 02 de set. 2006.

A ACI foi uma das primeiras organizações não governamentais a ter uma cadeira no Conselho da Organização das Nações Unidas (ONU). Em 1977 o brasileiro Roberto Rodrigues, ex-ministro da Agricultura do governo Lula (2002-2006), foi eleito presidente da ACI. Atualmente, com sede em Genebra a ACI é composta por 236 organismos nacionais e regionais, em 93 países, representando um total de 724 milhões de cooperados. Seus comitês e congressos quadrienais têm por finalidade coordenar as políticas internacionais e as estratégias relacionadas com as cooperativas. O cooperativismo evoluiu e conquistou espaço próprio, definido por uma nova forma de pensar: o homem, o trabalho e o desenvolvimento social, calcada nas conceituações: (<http://www.portaldocooperativismo.org.br>. Acesso em: 07 jun. 2006).

Quadro 2 Conceituações Usadas no Cooperativismo

Cooperação	[Do lat. <i>Cooperatione</i> .] S. f. ato ou efeito de cooperar
Cooperado	[Part. Substantivado de <i>cooperar</i> .] S. m. <i>Econ. Rur.</i> Membro ou participante de uma cooperativa, cooperador, cooperativado.
Cooperar	[Do lat. <i>*cooperare, por cooperari</i> .] V.t.i. 1. Operar ou obrar simultaneamente, trabalhar em comum; colaborar: <i>cooperar para o bem público; cooperar em trabalhos de equipe</i> . Int. 2. Ajudar; auxiliar; colaborar.
Cooperativa	[Fem. Substantivado de <i>cooperativo</i> .] S.f. Sociedade ou empresa constituída por membros de determinado grupo econômico ou social, e que objetiva desempenhar, em benefício comum, determinada atividade econômica.

Fonte: Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, 1986, p. 472.

Os valores do cooperativismo baseiam-se em ajuda mútua e responsabilidade democrática, igualdade, equidade e solidariedade. Na tradição dos seus fundadores, os membros das cooperativas acreditam na ética, honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação com o seu semelhante.

Quadro 3 Princípios Doutrinários do Cooperativismo

Adesão livre e voluntária	As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a usarem seus serviços e dispostas a aceitarem as responsabilidades de sócios, sem discriminação social, racial, política, religiosa e sexual.
Controle democrático pelos sócios	As cooperativas são organizações democráticas, controladas por seus sócios que participam ativamente do estabelecimento de suas políticas e da tomada de decisões. Homens e mulheres, eleitos como representantes, são responsáveis para com os sócios. Nas cooperativas singulares, os sócios têm igualdade na votação (um sócio, um voto); as cooperativas de outros graus são também organizadas de maneira democrática.
Participação econômica dos sócios	Os sócios contribuem de forma eqüitativa e controlam democraticamente o capital de suas cooperativas. Parte desse capital é propriedade comum dos cooperados. Usualmente, os sócios recebem juros limitados (se houver algum) sobre o capital, como condição de sociedade e destinam as sobras para os seguintes propósitos: desenvolvimento das cooperativas, possibilitando a formação de reservas, podendo parte delas ser indivisível; retorno aos sócios, na proporção de suas transações com as cooperativas e apoio a outras atividades que forem aprovadas pelos sócios.
Autonomia e independência	As cooperativas são organizações autônomas para ajuda mútua controlada pelos seus membros. Entrando em acordo operacional com outras entidades inclusive governamentais ou recebendo o capital de origem externa, devem fazê-lo em termos que preservem seu controle democrático pelos sócios e mantenham sua autonomia.
Educação, treinamento e informação	As cooperativas oferecem educação e treinamento para os sócios, representantes eleitos, administradores e funcionários, de modo a contribuir efetivamente para seu desenvolvimento. Informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes formadores de opinião, sobre a natureza e os benefícios da cooperação.
Intercooperativismo	As cooperativas atendem a seus sócios mais efetivamente e fortalecem o movimento cooperativo trabalhando juntas em estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.
Preocupação com a comunidade	As cooperativas trabalham pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades, praticando políticas aprovadas por seus membros.

Fonte: Congresso do Centenário da Aliança Cooperativa Internacional (ACI). Inglaterra, Manchester, 1995.

Quadro 4 Os Ramos do Cooperativismo

Consumo	Tem por objetivo a compra em comum de produtos (alimentos, roupas, medicamentos etc.), buscando melhor preço e qualidade.
Serviços	Tem como objetivo primordial administrar um serviço de que o quadro social necessite e que não se encontra disponível ou é mais caro no mercado. As mais conhecidas são de eletrificação rural, saneamento e limpeza pública. Esse tipo de cooperativa não deve ser confundido com a de trabalho, pois, nela, o cooperado não executa o serviço. A cooperativa compra insumos (postes, fios, tubos etc.) e contrata terceiros para realizar seus objetivos.
Educacional	A cooperativa de ensino é formada por pais de alunos que têm como objetivo a fundação de estabelecimentos de ensino e sua manutenção. Por meio dela, os pais podem influir em todo o processo educacional, desde a escolha dos professores até o projeto pedagógico. Surgiu como uma via intermediária entre o alto custo do ensino privado e a escola pública. Muitas chegam a construir escolas, adquirindo material escolar com economia de escala e participam do planejamento de atividades.
Habitacional	São estruturadas para viabilizar a compra ou construção de moradias ou ainda para manter e administrar conjuntos habitacionais por um custo menor e dentro das possibilidades dos cooperados. A cooperativa, neste caso, substitui a incorporadora e a construtora e muitas vezes os cooperados trabalham na própria construção nas horas vagas, em sistema de mutirão.
Agropecuária	São cooperativas formadas por produtores rurais que têm como objetivo organizar, em comum e em maior escala, os serviços econômicos e assistenciais de interesse de seus associados agricultores, integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços (adquirir insumos, dividir custos de assistência técnica, difundir o uso de novas tecnologias produtivas, comercializar a produção) e, em muitos casos, beneficiar e industrializar as matérias-primas.
Trabalho	Denominam-se cooperativas de trabalho tanto as que produzem bens como as que produzem serviços – sempre pelos próprios cooperados. São trabalhadores cooperados todos os associados da empresa cooperativa, tanto os que executam os trabalhos mais simples (pedreiros, carregadores) como os especializados (médicos, engenheiros). O grupo, ao organizar uma cooperativa de trabalho, passa a ter melhores condições para atuar no mercado e, em várias situações, elimina a figura do intermediário. Os trabalhadores em uma cooperativa de trabalho são, ao mesmo tempo, usuários e donos do negócio. A cooperativa de trabalho é autenticamente auto-gestionária.
Crédito	Pode ser urbano ou rural. O objetivo principal de uma cooperativa de economia e crédito mútuo (urbano) é o estímulo à poupança: seus cooperados se beneficiam do auxílio mútuo e de empréstimos a juros baixos. É uma alternativa econômico-financeira e social. Os setores de crédito rural são, em sua maioria, ligados às cooperativas agropecuárias.

Fonte: Disponível em: <http://www.portaltributario.com.br>. Acesso em: 02 de set. 2006.

2.3 As Cooperativas de Crédito como Modalidade do Cooperativismo

Segundo historiadores, a primeira cooperativa brasileira foi a Cooperativa de Consumo dos Funcionários da Companhia Telefônica de Limeira, São Paulo, fundada em 1891. O cooperativismo evoluiu e conquistou espaço próprio, definido por novos paradigmas: o homem, o trabalho e o desenvolvimento social. As cooperativas brasileiras são responsáveis por 75% do trigo, 40% do açúcar, 32% do álcool, 25% do leite desnatado e por 23% da capacidade nacional de armazenagem de grãos.

O ramo de crédito surgiu em 1902, aplicado preferencialmente junto a pequenas comunidades rurais ou a pequenas vilas localizadas no Rio Grande do Sul. A cooperativa admitia qualquer pessoa que nela colocasse suas economias. Toda movimentação financeira era feita pelos aplicadores por meio de depósitos. Com as sobras eventualmente apuradas eram feitas reservas para enfrentar, com mais segurança, momentos de incerteza.

Com as cooperativas de crédito, cria-se um instrumento alternativo de concessão de crédito, pois se trata de um sistema em que o custo operacional é menor do que o das instituições financeiras. Os bancos convivem com taxas de inadimplência muito altas, o que faz com que necessitem de estruturas de cobrança muito bem equipadas. Nas cooperativas há menor grau de inadimplência não há o recolhimento de compulsórios e há menor Contribuição ao Programa Integrado Social (PIS).

O ato cooperativo de intermediação financeira atua como vasos comunicantes entre quem tem poupança para investir e quem quer contrair empréstimos. Ambos têm de ser cooperados e participam dos resultados operacionais. O cliente é também o dono, pois só ele pode operar com a cooperativa de crédito.

O crédito atende a faixas demandantes muito variadas da macroeconomia. Vai das necessidades individuais até a aquisição de imóveis e capital de giro. É um tipo de negócio que depende de atos de confiança recíproca e compartilhada, com a certeza de retorno do capital emprestado. Juntamente a esse fenômeno particular, outro se manifesta de forma incisiva e está presente em todas as sociedades cooperativas: a desconcentração do capital, ou seja, a sua democratização sem ideologia.

Embora tenham por princípio o empréstimo de valores monetários, as cooperativas de crédito estão no caminho diverso das instituições bancárias tradicionais, as quais privilegiam o capital que se sobrepõe aos interesses do indivíduo. O significado expresso deve, num primeiro momento, estar voltado para dentro, diferentemente da ação das empresas capitalistas, direcionadas para fora.

A natureza do dinheiro tem sido amplamente discutida na sociologia e constitui obviamente uma preocupação permanente da economia. Nos seus primeiros escritos, Marx referia-se ao dinheiro como “a prostituta universal”, um meio de troca que anula o conteúdo dos bens ou serviços, colocando em seu lugar um padrão impessoal. O dinheiro permite a troca de tudo por tudo, independentemente de os bens envolvidos partilharem quaisquer qualidades substantivas em comum uns com os outros. Os comentários críticos de Marx sobre o dinheiro prefiguram a sua distinção ulterior entre valor de uso e valor de troca. O dinheiro torna a generalização do segundo possível devido ao seu papel de “pura mercadoria”. (GIDDENS, 2000, p. 15).

As cooperativas de crédito, por meio do princípio da justiça social, tratam o capital de forma humana. O dinheiro é disposto a serviço da sociedade de forma democrática e inteligente e a desconcentração do capital possibilita tanto a elevação econômica e social dos cooperados como o acesso ao crédito.

Na elaboração do Plano Plurianual (PPA) para o período de 2004 a 2007, em comum acordo com o presidente da República, governadores e prefeitos, foram estabelecidos quatro objetivos: estimular o setor exportador; fortalecer a infra-estrutura; reduzir as desigualdades regionais e estimular o surgimento de

um mercado de massa no País. Esse conjunto de medidas destina-se à elevação do volume e redução do custo do crédito no Brasil. Dentre as ações também foi prevista a concessão de microcrédito que promove empréstimos de pequeno valor para pessoas que não teriam condições de obter um empréstimo bancário, por falta de renda e de garantias a oferecer. Dessa forma, pretende-se fazer o crédito chegar até essas pessoas, com a finalidade de lhes proporcionar uma alternativa de trabalho que gere renda.

Esta estratégia baseia-se na avaliação do governo de que o crédito é um dos fatores que contribui com resultados imediatos para o avanço da economia. As dificuldades de criar empregos no curto prazo obrigam a um forte avanço no mercado de concessão de crédito para informais e também na área do microcrédito, incentivando o mercado da informalidade, quer por meio de cooperativas, quer por intermédio de ONG's, concedendo empréstimos, baseado no passado cadastral das pessoas ou pequenos grupos solidários de pessoas.

2.4 O Banco de Crédito Popular do Brasil

Por volta de 1610, quando foram fundadas no Brasil as primeiras missões jesuíticas, houve a tentativa da criação de um Estado em que prevalecesse a ajuda mútua. Esse modelo de sociedade solidária envolvendo a participação de missionários, indígenas e colonizadores visava, em primeiro lugar, ao bem-estar do indivíduo e de sua família, acima dos interesses econômicos da produção. A prática dos “mutirões” incentivada pelos padres jesuítas, já vivenciada pelos povos primitivos, vigorou por cerca de 150 anos entre os índios guaranis, nas diversas missões.

Em 1890, o então ministro da Fazenda Rui Barbosa, no governo de Marechal Deodoro da Fonseca, por meio de decreto, criou uma instituição chamada Banco de Crédito Popular do Brasil. Segundo historiadores, o propósito

era criar uma algibeira popular, para fazer frente à usura de terceiros ao salário das classes trabalhadoras. Com capital inicial de 20 mil contos de réis, o banco passou a emitir títulos em valores inferiores aos das notas em circulação na época. Além de empréstimos com prazo de até três anos, a juros de até 9% ao ano, para operários e agricultores. A instituição atuava também na área de penhores, organização de cooperativas e armazéns, financiamento de núcleos coloniais e serviços de migração.

Segundo dados da Fundação de Economia Álvares Penteado (Fecap), fundada em 1902, o plano de desenvolvimento de Rui Barbosa era ambicioso e consistia em estimular a industrialização para compensar, sem indenização, os prejuízos decorrentes da abolição da escravidão. A emissão monetária buscava ampliar a circulação de bens e gerar riquezas o que compensaria o sistema inflacionário inicial. Porém, as medidas resultaram no surgimento de centenas de empresas-fantasma, com projetos inviáveis para o mercado financeiro

As agências de fomento são resultado do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária instituído pelo governo brasileiro em 1966 para socorrer os bancos estaduais em dificuldades, o que efetivamente se realizou envolvendo um empréstimo de cerca de R\$ 50 bilhões. Mas, entre outras condições estabelecidas, ficou determinado que as carteiras de fomento dos bancos estaduais, ou os bancos de desenvolvimento, quando houvesse, deveriam se transformar em agências. Foram implantadas agências nos Estados da Bahia, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Amazonas, Goiás, Rio Grande do Norte, Amapá e Roraima.

Em junho de 2003, o Banco do Brasil criou nova subsidiária destinada exclusivamente à reativação da economia, denominada pelo próprio presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, Banco Popular do Brasil. Trata-se de uma subsidiária destinada unicamente para esse fim, o que evita interferência direta nos resultados do banco e, conseqüentemente, no retorno dos

investimentos de seus acionistas minoritários. O foco é o setor informal e os segmentos de baixa renda. A criação do Banco Popular é uma parte de um programa destinado a facilitar e baratear os empréstimos à parte da população classificada como de baixa renda.

CAPÍTULO 3 O BANCO DO POVO ATUA COMO BANCO SOCIAL

3.1 As Microfinanças e o Microcrédito

Nas últimas décadas, surgiram organizações governamentais e não-governamentais em diversos países preocupadas basicamente com a redução da pobreza. O Banco Social, também denominado “o banco dos pobres”, ou definido como Banco do Povo, atua como uma Organização não-Governamental (ONG) de distribuição de microcrédito. A ONU definiu 2005 como o ano do microcrédito com o objetivo de unir Estados membros, agências das Nações Unidas e Instituições de Microfinanças no interesse comum de construir um sistema financeiro sustentável para alcançar as Metas do Milênio.

Estas organizações que operam como uma cadeia de instituições de cooperação tem como estratégia oferecer financiamento direto às microempresas, quer por intermédio de sociedades de crédito a micro-empresendedores, quer por meio de organizações não-governamentais ou da sociedade civil. Parte-se da premissa de que são essas entidades que conhecem as necessidades e vocações das comunidades onde trabalham.

Embora experiências de crédito rotativo ou poupança conjunta fossem praticadas há tempos por colônias de imigrantes, somente a partir da década de 1990 é que sua prática ganhou força no Brasil. Também nas últimas décadas, surgiram diversas organizações governamentais e não-governamentais em diversos países preocupados basicamente com a redução da pobreza. Iniciada em 1974, a experiência de Bangladesh é um marco que estimulou experiências em todo o mundo. A idéia chegou à América Latina na década de 1980 no Peru, Chile e Bolívia.

Em 2005 foi comemorado o Ano Internacional do Microcrédito com iniciativas para promover a tomada de consciência em relação ao microfinanciamento. O Ano foi um esforço global, composto por representantes de 215 instituições governamentais, escritórios locais das Nações Unidas, 59 organizações multinacionais, 265 redes de microfinanciamento, 33 centrais, e membros do setor privado e da sociedade civil. Durante todo o ano foram realizados conferências e seminários, em mais de 71 países e foram lançadas campanhas de sensibilização da sociedade para o tema.

A pauta para a organização de Campanhas de Comunicação teve como objetivos, o compromisso de:

- Os governos: para garantir que seus sistemas legais, fiscais e normativos promovam as microfinanças em lugar de restringi-las;
- Organismos e doadores multinacionais: para que considerem as microfinanças como um elemento essencial do setor financeiro e não como um projeto de desenvolvimento;
- Setor privado e ONG: para que promovam serviços financeiros às pessoas pobres e de baixa renda principalmente como uma oportunidade comercial e não como um ato de caridade.

Foram também estabelecidas as seguintes mensagens preferenciais para serem usadas nas Campanhas de Comunicação: ([http:// www. polis@org.br](http://www.polis@org.br). Acesso em: 19 dez. 2005).

- As microfinanças são um assunto comercial, não um ato de caridade;
- Por meio das microfinanças as pessoas pobres e de baixa renda podem investir de acordo com as suas prioridades particulares;
- As microfinanças sustentáveis garantem um maior impacto nas pessoas de menor recurso e possuem um efeito duradouro na redução da pobreza e no processo de desenvolvimento social e humano;

- As microfinanças constituem uma parte fundamental de um sistema financeiro integral;
- Cerca da metade da população mundial não tem acesso a serviços financeiros básicos, não por que não possa custeá-los, mas sim porque não estão à sua disposição;
- As microfinanças têm efeitos positivos nas pessoas e lares e fortalecem as economias ao investir na capacidade produtiva das comunidades locais;
- As microfinanças facilitam a inclusão dos pobres em um sistema econômico, ao apoiar o crescimento dos mercados locais e ao estender oportunidades econômicas através de novos empregos, investimentos e infraestrutura.

O programa de microfinanças é voltado principalmente ao pequeno empreendedor que exerce atividades econômicas formais e informais nas zonas rurais e urbanas e, de forma secundária, no comércio e prestação de serviços. Os tomadores de empréstimos são pequenas unidades de produção, geralmente artesanais, com pouco capital ou uso de tecnologia, que fornecem seus produtos e serviços diretamente ao consumidor. O produto de suas operações, em sua grande maioria, apenas gera renda mínima para a subsistência da família. Os empréstimos e financiamentos concedidos por meio do microcrédito às classes de baixa renda C, D e E têm efeito imediato no consumo das classes D e E e ajuda criar novos meios de subsistência e reforça o espírito empresarial com incentivo à diversidade.

O crescimento de um sistema eficaz de crédito popular tem importância vital para o desenvolvimento econômico em qualquer país, principalmente no Brasil, cujo grau de informalidade atinge o número próximo aos 30% do PIB. Assim, as microfinanças tornam-se fator decisivo para a expansão e também para a interiorização do desenvolvimento econômico. Dados do Ministério da Fazenda confirmam a exclusão detectada e, segundo esses cálculos, a relação

crédito/PIB no Brasil está em 28,5% contra a média de 50% a 70% em países como Coréia do Sul, Estados Unidos, Chile, Itália e Indonésia, o que reflete a realidade de que grandes bancos tenham interesse em emprestar dinheiro a empreendedores que não possuam garantias a oferecer nem histórico financeiro que comprove sua capacidade de pagamento.

O chamado mercado do microcrédito é dividido em dois braços: as próprias instituições de microcrédito, ou Bancos do Povo, e as Cooperativas de Crédito. Os Bancos do Povo são inspirados na experiência pioneira de Bangladesh e estão mais concentrados nas áreas urbanas. Já as cooperativas de crédito atendem apenas a clientes cooperados e atuam principalmente nas áreas rurais.

Existem instituições que oferecem crédito a pequenos juros e podem ser públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos. As privadas são chamadas Sociedades de Crédito ao Microcrédito (SCM) e são regidas pelo Banco Central. As demais são ONG's ou Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP's) e podem estar ligadas ou não a prefeituras ou governos estaduais. Fazem empréstimos dos recursos obtidos de instituições públicas ou não-governamentais, do Brasil ou do exterior. As mais de 1400 cooperativas de crédito existentes no Brasil são consideradas instituições financeiras e controladas pelo Banco Central. Têm, contudo, limitações operacionais: não têm acesso à câmara de compensação de cheques nem ao mercado intrafinanceiro.

Milhões de pessoas no mundo não têm conta bancária, o que é fato marcante nos países em desenvolvimento. Sem acesso aos meios formais, os mais pobres buscam alternativas informais recorrendo a agiotas, o que restringe o vigor da atividade econômica dos tomadores devido ao custo alto do dinheiro. Entretanto, ao ter acesso ao crédito as famílias tornam-se empreendedoras e podem investir de acordo com suas prioridades. Segundo Paul Singer:

Sempre que possível é melhor emprestar do que doar. A doação desmoraliza. É humilhante ter de depender da ajuda, seja do Estado ou da igreja [...] A medida provisória que permitiu a criação de bancos do povo os define não como bancos, mas como ONG's de distribuição de microcrédito. Elas são proibidas de receber depósitos e, portanto, não têm condição de crescer com o resultado de sua atividade. Essa é uma característica fundamental da experiência do Grameen Bank, experiência que é inspiração dos bancos do povo. (OESP, 03 fev. 2003, Caderno A8).

Em 2002 os programas de microcrédito contavam com quase 3.000 instituições de microfinanças ao redor do mundo servindo a 67 milhões de pessoas, de acordo com o economista. Entretanto, a idéia central do microcrédito vem de longa data de acordo com trabalhos de pesquisadores que tratam das experiências de crédito no norte italiano na Idade Média. Nos séculos passados várias experiências criadas muitas vezes em torno de igrejas e paróquias financiaram produtores em tempos de crise, principalmente garantindo seguridade social ou promovendo financiamentos quando do aumento da demanda (Alemanha, 1846 e Canadá, 1900). ([http://www. polis@org.br](http://www.polis@org.br). Acesso em: 19 dez. 2005).

O grau de subsídios das instituições de microcrédito costuma gerar polêmica, pois remete a um debate mais profundo da indústria de microfinanças, que envolve a auto-sustentação das instituições. A taxa não pode ser muito baixa em razão do elevado custo de operar contratos de pequenos valores para uma clientela pulverizada. Por outro lado, o juro não deve ser muito elevado para evitar inadimplência, fator que inviabiliza a continuidade da instituição. E é a inadimplência o fator de maior preocupação, não só nas organizações de microfinanças, como também em todo sistema bancário. Um exemplo é o próprio Grameen, ícone mundial do sistema, que, no final de 2001, tinha 19% dos seus empréstimos com um ano de atraso e 10% deles não eram pagos há mais de dois anos. Portanto, a inadimplência e a auto-sustentabilidade são elementos importantes para análise do segmento.

No Brasil, é crescente a constatação do papel estratégico dos pequenos empreendimentos em um projeto de desenvolvimento nacional. Considera-se

que a retomada do crescimento econômico e das atividades no setor formal ou estruturado da economia é incapaz, por si só, de absorver a demanda por postos de trabalho do país, que aponta para a necessidade de incorporação de dois milhões de novos ocupados a cada ano. Em contrapartida, a existência de atividades econômicas de pequeno porte não constitui fenômeno transitório, limitado aos períodos de retração da atividade econômica, adequando-se também aos ciclos de expansão.

A microempresa é o principal cliente das agências estaduais de fomento, criadas pelo Banco Central em 2001 para substituir os antigos bancos de desenvolvimento. As agências ajustaram seu foco nos pequenos empresários, ao constatar que as grandes e médias empresas sempre encontram alternativas para captar financiamento. Especialmente a partir da década de 1980, tem sido cada vez maior a importância das micro-unidades econômicas no contexto brasileiro.

De acordo com o levantamento mais amplo já realizado no Brasil sobre os pequenos empreendimentos, o Censo de Microempresas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1985, representavam 77% dos estabelecimentos existentes no país. Dados mais recentes do mesmo órgão indicam que os empreendimentos com até cinco ocupados absorvem cerca de 50% da força de trabalho em atividade. Portanto, as unidades de pequeno porte vêm ocupando papel proeminente na vida de dezenas de milhões de brasileiros, além de apresentarem um enorme potencial de geração de postos de trabalho, a despeito de todas as dificuldades que enfrentam para sua consolidação.

Os pequenos empreendimentos familiares se constituem de centenas das mais variadas atividades econômicas nos setores de produção: (alimentos, vestuário, móveis, calçados, artigos de limpeza, cerâmica, bordados etc.), comércio (comestíveis, armazinhos, confecções, sapatos, utilidades domésticas etc.) e serviços (reparo de eletrodomésticos, conserto de móveis, de automóveis,

salão de beleza etc.), criados por seus próprios protagonistas, como resposta à necessidade de sobrevivência.

Os chamados pequenos empreendimentos (ou microempreendimentos, em termos literais) além de seu peso relativo e sua densidade social apresentam características e potencialidades que lhes são próprias, como a geração de ocupações de baixo custo, a função relevante na renda familiar e flexibilidade para se adaptar aos movimentos do mercado, em curto espaço de tempo. Por outro lado, não obstante seu potencial e o papel que desempenham na vida de dezenas de milhões de pessoas, é reconhecida a vulnerabilidade que caracteriza estas atividades, mesmo quando se abstrai a dinâmica geral da retração ou expansão da economia. Cotidianamente, estes empreendimentos, muitas vezes informais, enfrentam dificuldades para sua consolidação e expansão: restrições burocráticas e legais, carência de plano gerencial e barreiras de acesso a mercados e fontes de financiamento. (<http://www.iets.inf.br/>. Acesso em: 01 set. 2006).

O apoio a essas unidades se justifica pelas seguintes razões: 1) criam ocupação a baixo custo; 2) suscitam poupanças pessoais; 3) têm maior flexibilidade para se ajustar às situações de mercado e, 4) permitem recuperar a renda familiar com repercussões positivas na alimentação, moradia e saúde.

Já em 1990, no país como um todo, 42% das pessoas ocupadas no meio urbano trabalhavam em empreendimentos com até 5 pessoas, elevando-se esse percentual para 51,2% na região Nordeste. Esta distribuição inclui empreendimentos e não registrados e informais. De lá para cá essa proporção tendeu a crescer, como indica – tomada a posição ocupacional como proxy – o aumento da categoria dos conta própria entre 1990 e 1999. Isto se deve em parte a fatores cíclicos e em muito a tendências estruturais do mundo do trabalho, tal como se expressam no Brasil, com a mescla de aspectos perversos e potencialidades, estes menos visíveis que aqueles. (<http://www.iets.inf.br/>. Acesso em: 01 set. 2006).

Em termos abrangentes, o fortalecimento das pequenas unidades familiares representa uma importante medida para a distribuição de renda e democratização das oportunidades econômicas e viabiliza o direito básico de cidadania.

Assim, como o projeto de microcrédito criado em Bangladesh e que se tornou ícone mundial do sistema, o próprio Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e

Pequenas Empresas (Sebrae) oferece suporte técnico e capacitação a quem recorre a financiamentos.

Nesse quadro, o Sebrae e as cooperativas de microcrédito atuam de maneira marcante. Essas entidades procuram os clientes nas empresas ou em casa. A relação do “agente de crédito” e o tomador de crédito constitui um diferencial do sistema gerido pelas instituições pertencentes ao campo do microcrédito.

Os agentes de crédito avaliam as necessidades de crédito e condições de pagamento e pedem referência a vizinhos e amigos. Após a concessão do empréstimo, os agentes acompanham a evolução do negócio por meio de capacitação técnico-gerencial do empreendedor e apoio à comercialização, uma vez que a preocupação do programa é com o sucesso do empreendimento.

3.2 Os Organismos de Apoio

O Nobel da Economia, Amartya Sen ao desenvolver sua lógica do desenvolvimento, também caminha no sentido da lógica de liberdade do indivíduo isolado em sua própria condição de existência. Ao ampliar esse conceito em relação a microfinanças, define o perfeito funcionamento do mercado local onde os indivíduos trocam seus trabalhos particulares, transformando o interesse individual em benefício social.

Dar condição de existência básica a esse homem econômico é, portanto, a chave para a promoção do desenvolvimento via mercado. Assim, é possível concluir, como o fazem os organismos multilaterais, que ao promover a igualdade de condições mínimas de existência, como livrar os indivíduos da fome, dar-lhes melhores condições de saúde e educação, estão oferecendo os elementos básicos centrais para a transformação das pessoas em agentes em

condição de participar e garantir o pleno funcionamento dos mercados. Assim, estaria garantido o desenvolvimento. “Com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros” (SEN, 2000, p. 26).

O programa pioneiro de crédito popular, denominado Projeto UNO, era uma organização não-governamental especializada em microcrédito e capacitação para trabalhadores de baixa renda no setor informal, cujas operações eram lastreadas por uma espécie de aval solidário. Nasceu no Recife, em 1973 e serviu de base para o nascimento do Centro de Apoio aos Pequenos Empreendedores (CEAPE), uma Organização Não-Governamental (ONG) que se encontra, atualmente, em 230 municípios de todo o País.

Concomitante à concessão do crédito, a UNO capacitava os clientes em temas básicos de gerenciamento. Além disso, produzia pesquisas sobre o perfil do microempresário informal e o impacto do crédito. Todo esse trabalho resultou no fomento ao associativismo, com a criação de cooperativas, associações de artesãos e grupos de compra. (BARONI, LIMA, DANTAS, 2002).

A política de estímulo iniciada pelo BNDES, em 1996, com a criação do Programa de Crédito Popular, teve como objetivo principal auxiliar o crescimento dos negócios de pequeno porte sejam eles formais ou não, e tem como uma de suas ações prioritárias promover o crescimento das micro, pequenas e médias empresas do país, dos setores industrial, de infra-estrutura, de comércio e serviços e agropecuário. Segundo dados disponíveis, estas representam cerca de 98% do total de empresas existentes hoje no Brasil, respondem por cerca de 60% dos empregos gerados e participam com 43% da renda total dos setores industrial, comercial e de serviços. As micro e pequenas empresas respondem por cerca de 2% do total das exportações do país e, considerando que uma das prioridades da economia brasileira é o crescimento sustentado, há forte apoio a ampliação a essas empresas.

Também com base no conceito de auto-sustentação, surgiram modelos não vinculados unicamente a ONG's. Dentre as instituições que recebem recursos do BNDES em busca de auto-sustentabilidade constam instituições tradicionais. Como exemplo: o Banco Real – ABN AMRO Bank que, em julho de 2002, inaugurou a Real Microcrédito Assessoria Financeira Ltda., com o objetivo de conceder crédito e assim, participar do fomento ao desenvolvimento econômico e social de pessoas que não tinham acesso ao sistema financeiro convencional. O público-alvo era composto por pessoas que mantinham pequenos negócios no setor informal, como borracheiros, costureiras, donos de armarinhos ou pese etc. As principais condições para concessão de crédito são atuar no mesmo negócio há pelo menos um ano e não ter pendências financeiras na praça. Esse projeto também contou com a consultoria da organização não-governamental norte-americana *Acción Internacional*. Agentes de crédito visitam os interessados em suas residências ou local de trabalho. Em substituição à falta de comprovação de renda, o cadastro se realiza com base em ferramentas da *Acción* – um questionário abrangente, que permite avaliar a capacidade de pagamento do tomador.

Também os programas desenvolvidos pelo Banco Mundial (Bird) e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) dispõem de uma estratégia de redução da pobreza: o programa de financiamento e de assistência adotados em 1999. São créditos em condições especiais, concedidos a países também beneficiados, em muitos casos, por um programa de redução da dívida externa. Os programas conduzidos pelas duas instituições envolvem além do dinheiro, uma experiência de campo acumulada em décadas de trabalho, que inclui o contato com populações de diferentes culturas, em diferentes meios naturais e com governos de países de tradição e instituições políticas diversas.

3.3 A Rede CEAPE

A partir da experiência da *Acción Internacional* e de organizações não-governamentais colombianas, a metodologia dos Grupos Solidários, que utilizam o aval solidário, foi replicada no Brasil (BARONI; LIMA; DANTAS, 2002). A partir da iniciativa do Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos surgiram mais outros 12 Centros similares em 13 estados brasileiros que formaram a Federação Nacional de Apoio aos Pequenos Empreendimentos (FENAPE), hoje denominada CEAPes Nacional. Os CEAPes configuram uma Rede e esta é composta por associações civis de direito privado, sem fins lucrativos, com o objetivo de promover o crescimento socioeconômico de famílias de baixa renda que desenvolvem atividades de produção, comércio e serviços. Trabalham para elevar a capacitação e auto-estima das pessoas, conscientizando-as de que, como cidadãos produtivos, são agentes importantes no processo de desenvolvimento do País. “Os CEAPes estão articulados na Rede CEAPE, de forma independente, mas adota a mesma metodologia do crédito produtivo orientado, o mesmo princípio da sustentabilidade e a mesma metodologia de apoio aos empreendedores excluídos do sistema financeiro tradicional, principalmente o informal”. (*idibidem*).

A Rede CEAPE estabeleceu parcerias de cooperação técnica com organismos nacionais e internacionais, tanto com órgãos da área governamental como do setor privado. Entre eles estão: o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), SEBRAE, UNICEF, *Accion Internacional*, FNN e DED (cooperação alemã), DISOP (belga) e ESSOR (francesa), Comunidade Solidária, Ministério do Trabalho, além de Associações Comerciais e Industriais em vários Estados. Em 1999, a Rede CEAPE foi classificada pela Fundação Getúlio Vargas e o Banco Mundial como uma das dez principais experiências brasileiras de combate à pobreza. “O público dos CEAPes compreende pequenos empreendedores, geralmente sem acesso ao crédito institucional. São mulheres e homens

integrantes de famílias de baixa renda que têm na atividade por conta própria, uma alternativa de vida. (<http://www.iets.inf.br>. Acesso em: 01 set. 2006).

Quadro 5 Relação de Instituições

Instituições	Limite Crédito em R\$	Taxa Juros Mensal
Ceape Nacional	De 100 a 15 mil	5%
Ceape Pará	Até 5 mil	5,34%
Ceape Paraíba	De 100 a 15 mil	1,5 + taxa única de 4,5%
Ceape Pernambuco	De 500 a 10 mil	3,85%
Ceape Bahia	De 200 a 3 mil	4,9% + taxa única de 6%
Banco do Povo Mato Grosso Sul	De 300 a 2 mil	2,6%
Banco do Povo Belo Horizonte	De 500 a 3 mil	3,9% + taxa única de 5%
Ceape Espírito Santo	De 300 a 6 mil	5,5%
Banco da Mulher do Rio de Janeiro	Até 5 mil	4%
Banco do Povo Paulista	De 200 a 5 mil	1%
Banco do Povo de Santo André	Até 10 mil	3,1% a 3,9%
Banco Social de Curitiba	Até 5 mil	1,5% + taxa única de 1,5%
Banco da Mulher do Paraná	De 300 a 5 mil	4,5%
Banco da Mulher de Lages	De 200 a 10 mil	3,95%
Ceape Rio Grande do Sul	Até 10 mil	5,5%

Fonte: Disponível em: <http://www.iets.inf.br/>. Acesso em: 01 set. 2006.

O processo de um novo cliente, até a liberação do primeiro crédito envolve os seguintes passos: 1) fornecimento de informações básicas; 2) formalização do grupo (ou do cliente com o avalista) e preenchimento da solicitação de crédito; 3) visita ao cliente; 4) análise da solicitação de crédito; 5) liberação do crédito.

No primeiro momento, é efetuado o contato com o interessado que formaliza seu pedido de crédito e escolhe a forma como se dará a fiança: formação de grupo solidário ou crédito individual. Após este passo, é efetuada a consolidação do grupo solidário seguida da visita do agente de crédito ao local de trabalho do empreendedor. Este momento é decisivo para atestar a

necessidade do empréstimo; a existência do negócio e sua dimensão para o atendimento da solicitação.

Na maioria das vezes as atividades são informais, sem registros, mas os técnicos são treinados justamente para lidar com este universo. Através do diálogo com o cliente, em seu local cotidiano de trabalho, o técnico dispõe de critérios e instrumentos para analisar a viabilidade econômico-financeira do empreendimento. E também a credibilidade pessoal do cliente, o que é reforçado em contatos com seu círculo local de relações. Quando da visita, é preenchida a Ficha de Informações Básicas da Atividade Econômica (FIBAE), contendo um conjunto de dados sobre o empreendimento e o titular da família. A FIBAE é um instrumento-chave para diagnosticar a situação do cliente no momento de seu ingresso no CEAPE, servindo como referência na avaliação do impacto do programa junto aos beneficiários diretos, quando cotejados com momentos posteriores. (<http://www.iets.inf.br/>. Acesso em: 01 set. 2006).

O empréstimo é concedido principalmente para capital de giro com prazo de até 180 dias, renováveis, quase sempre, com valores crescentes que podem variar de R\$ 200,00 a R\$ 3.000,00. Dessa forma, estabelece-se um pagamento em dia: ele sabe que, ao pagá-lo corretamente, estará se tornando apto a receber outro empréstimo do mesmo valor ou maior e dispor de recursos para manter seu capital de giro. (<http://www.iets.inf.br/>. Acesso em: 01 set. 2006).

Também é oferecida uma assessoria empresarial que complementa a capacitação gerencial que consiste na realização de reuniões mensais entre um técnico e cada grupo de clientes, quando busca-se avaliar a situação de cada empreendimento, com ênfase na aplicação do crédito e nas estratégias de gerenciamento do negócio.

Nas diversas etapas do processo, papel central é desempenhado pelos agentes ou técnicos em crédito, cuja atividade requer perfil e treinamento específico. Diferentemente do técnico do sistema bancário tradicional, o agente mantém uma relação individualizada com os clientes e um monitoramento das atividades financiadas. Sua prática é considerada elemento-chave dentro do conceito definido pela rede como tecnologia do microcrédito orientado para o seu desempenho pessoal. (<http://www.iets.inf.br/>. Acesso em: 01 set. 2006).

Com esta medida é estabelecido um estreito relacionamento com os pequeno empresário durante todo o período de vigência do financiamento, o que consiste em uma estratégia de supervisão de suas atividades.

3.3.1 Missão e objetivo

A rede CEAPE tem como missão: “a melhoria da qualidade de vida dos pequenos empreendedores, através da massificação do crédito orientado, em âmbito nacional, como estratégia de combate à pobreza”. (<http://www.iets.inf.br>). Acesso em: 01 set. 2006).

Seu objetivo é melhorar o nível de renda dos pequenos empreendedores; fortalecer os pequenos empreendimentos; contribuir para a diminuição da evasão escolar e permanência de crianças e adolescentes na escola; contribuir para o exercício da cidadania; criar novos postos de trabalho e fortalecer os existentes e possibilitar condições para a valorização e o reconhecimento do papel da mulher que trabalha por conta própria, no seu contexto socioeconômico e cultural.

Os empréstimos são concedidos mediante o acompanhamento gerencial dos negócios do cliente por técnicos especializados, objetivando a promoção e o aperfeiçoamento da capacidade gerencial do empreendedor. É uma relação de longo prazo, pois o sistema prevê a renovação dos pequenos empréstimos em valores crescentes, de acordo com as exigências da atividade.

3.3.2 Acesso ao crédito

Os primeiros créditos devem ser pequenos e fáceis de devolver, como parte de um processo educativo em relação ao uso adequado do crédito, para evitar sobrecarregar o negócio com o dinheiro acima de sua capacidade de

inversão. À medida que o cliente se familiariza com o uso do crédito, desenvolve sua capacidade de aplicá-lo bem e pode ter acesso a maiores valores. Dessa maneira, aprende a controlar o fluxo de capital e a desenvolver sua capacidade de planejar o próximo pagamento.

Por dispor de capital próprio muito reduzido, o pequeno empreendedor informal necessita ter acesso permanente ao crédito e ter sempre à mão seu capital de trabalho, o que implica na renovação imediata do crédito, tão logo seja liquidada a dívida anterior. Ao mesmo tempo, ele é motivado para pagar em dia, pois, sabendo, que ao pagar a dívida de seu crédito anterior receberá um novo, estará mais motivado a fazê-lo.

3.3.3 Modalidades de Microcrédito

Fiança Solidária: consiste na formação de um grupo de pequenos empreendedores interessados na obtenção de crédito, com objetivos semelhantes e baseados na confiança mútua adquirida, fundamentada na convivência, sendo que cada participante se disponibiliza a ser avalista dos outros participantes.

Crédito individual: caso o empreendedor não aceite ou não tenha condições de formar um grupo, pode tomar um empréstimo com a apresentação de um avalista e eventualmente uma garantia complementar.

Para determinar esses elementos, é levado em conta o setor e o tipo de atividade econômica que está sendo financiado. Por se tratar de atividades de pequenas dimensões, os créditos são de pequeno valor, curto prazo e pagamentos freqüentes. “Isto significa que o aval individual não exige condições de renda que poderiam ser inatingíveis no círculo social do cliente”. (Disponível em: <http://iets.inf.br>. Acesso em: 01 set. 2006).

A diferenciação desses dois tipos de créditos permite que o cliente continue renovando seu crédito para capital de trabalho em pequenos períodos, o que facilita o reembolso de ambos os créditos.

3.3.4 Valor e forma de pagamento

Para determinar esses elementos, é levado em conta o setor e o tipo de atividade econômica que está sendo financiado e, principalmente, seu "ciclo de giro do capital". Por se tratar de atividades de pequenas dimensões, os créditos são de pequeno valor, curto prazo e pagamentos freqüentes. O aumento do valor dos créditos seguintes deve refletir o crescimento do negócio, ou seja, os efeitos positivos dos créditos anteriores.

Essas estratégias são benéficas para o negócio, pois estabelecem uma rede de cooperação e arranjos produtivos pelos seguintes fatores:

- 1) A dívida é assumida de acordo com a capacidade de inversão e pagamento.
- 2) Não sobra dinheiro, que seria facilmente desviado para outras necessidades básicas não-atendidas;
- 3) Em pequeno espaço de tempo terá sempre dinheiro novo para aplicar;
- 4) Prestações de pequeno valor facilitam a liquidação do débito sem que haja descapitalização.

Dessa forma, é mantido um estreito relacionamento por meio do diálogo com os empreendedores populares durante todo o período de vigência do financiamento, constituindo uma ação estratégica de microcrédito produtivo e orientado.

3.3.5 Exercício da cidadania

Além de fortalecer iniciativas de economia solidária, o programa desenvolve atividades que estimulam o exercício da cidadania, como a organização dos pequenos empreendedores na busca de soluções para problemas comuns: promover palestras, seminários e reflexões em torno de temas relevantes à sua formação como cidadão; trabalhar a especificidade da mulher no contexto da família e da sociedade, visando a superar a desigualdade da sociedade.

3.4 Breve Histórico do Bank Grameen

Em 1976, o economista Muhammad Yunus implanta uma experiência pioneira em Bangladesh, um dos países mais desfavorecidos da Ásia, pela qual acredita que o crédito poderia acabar com a situação de extrema pobreza que assola a população de seu país, concedendo pequeníssimos empréstimos a uma parcela dos 12 milhões de cidadãos que não tinham acesso a nenhum outro meio para obter qualquer resultado concreto de mudar sua situação. A necessidade de disponibilizar recursos para crédito produtivo popular motivou o professor Muhammad Yunus, diretor principal e fundador do Grameen, o qual continua a ser um grande defensor e promotor do microcrédito, com o argumento de que é a única maneira de existir um crédito bilateral de maneira gratuita, tornando-o possível, particularmente para mulheres pobres.

As primeiras discussões sobre a importância do microcrédito para aliviar a pobreza em Bangladesh tiveram início em junho de 1976, com o trabalho de mobilização de 42 pessoas que tomaram emprestado um total de menos de 27 dólares para sobreviver por si mesmas. Na ausência de instituições financeiras capazes de atender a este mercado de crédito os agiotas – fornecedores informais de crédito – tomavam conta do espaço cobrando juros astronômicos e

levavam seus clientes a se aprofundarem mais e mais na pobreza. Assim, os bancos acabavam criando uma categoria de pessoas cada vez mais empobrecida. Foi por desespero que o banco Grameen aboliu as regras bancárias elementares e, para grande surpresa, o pagamento dos empréstimos sem caução funciona muito melhor do que quando a garantia é importante. Mais de 98% dos empréstimos concedidos são pagos, porque os pobres sabem que essa é a única oportunidade de saírem da pobreza e não podem recuar ainda mais, pois não têm outra maneira de sobreviver se forem excluídos desse sistema.

O caminho percorrido dos 27 dólares emprestados pelo professor Yunus a 42 famílias naquele ano foi longo até chegar a 2,3 bilhões de dólares emprestados a 2,4 milhões de pessoas pobres que vivem em 39 mil vilas e aldeias de Bangladesh. Na reunião realizada em Washington, em fevereiro de 1997, a meta estimada foi alcançar 100 milhões de famílias mais pobres com o microcrédito – preferencialmente as mulheres dessas famílias – até o ano 2005.

Atualmente, os programas do Grameen se estendem por todo o planeta, atendendo sempre aos pobres que não podem oferecer garantias. Dentro de princípios humanistas, suas ações beneficiam àqueles que atendem a regras simples; como exemplo: o empréstimo é feito a grupos de pessoas que se responsabilizam mutuamente pela devolução ou no atendimento às necessidades das mulheres, na maior parte das vezes mantenedoras dos lares.

Os bancos tradicionais pedem aos clientes que se dirijam a suas agências. Para um pobre – e ainda por cima analfabeto –, uma agência tem algo de terrível, de ameaçador. Ela cria uma distância suplementar. Por isso resolvemos que iríamos até o cliente. Todo o sistema bancário do Grameen parte da idéia de que não cabe às pessoas ir ao banco, mas o banco ir até às pessoas, princípio que já de saída nós adotamos. Isso não é apenas uma estratégia de relações públicas, mas um elemento determinante de nossas operações comerciais. (YUNUS, 1997, p. 151).

O grande diferencial nas operações do Grameen é que atua como determinante para o sucesso das operações comerciais está no modelo de comunicação adotado que atua com dois princípios fundamentais.

Se for visitar uma agência do banco Grameen em Bangladesh, vai ver que nunca há fila no caixa. Talvez veja algumas pessoas trabalhando, mas na inauguração do banco afixamos em todas as nossas agências essa advertência: '*A presença de qualquer membro da equipe será considerada uma violação das regras do banco Grameen*'. (YUNNUS, 1987, p. 151).

O primeiro é o da adoção da comunicação dirigida se dá face-a-face quando os funcionários do Banco vão ao local onde vivem os clientes. Justifica-se esta comunicação interpessoal, pois, na visão de Yunus, o dinheiro é endereçado aos pobres os quais vêem nas instituições financeiras uma barreira. Segundo seu idealizador, o banco é quem deveria ir às pessoas, facilitando o acesso dos pobres aos negócios, principalmente em se tratando de uma mulher como parte envolvida. O escritório bancário é uma parte da instituição, o que representa uma ameaça para uma pessoa pobre. Assim, os agentes passam todo o seu tempo andando pelos lugares e falando com as pessoas – é o trabalho de campo – e só ficam em suas agências o tempo necessário para contabilizar os documentos. Os agentes de crédito avaliam as necessidades de crédito e condições de pagamento e pedem referência a vizinhos e amigos.

Diferentemente do que ocorre nas instituições financeiras tradicionais, esses funcionários são pessoas que já concluíram a universidade, mas não têm experiência alguma no mercado financeiro e são treinados pelo próprio Grameen. Sua missão consiste em se familiarizar com a região e fazer um levantamento detalhado de tudo o que lhes diga respeito para que possam instalar novas agências em lugares carentes. O objetivo é ter funcionários técnicos que se impregnem de todo o contexto cultural, social e político sem o qual a percepção do problema econômico será insuficiente. Ou seja, os profissionais locais vivem os problemas de dentro e, por exemplo, conhecem a

idiossincrasia de seu povo na hora de elaborar e conceder empréstimos. Após sua concessão, os agentes acompanham a evolução do negócio.

Os funcionários não fazem discriminação sobre a atividade econômica que seus financiados têm intenção de realizar e os empréstimos são bem diversos, indo da produção de conservas, velas, temperos a atividades agrícolas. Contudo, com a realização de visitas semanais e mensais, os agentes regularmente medem a saúde financeira de seus financiados para garantir que eles poderão pagar com os devidos juros os empréstimos recebidos e também que toda a família esteja dele se beneficiando.

O Grameen procura não apenas gerar mudanças econômicas como também sociais. Parte do pressuposto que emprestar será mais benéfico do que uma doação, pois melhora a dignidade das pessoas, posto que é humilhante para o ser humano depender de uma ajuda, seja do Estado ou da Igreja para sobreviver.

O segundo princípio determinante para o sucesso é o fato da organização dos tomadores de crédito ser realizada por meio de pequenos grupos homogêneos denominados de grupos solidários. Este grupo é formado pela auto-seleção de seus membros, obedecendo a uma condição básica de que as pessoas que vão participar do grupo tenham um relacionamento anterior, sejam amigas e gozem de confiança recíproca, desta forma, é criada uma espécie de rede de apoio que, ao mesmo tempo, exerce pressão. Essa condição facilita a coesão grupal, aumentando o nível de cumprimento das responsabilidades assumidas, da participação e do rendimento do grupo.

O grupo solidário é formado com um mínimo de três pessoas e máximo de seis: seu tamanho facilita o processo de comunicação interpessoal, a organização e administração dos conflitos, a obtenção de consenso e a

participação equilibrada entre os seus membros. Uma vez auto-selecionadas, as pessoas que dele vão participar iniciam as atividades do programa.

Assim é estabelecida a fiança solidária que consiste na associação de pessoas que assumem coletivamente as obrigações quanto ao retorno dos empréstimos. A opção pelo grupo solidário, formado pela auto-seleção de seus membros, supõe a convivência anterior e a confiança, pois seus integrantes são co-avalistas: se um não pagar sua dívida, os outros devem assumi-la.

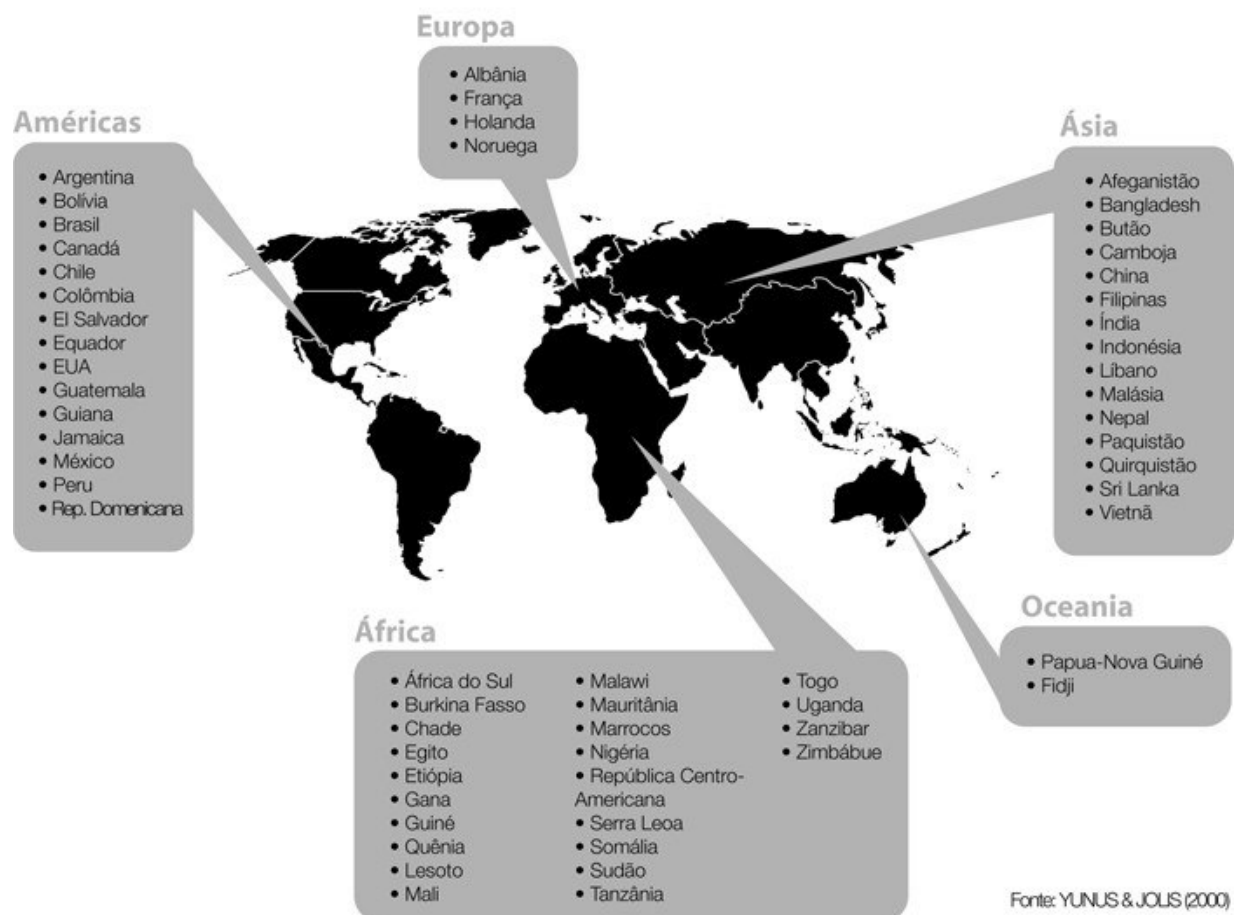
Os empréstimos concedidos por ele são de pequena monta e de curto prazo e ajustados de acordo com as possibilidades das pessoas. Às vezes o pagamento é diário. Em 1982, o número de membros do Grameen atingiu 28 mil pessoas dos quais metade era composta por mulheres, pelo seu papel fundamental como responsáveis pela administração familiar. Isso tem funcionado perfeitamente, pois a mulher discute preços, pechinchando cada centavo e aumentando, assim, seu poder de compra. Atualmente as mulheres compõem cerca de 95% do total de tomadores de empréstimos, principalmente na área rural.

Várias entidades sérias – como o Grameen – acabam tendo esse tipo de iniciativa de programa de expansão do microcrédito porque precisam de recursos para suprir carências sociais imensas, deixadas por um estado incompetente, para gerar empregos, crescimento econômico e redes de proteção social, situação ainda mais acentuada pelos efeitos negativos da globalização.

O Grameen é um banco privado de auto-assistência e o lucro auferido em suas operações é reinvestido em novas habitações, escolas e serviços de saúde. Defende objetivos sociais, como: eliminar a pobreza, fornecer educação a todos, assistência médica e emprego, atingir a igualdade às mulheres e o bem-estar social às pessoas idosas. É o que poderia ser chamado de setor privado orientado para a consciência social e não pela busca do lucro:

Quadro 6 Localidades com Modelo Grameen

Países nos quais há programas de crédito do tipo GRAMEEN



Fonte: <http://integracao.fgvsp.br/>. Acesso em: 28 nov. 2006.

3.4.1 O Prêmio Nobel da Paz 2006

O Comitê Norueguês do Nobel decidiu premiar o bangalês Muhammad Yunus (1940), fundador e presidente do Banco Grameen, como o ganhador do Prêmio Nobel da Paz 2006. Yunus concorreu com outros 191 candidatos e a premiação ocorreu em 10 de dezembro de 2006, na cidade de Oslo, Noruega, por ocasião do aniversário da morte de Alfred Nobel. Criado em 1901, o Nobel da

Paz é dotado de 1,1 milhões de euros e, com o passar dos anos, passou a incluir os direitos humanos e o meio-ambiente.

Em 1974, ao retornar de um período de estudos nos Estados Unidos, Yunus ficou chocado com a fome em Bangladesh e passou a visitar as vilas pobres para tentar achar uma solução. Em suas visitas, ele percebeu que muitas mulheres de vilarejos pobres tinham altas dívidas com agiotas e decidiu tentar persuadir o banco local a dar crédito regular aos moradores locais. Yunus enfrentou resistência dos dirigentes do banco, que argumentavam que não haveria garantia de que os beneficiados pobres conseguissem pagar suas dívidas. Fundado em 1976, o Grameen Bank obteve status de banco em 1983 e já foi exportado para mais de 40 países. Desde então, mais de US\$ 5,7 bilhões foram emprestados pelo sistema de microcrédito em Bangladesh, dos quais US\$ 5 bilhões foram pagos. Mais de 6,6 milhões de pessoas foram beneficiadas – 96% delas mulheres. (ANEXOS I e II).

Muhammed Yunus, é conhecido como o “banqueiro dos pobres”, e o seu banco como “banco do povo”, uma referência ao conceito do banco Grameen, que significa povoado. A sua escolha é vista com surpresa, mas é interpretada como uma mensagem do Comitê Norueguês do Nobel contra o neoliberalismo econômico e a uma globalização que não levam em conta as necessidades dos pobres. "A paz duradoura não pode ser obtida sem abrir um caminho para que uma ampla parte da população saia da pobreza". (<http://www.uol.com.br>. Acesso em: 22 nov. 2006)

CAPÍTULO 4 A CONTRIBUIÇÃO DA COMUNICAÇÃO PARA O BANCO DO POVO

4.1 A Percepção de Mundo e a Formação de Grupos

Saber porquê a configuração de pessoas em pequenos grupos foi favorável para o sucesso do banco dos pobres ou Banco do Povo e descobrir os motivos pelos quais, num mundo que oferece quase que infinitas oportunidades de interação, os pequenos grupos são uma escolha é um desafio a que nos propomos. Para tal, é preciso que se retorne aos meios mais primários de percepção de mundo, já que é essa que guia nossas ações, mesmo que de forma inconsciente.

Existem fatores estruturais e funcionais responsáveis por formatarem, na mente do homem, uma imagem do mundo. Os primeiros passam necessariamente pelos meios físicos e biológicos de transmissão. Assim, os estímulos estruturais derivam dos efeitos que os objetos e acontecimentos presentes no mundo dos fenômenos produz em nosso sistema nervoso. Os estímulos funcionais, por sua vez, são aqueles que derivam primordialmente das necessidades, do estado de ânimo, das experiências anteriores e da memória dos indivíduos. Ou seja, trata-se de fatores responsáveis por atribuir sentido a um estímulo qualquer, segundo a conformidade do indivíduo.

A despeito da existência de fatores funcionais e estruturais, vale dizer sobre a seletividade funcional da percepção. Uma pessoa, hodiernamente, depara-se com uma infinidade de informações todos os dias, principalmente se viver em uma grande cidade. Para que tenha uma mente saudável, ver-se-á obrigada a selecionar as informações que lhe são apresentadas, e o melhor critério é a funcionalidade. As pessoas tendem a escolher aqueles dados que

lhes são mais úteis e também aqueles que seus fatores funcionais lhes permite escolher.

O que parece mais plausível afirmar, a partir daqui, é que uma estrutura de pequenos grupos faz com que as pessoas tenham maior domínio das informações circundantes, por essas não serem muitas; outro motivo é que cada integrante de um grupo geralmente faz parte de um mesmo sistema cognitivo, o que solidifica as relações e reitera coletivamente os objetivos a serem alcançados. Este, além de solidificar uma identidade comum aos membros do grupo, também ajuda quanto à interpretação dos estímulos. Nesse sentido, relatam Krech e Crutchfield:

Quando um indivíduo é percebido como membro de um grupo, cada uma das características do indivíduo que correspondem às características do grupo está afetada pelo fato de que o indivíduo pertencer ao grupo, e o efeito segue a direção da assimilação ou do contraste. Entre outros usos, esta formulação pode nos ajudar a compreender porquê, em nossa percepção das pessoas, somos com frequência 'parciais' ou 'injustos.' (In: SCHRAMM, 1969, p. 109).

Há uma outra questão a ser levantada, atinente a ética. A aparente contradição do mundo globalizado nos conduz ao falso raciocínio de que, por haver acesso quase irrestrito a diversas culturas, as pessoas tendem a distanciar-se de suas raízes. Outro tipo de prospecção leva à idéia de uma preservação veraz de identidades, no sentido de um retorno a uma etnicidade idealizada. Sem adentrar nessa discussão nada profícua para o trabalho, tratemos da questão da multiplicidade.

As presentes dicotomias da cultura ocidental, juntamente ao raciocínio cartesiano, nos impediram, por vezes, de perceber a multi-funcionalidade do ser humano. Não há que se falar de um aspecto físico sem considerar suas implicações sociais, não se deve tratar o plano do intelecto sem abordar o plano emocional e assim por diante. Desse modo, um modelo produtivo que seja capaz de capacitar o ser humano nessas diversas esferas da vida sem dúvida terá para

si um ser humano mais completo, o que afeta diretamente a força de trabalho. Essa percepção orgânica das relações humanas é capaz de aproximar o homem de seu *ethos*, indubitavelmente.

Os pequenos grupos aos quais o Banco do Povo concede crédito agem sempre solidariamente, no lucro e no prejuízo; visam a uma melhora em todos os planos de vida do indivíduo, encarando-o de maneira global; servem para, futuramente, fomentarem projetos daqueles grupos iguais ao seu e, por fim têm por base um projeto ético de ascensão social.

4.2 A Importância da Comunicação nos Pequenos Grupos

Em um primeiro momento, é importante deixar claro que a opção de estudo pela comunicação dos pequenos grupos de modo algum pretende diminuir a importância das outras modalidades interacionais. A comunicação interpessoal, antes, é a praticada entre os indivíduos do grupo. Depois, uma eficiente comunicação de grupo dá ensejo para que se elaborem sistemas comunicacionais mais vastos tais como a comunicação de massa. De acordo com a definição de Marvin E. Shaw (1971) em seu trabalho *Group dynamics: the psychology of small group behavior*:

[...] um grupo é definido como duas ou mais pessoas que estão interagindo mutuamente de tal maneira que cada pessoa influencia e é influenciada por cada uma das outras pessoas. Um pequeno grupo é um grupo que tem 20 ou menos membros, se bem que, na maioria dos casos, estaremos interessados em grupos de cinco membros ou menos. (*apud* LITTLEJOHN, 1988, p. 254).

Além dessa definição extrínseca, existe a percepção de pertencimento que parte do indivíduo e inclui a Comunicação como uma característica essencial do grupo. Ainda segundo Shaw “(...) os grupos mais interessantes são aqueles

que perduram por um período de tempo relativamente longo, possuem um objetivo ou objetivos, e certo grau de estrutura interacional". (*Id. ibidem*).

Para que seja possível saber se alguém faz parte de um grupo, deve-se analisar os seguintes requisitos: a pessoa se autodenominar como integrante; achar o grupo gratificante; esforçar-se em prol de um resultado coletivo; ocupar um papel específico no grupo e ser definida como membro pelos outros participantes do grupo. Para que se inicie a análise propriamente dita, faremos uma cisão qualitativa sobre o conceito de grupo. (LITTLEJOHN, 1988).

Conforme o critério numérico, são os pequenos grupos os mais interessantes à pesquisa. Agora, vale explicar a diferença entre grupos funcionais e estatísticos. Ao passo que estes recitam os grupos segundo um critério geográfico como idade, sexo, religião, instrução etc, aqueles são constituídos por membros que compartilham um objetivo em comum. É claro que os membros de um mesmo grupo estatístico tendem muitas vezes a responder mais ou menos da mesma forma a certos estímulos da informação, mas sem dúvida são os membros de grupo funcional em comum que irão exercitar seu senso crítico semelhante. Nesse tipo de grupo as pessoas tendem a prestar mais atenção à opinião alheia, justamente por ser o desejo que as une. O grupo funcional, logo, é o lugar primordial de estudo da comunicação coletiva.

As famílias são quem mais recebem o fomento do Banco do Povo e inquestionavelmente são grupos estatísticos. Por outro lado, da maneira em que se configuram são grupos funcionais, já que o incentivo do microcrédito passa a ser uma tarefa comum para aqueles indivíduos. Não só, a existência do grupo funcional como tal depende também de um constante campo de forças interno e externo. No campo da psicologia social, uma das contribuições mais importantes foi a de Kurt Lewin (1947) ao adotar um conceito sistêmico de grupo:

O grupo existe num estado dinâmico de quase-equilíbrio. O estado do grupo, em qualquer momento, é determinado por várias forças opostas. Essas forças criam uma tensão e o potencial para movimento de mudança. Essa noção leva-nos ao método de Lewin de *análise do campo da força*, o qual, reconhece que o estado do grupo, em determinado momento, é um resultado de forças pró-mudança e forças contra a mudança. (*Apud* LITTLEJOHN, 1988, p. 260).

Desses excertos pode-se extrair duas lições. A primeira delas passa por uma questão de gradiente de forças. Na medida em que os benefícios de estar em grupo e realizar uma tarefa em comum forem tantos que possibilitem às pessoas afastarem-se de sua condição inicial, as forças externas favorecerão a comunhão de grupos; do contrário, os interesses pessoais irão prevalecer, o que irá propiciar uma postura individualista. Nesse sentido, percebe-se que os grupos que se beneficiam do microcrédito, por viverem em condições sociais muito precárias, sofrem muitas forças externas que lhes conduzem ao associativismo.

Outra lição que podemos levar é a respeito da bagagem cultural do grupo. Mesmo que as forças externas incentivem a mobilização de um grupo ao ponto que ele faça movimentos, é imprescindível que seus valores sejam respeitados. Isso é patente para provar que não basta oferecer crédito aos mais pobres, é necessário que isso se faça de acordo com a sua linguagem. O Banco do Povo, diferente dos demais, soube utilizar-se dos agentes de créditos para tal finalidade. Aqueles cidadãos que se sentiam ameaçados pelo ambiente das agências bancárias passaram a receber, em suas próprias casas, a oportunidade que consideravam estar tão distante.

Com o intuito de demonstrar a dinâmica sistêmica do comportamento social, há mais que o campo de forças externo *versus* o interno para ser citado. Mais de uma frente de análise existe, mesmo quando o objeto é simplesmente o interior do grupo. Trata-se aqui das atividades, da interação e dos sentimentos. O método de separar os campos de trabalho das relações pessoais e esses últimos dos sentimentos pessoais não é eficaz quando se trata de pequenos grupos. Os

atores sociais pretendem sempre uma melhora pessoal através do projeto coletivo, obviamente, mas isso não impede que a comunicação grupal seja algo que tenha uma importância maior. De acordo com Émile Durkheim, um grupo social não é a mera soma de seus indivíduos, os ultrapassa. Aqui, pode-se afirmar que a interação do grupo tampouco depende de fatores administrativos isolados, mas sim, de uma gerência própria de interação.

A despeito da visão holística é evidente que haja uma certa padronização na interação dos pequenos grupos, e é a sua formatação que se pretende agora mostrar. À medida que o sistema social de um grupo se desenvolve, são percebidos alguns posicionamentos recorrentes. Cada membro do grupo tende a incorporar um papel específico, ao encarregar-se de determinadas funções. Essa padronização de comportamento vem juntamente a uma homogeneização das atividades, que são naturalmente arranjadas em seu modo mais produtivo. A partir desse momento espera-se que os agentes sociais ajam de acordo com essas disposições; essa expectativa de conduta nada mais é que o conjunto de normas de um grupo. Finalmente, são estabelecidos graus hierárquicos dentro do grupo, os quais serão mais bem abordados no item subsequente.

Seria desleal para as Ciências Sociais admitir somente pontos positivos na existência dos pequenos grupos. Estes, evidentemente, têm seu custo de funcionamento. Para que o *trade off* valha a pena adentremos melhor a esses pormenores. Quando um grupo de pessoas reúne-se para realizar certa atividade, nem toda a energia de trabalho despendida é dirigida a esta produção. O grupo, em si, demanda uma quantidade de energia para manter seu funcionamento; seja para ordenar tarefas, seja para que a comunicação entre seus membros se estabeleça sem ruídos. Segundo Litterjohn, Cattell (1984) tratou dessa questão em sua teoria da sinergia:

A sinergia de grupo é o resultado das atitudes dos membros para com o grupo. Na medida em que os membros têm atitudes diferentes em relação ao grupo e suas operações, resultará um conflito, aumentando a proporção de energia necessária à manutenção do grupo. Assim, quanto mais indivíduos possuem atitudes semelhantes, menor é a necessidade de investimento intrínseco e maior a sinergia ativa. (1988, p. 261).

Ao passo em que as interações forem mais bem sucedidas, maior é o grau de coesão do grupo. E quanto maior a coesão de um grupo for, maximizadas serão as recompensas e minimizados serão os custos dessa união. Mais uma vez, no caso em tela, verifica-se a aplicação prática desta teoria. A unidade social mínima da família, sem dúvida, gasta menor quantidade de sinergia na manutenção de grupo que demais configurações sociais, e por dois motivos básicos. Em primeiro lugar, as famílias têm laços fortes de estabelecimento, e não se romperão devido a motivos sem importância; depois, é indelével o nível de conhecimento mútuo entre seus membros, o que poupa tempo e esforços de interação. Assim, a família beneficiada pela concessão de crédito possui um elevado grau de coesão no momento de decisão de investimento.

Não basta, porém, uma família comprometida e coesa. Os grupos, para que funcionem bem em suas unidades, precisam que haja uma rede de funcionamento entre outros grupos:

É claro, seria uma falácia ver todos os grupos como entidades independentes. Como as pessoas aderem a muitos grupos, estes sobrepõem-se e apóiam-se ou chocam-se mutuamente. Além disso, os grupos organizam-se hierarquicamente. Quando um grupo é usado por outro grupo como instrumento para se atingir um objeto supra-ordenado, diz-se existir *subsidição*. Assim como indivíduos são subsidiários de grupos, alguns grupos são subsidiários de outros grupos. O inter-relacionamento entre os grupos numa esfera pode ser definido como *entrelaçamento dinâmico*. (...) O que acontece num entrelaçamento de grupos e subgrupos é que a sinergia se reparte entre os grupos subsidiados". (CATTELL, 1984, *apud* LITTERJOHN, 1988, p. 281).

Fica clara, a partir desse extrato, a importância da coordenação exercida pelo Banco do Povo. Nesse contexto, a energia empregada pelos agentes de crédito é repartida entre as diversas famílias e sub-grupos incluídos no programa. Qualquer esforço empregado por uma dessas partes entrelaçadas acaba por ser reempregada na mesma empreitada. O lucro auferido pelo Banco através dos juros será imediatamente convertido em diversos projetos sociais: incentivo de cooperativas locais, geração de mais microcrédito a mais grupos e assim por diante. Portanto, pode-se concluir que as relações consumeristas passam longe do modelo empregado pelo Banco do Povo. Disposto numa estrutura de grupo, com o intuito de estabelecer parcerias com fins comuns, depara-se com um simples, porém eficiente projeto comunicacional de pequenos grupos.

4.3 Prestígio, Influência Pessoal e Credibilidade

Na tentativa de reconstruir, embora apenas intelectualmente, as relações de grupo, ficou demonstrada a organicidade do conjunto. É justamente para captar melhor tal mecanismo comunicacional que este subitem vem trazer à tona a questão da liderança pessoal. Antes disso, vale discorrer a respeito das relações de poder inerentes a estrutura grupal: “Por meio de cooperação e interação, pode ocorrer uma redução dos custos conjuntos. Os membros podem produzir recompensas mútuas e instigar a facilitação social de satisfações. Nos grupos poderá existir certo número de situações contingentes redundando cada uma delas numa diferente relação de poder”. (LITTERJOHN, 1988, p. 269).

Em outras palavras, uma relação hierárquica de opiniões é intrínseca ao grupo. Uma vez que este precisa dedicar certa energia para as diversas exigências interpessoais presentes em seu interior, um dos fatores que mais comumente aparecem são as relações de poder. Ainda, pode existir, co-

relacionado às relações de poder, um delicado sistema de recompensas mútuas.

Continuando:

Outras fontes podem levar indiretamente ao poder. Uma dessas situações ocorre quando o grupo, como um todo, é punido ou recompensado. Um tal *destino comum* acarreta uma identificação crescente entre os membros. Quando isso acontece, a atração interpessoal aumenta entre os membros, elevando assim o grau de influência interpessoal do grupo. O poder não é simplesmente o atributo de uma pessoa, em detrimento de outras pessoas; sempre que pessoas se influenciam reciprocamente, diz-se que existe poder. (LITTERJOHN, 1988, p. 263).

Certamente, a esta altura, o leitor está confuso. Como falar em liderança pessoal numa estrutura ratificada como horizontal, na qual quaisquer relações são definidas como relações de poder? A influência pessoal, para que possa ser legitimada, precisa exercer uma função clara dentro do grupo, convertendo-se, assim que possível, em gratificações pessoais e em maior coesão dos integrantes.

Dito isto, adentremos a influência pessoal, mais especificamente. Para tal, é preciso que façamos a distinção, primeiramente, entre prestígio e influência pessoal, propriamente dita. O prestígio diz respeito, indubitavelmente, a uma proeminência social. Contudo, ele é alcançado por via indireta, sempre por intermédio de uma posição de destaque, seja ela artística, política, esportiva, eclesiástica ou intelectual. Assim, aquele dotado de prestígio geralmente o é devido ao “cargo” que ocupa. O prestígio garante respeito àquele que o detém, mas junto a ele está associado um distanciamento respeitoso. Isso traduz que o prestígio, muitas vezes, adquire proporções sobre-humanas, conferindo atributos que nem o próprio prestigiado seria capaz de ter. Ao fazer uma analogia das considerações de Marx para o campo pessoal, diríamos que o prestígio é um processo de fetichismo de um determinado ser humano.

Por outro lado, a influência pessoal age mediante os contatos pessoais diretos. Diferentemente do ícone de prestígio, a influência pessoal tem o dia-a-dia como mediador; as bases de confiança vão se estabelecendo aos poucos, até o momento em que certa pessoa fica conhecida como aquela que possui a "opinião correta". Essas pessoas nada mais são que os próprios líderes de opinião. Porquanto, para ser um líder de opinião, não é preciso estar posicionado em alto pico da escala social, mas somente que exista verdadeiro capital social. Os líderes de opinião, grosso modo, podem ser associados à imagem do sábio presente no inconsciente coletivo: humilde e discreto. Trata-se de alguém de trato cotidiano, em cuja palavra se confia.

Logo, os meios de difusão por excelência da imagem de prestígio são aqueles de comunicação de massa, pois esses são os capazes em transformar rapidamente as pessoas em "celebridades". Já os líderes de opinião, exercem sua influência em lugares de natureza neutra tais como o café, o mercado, a rua, a fila da padaria, etc. Todos esses contrastes, contudo, são de caráter mais didático que efetivos. Nada obsta que, no plano da realidade, haja uma interseção entre as figuras do prestigiado e do líder de opinião, embora essa fusão seja mais difícil de se observar.

Num constante exercício relacional, tem-se o caso estudado:

Nos países onde estão menos difundidos os meios de comunicação coletiva pode-se desempenhar um papel ainda mais importante da comunicação e das idéias mediante o contato pessoal. De acordo com as entrevistas reunidas pelo Bureau of Applied Social Research (Departamento de Investigação Social Aplicada) nas aldeias de um país do Oriente próximo, não encontra comumente senão um exemplar de jornal, geralmente no café. As notícias são recebidas em grande parte por meio verbal, transmitidas pelo funcionário, pelo professor e pelo sacerdote mulçumano da aldeia, pelo carteiro e por outras pessoas cujos trabalhos os coloca em freqüente contato com pessoas de diferentes lugares. As notícias que são passadas de uma pessoa a outra, em lugares, tais como, a Mesquita ou o cabeleireiro, são depois objeto de discussão no café. (BIGMAN, In: SCHRAMM, 1969, p. 347).

Desde agora, pode-se afirmar que o líder de opinião é um papel fundamental presente na cadeia do microcrédito. Os agentes de crédito, ao conversarem de maneira afável, direta e pessoal com os possíveis beneficiados, conquistam, mesmo que de modo de efêmero, o *status* de líder de opinião. Já no interior do grupo que recebeu o benefício, o papel de líder de opinião é fundamental para que haja uma centralização de condutas em prol de uma meta comum, e também para que necessidades estritamente pessoais não tirem o foco do grupo. Em sua maioria, como mostrado no Capítulo 3, esse papel cabe às mulheres, que agem como empreendedoras no interior do seio familiar. Por último, numa sistemática aldeã, toda a comunidade passa a interessar-se pelo projeto, sendo que são os líderes pessoais, quase que anonimamente, os responsáveis por essa difusão de informações e valores.

Afinal, existem duas características básicas presentes na influência pessoal. Uma delas é a informalidade. Não há qualquer estratégia de marketing pessoal, muito menos de relações públicas por detrás da imagem do líder de opinião. Em estudo realizado em 1948, Lazarsfeld, Barelson e Gaudet, publicam o artigo “A escolha da Pessoa” dedicado à análise do processo de decisão do voto durante a campanha de eleição presidencial de 1940, nos Estados Unidos. Nesse tratado afirmaram ser a comunicação face-a-face mais eficaz em virtude de características tais como a flexibilidade, a provisão imediata de recompensa ou de castigo, dentre outras. Isso representa que a maleabilidade da comunicação face-a-face proporciona ajustes mais rápidos, tornando a comunicação mais efetiva. Corrobora para este raciocínio a afirmação de Klapper: “As vantagens únicas que se atribuem a este modo de comunicação, derivam diretamente do feito da relação interpessoal e é provável que sejam tanto mais fortes quanto mais individual é a situação, e menos forte enquanto a situação se faz formal ou implica a um público numeroso” (In: SCHRAMM, 1969, p. 83).

Apesar de já ter sido constatado que na União Soviética os líderes de opinião eram sistematicamente treinados dentro da propaganda oficial, parte-se do princípio que a verdadeira essência da influência pessoal está nas conversas constantes, na formação de pares situacionais. Sem dúvida é plausível questionar-se se os agentes de crédito do Banco do Povo não seriam, na verdade, oficialmente treinados para serem líderes de opinião. A resposta é negativa e tem sua razão de ser; os agentes de crédito trabalham o menor tempo possível nas agências bancárias, justamente com o intuito de impregnarem-se da ambientação social de sua clientela. Ademais, os agentes de crédito são selecionados dentre os profissionais que ainda não foram contaminados pelos vícios do mercado financeiro.

A outra característica básica da influência pessoal é a sua especialidade. Como as pessoas consideram os líderes de opinião justamente por esses “saberem o que dizem”, e como é raríssimo que haja alguém hábil a discorrer com muita propriedade sobre os mais diversos assuntos, conclui-se que há múltiplos líderes de opinião, dependendo da sua esfera de atuação. No mais, a despeito das características do líder em si, é importante preocupar-se com o fluxo da informação. Qual caminho ela percorre até que chegue no próprio líder de opinião é questão patente de curiosidade:

A distribuição da informação e das opiniões se efetua como a da maior parte das mercadorias: através de uma rede de grandes distribuidores por atacado e de pequenos distribuidores por varejo. Os meios de comunicação coletiva atuam como distribuidores por atacado, enquanto que os ‘líderes’ de opinião desempenham um papel de provedores de idéias por varejo. Os ‘líderes’ de opinião formam um escalão intermediário vital naquilo que se chamou de ‘corrente de informação em duas direções’, desde a rádio e do material impresso até os ‘líderes de opinião’, e desses até a parte menos ativa da população. (BIGMAN, In: SCHRAMM, 1969, p. 351).

A esse respeito, Hovland e Weiss inclusive defendem que a importância dos meios, pura e simplesmente, é relativa quanto ao sucesso da transmissão da

informação, o que reforça a importância do líder de opinião como mediador. (In: SCHRAMM, 1969, p. 89).

Em suma, é por meio dessa função de filtro e de difusor que, lentamente, os líderes de opinião vão adquirindo credibilidade. Não é por menos, assim, que a retenção de informações apresentadas por fontes confiáveis têm maior durabilidade nas pessoas que aquelas apresentadas por fontes distantes, ou sem credibilidade. E, como sempre se discute em linhas de via dupla, a credibilidade estende-se a largos passos. Os pequenos grupos, por confiarem na oportunidade oferecida pelo Banco do Povo, tornam-se, em si, confiáveis. Estabelece-se uma relação recíproca de comprometimento – e de mera informação cria-se um projeto mútuo.

CONCLUSÃO

O presente trabalho está pautado numa premissa, sendo que a partir dela vamos desenvolver toda a argumentação cabível. Tem-se aqui como postulado que uma sociedade que não se estrutura de forma a que todos possam ter acesso suficiente aos fatores causadores de seu desenvolvimento é injusta e excludente. É exatamente por isso que se observou a necessidade de se estudar a evolução das relações de trabalho uma vez que a inclusão social necessariamente perpassa por elas.

Uma das primeiras consequências da evolução do paradigma industrial do Ocidente foi a mudança nos padrões de trabalho. A produção de bens por meio de novos métodos industriais aumentou significativamente. Houve um grande deslocamento da força trabalhadora agrícola para a produção industrial, reconfigurando em definitivo as relações produtivas. Contudo, com o advento cada vez mais veloz de inovações tecnológicas, o setor secundário da economia deixou de demandar a força de trabalho humana em larga escala. Assim, é certo que o papel do trabalho na vida do indivíduo se constitua em um dos aspectos mais intrigantes da sociedade contemporânea. Um dos motivos básicos dessa confusão é o precário reconhecimento de todas as implicações das mudanças tecnológicas. O cooperativismo, dessa maneira, surge na esteira de tal contexto, apresentando-se como alternativa tanto econômica como socialmente viável.

Ora, chegou-se aqui no objeto de estudo do nosso trabalho. A gênese cooperativista como alternativa ao modo de produção do capital foi ao longo da pesquisa depurada, até chegarmos ao modelo do Banco do Povo, o verdadeiro Banco dos Pobres, como ideal para o nosso estudo. Indubitavelmente, ao percorrer este caminho fez-se necessário adentrar em conceitos como crédito e microcrédito além de entender a experiência do Grameen Bank como pioneira dos Bancos Sociais. Mas o nosso objetivo principal de pesquisa só é útil a partir

do momento em que se tem uma hipótese; esta, por sua vez, passa obrigatoriamente pelo campo da Comunicação. É imperativo que se estabeleça, pois, a relação de influência da Comunicação para a viabilização do Banco do Povo.

Por mais importante que seja o papel da economia, as grandes transformações da humanidade sempre se apoiaram na Comunicação. Hoje, por outro lado, além de ser suporte de transformação, as ferramentas comunicacionais, tais como a Internet e demais complexos de multimídia, são responsáveis por viabilizar interações que transpõem facilmente as limitações físicas. A era atual é caracterizada como sendo a da globalização, da revolução tecnológica e da democratização. Nesse sentido, o papel da Comunicação é fundamental para os regimes democráticos e de economia globalizada, tanto no setor público quanto no privado, pois assume uma dimensão ideológica.

O papel da Comunicação na globalização é evidente, mas discorrer sobre este tema exigiria um outro trabalho de enorme complexidade; porquanto, após relatar, simplesmente, sobre a função da Comunicação no panorama atual, pretende-se captar em que medida e de que forma a Comunicação auxilia para o funcionamento do Banco do Povo. Tratou-se de desafio interessante, já que o Banco do Povo, sendo uma modalidade cooperativista, historicamente pode vir a ser tomado como a síntese hegeliana dentre as modalidades de fomento à produção, após os modelos puramente feudal e capitalista.

Por um lado, não está pautado em preceitos socialistas, já que todo o crédito concedido individualmente deve ser destinado a um fomento produtivo; tampouco é capitalista, pois apesar do Banco do Povo ser uma instituição inserida no sistema financeiro, possui desentranças burocráticas os quais permitem o acesso dos menos favorecidos; por fim, todo o lucro auferido, se auferido o for, será re-investido para a geração de mais crédito. Logo, o sucesso

do Banco do Povo depende, conforme esse raciocínio, de gestão comunicacional ímpar.

Evidentemente, os meios de comunicação tecnologicamente mais desenvolvidos contribuíram para que diversos países do mundo tivessem acesso à experiência do Grameen Bank com tal rapidez, que passaram imediatamente a implementá-la. Não obstante, o sucesso do mecanismo do Banco do Povo depende de elemento bem mais palpável: a comunicação face-a-face.

O processo comunicacional se estabelece sempre em pequenos grupos ou apenas dentro de uma unidade social mínima, qual seja a família. A possibilidade de entrar no programa oferecido pelo Banco é transmitida em rede, ganhando credibilidade através dos líderes de opinião. Ademais, a cessão de crédito é estabelecida a partir do elemento confiança, a qual se mostra capaz de garantir um ínfimo índice de inadimplência. Mais que isso, a comunicação interpessoal praticada com o intuito de formar grupos restritos de cooperação demonstrou ser método eficaz, gerando liquidez financeira aos dois pólos do processo. Ainda, tal cadeia, quando engrenada, somente fará com que mais pessoas sejam beneficiadas, devido à horizontalidade do procedimento. A comunicação de pequenos grupos é, pois, concomitantemente à comunicação interpessoal, parte do êxito do Banco do Povo.

A ausência de campanhas publicitárias, a inexistência de formalidades atravancadoras, a solidariedade passiva dos credores e a desobrigação de se oferecer garantias reais, nos induzem a crer numa frágil estratégia comunicacional. O fato, entretanto, nos mostra o contrário. Os “agentes de crédito” idealizados por Muhammed Yunus foram capazes de dar ímpeto a múltiplas relações face-a-face. Estas, sempre restritas a pequenos grupos e estabelecidas de maneira concreta, transformam até hoje crédito em mudança de vida e confiabilidade em garantia de sucesso.

BIBLIOGRAFIA

BAUMAN, Zygmunt. **O Mal estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BERELSON, Bernard. La importancia del grupo en la cadena de la información. In: SCHRAMM, Wilbur. **Proceso y Efectos de la Comunicación Colectiva**. Segunda Edición. CIESPAL. Quito-Ecuador, 1969, p. 309-311.

BIGMAN, Stanley K. Prestigio, influencia personal y opinion In: SCHRAMM, Wilbur. **Proceso y Efectos de la Comunicación Colectiva**. Segunda Edición. CIESPAL. Quito-Ecuador, 1969, p. 347-354.

CANCLINI, Nestor García. **A globalização imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DUPAS, Gilberto: **Economia Global e Exclusão Social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo**. 2. ed. Revisada e ampliada. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FISCHER, Rosa Maria. **Cidadania empresarial: um caminho de desenvolvimento**. In: EBOLI, Marisa (Org.) **Universidades corporativas: Educação para as empresas do século XXI**. São Paulo: Schmukler Editores, 1999.

GIDDENS, Antony. **As Conseqüências da Modernidade**. Oeiras: Celta, 2000.

HAZEL, Henderson. **Além da globalização**. São Paulo: Cultrix, 2003.

HOVLAND, Carl I., WEISS, Walter. La influencia de la credibilidad de la fuente en la eficacia de la información. In: SCHRAMM, Wilbur. **Proceso y Efectos de la Comunicación Colectiva**. Segunda Edición. CIESPAL. Quito-Ecuador, 1969, p. 237-249.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. Enigmas da modernidade-mundo. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

KLAPPER, Joseph T. Los efectos comparativos de los diversos medios de comunicación. In: SCHRAMM, Wilbur. **Proceso y Efectos de la Comunicación Colectiva**. Segunda Edición. CIESPAL. Quito-Ecuador, 1969, p. 79-91.

KRECH, David, CRUTCHFIEL, Richard S. La Percepcion Del Mundo In: SCHRAMM, Wilbur. **Proceso y Efectos de la Comunicación Colectiva**. Segunda Edición. CIESPAL. Quito-Ecuador, 1969, p. 98-117.

KUMAR, Krishan. Da Sociedade Pós-Industrial à Pós-Moderna In: **Fordismo e Pós-Fordismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

LAZARFELD, P., BERELSON, B. GAUDET, H. **The People's Choice**. New York: Columbia University, 1948.

LITTLEJOHN, Stephen W. **Fundamentos Teóricos da Comunicação Humana**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Guanabara, 1998.

MCCHESNEY, Robert W. Mídia global, neoliberalismo e imperialismo. In: MORAES, Denis (Org.). **Por uma outra comunicação**. Rio de Janeiro, 2003.

Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. 2. ed., 34^a. Impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986 p. 472.

SEN, Armatya. **Sobre ética e economia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

STIGLITZ, Joseph E. **A globalização e seus malefícios: a promessa não-cumprida de benefícios globais**. São Paulo: Editora Futura, 2002.

YUNUS, Muhammad. **O banqueiro dos pobres: a revolução do microcrédito que ajudou os pobres de dezenas de países**. São Paulo: Ática, 2002.

ZARAFIAN, Philippe. **Trabalho e comunicação nas indústrias automatizadas. Tempo social**. Ver. Sociol. USP. São Paulo 3(1-2): 119-130, 1991.

Dissertações e Teses

DE LIBERAL, Márcia Melo. **As Transformações do Mundo do Trabalho e o Papel da Formação do Profissional**, Tese defendida na Universidade Técnica de Lisboa, em 2001 e pesquisas desenvolvidas pelo Profº João Clemente de Souza Neto.

Jornais e Periódicos

BARBOSA, Mariana 'Emprestar é melhor do dar', diz Paul Singer. **O Estado de São Paulo**. 03 fev. 2003, Caderno A8.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Cooperativismo e a Cooperativa de Trabalho: origens, princípios, conceitos, estruturas e funcionamento**. São Paulo: Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho, 2001.

Eletrônicas

KERSTENETZKY, Celia Lessa. Inequality and poverty: lessons from Sen. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v.15, n. 42, 2000. Available from: http://www.iets.org.br/article.php3?id_article=112&id_qs=56. Acesso em: 06 set. 2006). RADAR SOCIAL.<<http://www.ipea.gov.br>> Acesso em 06 set. 2006.

[http:// www. polis@org.br](http://www.polis@org.br). Acesso em: 19 dez. 2005.

<http://www.portaldocooperativismo.org.br>. Acesso em: 07 jun. 2006.

<http://www.pnud.org.br/idh/>. Acesso em: 28 ago. 2006.

<http://www.sociologos.org.br/> Acesso em: 02 set. 2006.

<http://www.desafios.org.br/>> Acesso em: 02 set. 2006.

<http://www.portaltributario.com.br..> Acesso em: 02 de set. 2006.

<http://www.scielo.br/scielo.php>. Access em: 07 set. 2006.

<http://www.iets.inf.br/biblioteca>. Acesso em: 01 set. 2006.

<http://www.sebrae.com.br>. Acesso em 26 set. 2006.

<http://www.metaong.info/node.php?id=120>. Acesso em 08 set. 2006.

<http://www.fnpi.org>. Acesso em: 25 nov. 2006.

[http:// www. unitus.com](http://www.unitus.com). Acesso: em 28 nov 2006.

<http://integracao.fgvsp.br/ano5/15/administrando.htm>. Acesso em: 28 nov. 2006.

<http://www.metaong.info/node.php?id=120>. Acesso em 08 set. 2006.

ANEXOS

O Banco do Povo e o Nobel da Paz 2006

ANEXO I - Clipping jornais

ANEXO II – Clipping eletrônico

POBREZA ■ Vencedor de 2006 é o criador do sistema de microcrédito, Muhammad Yunus



As mulheres são 96% dos clientes do Banco Grameen, que concede microcréditos em Bangladesh. Os índices de inadimplência são insignificantes

Banco leva Nobel da Paz

• OSLO. Muhammad Yunus, de 66 anos, conhecido como “banqueiro dos pobres”, foi escolhido ontem o Prêmio Nobel da Paz de 2006 junto com o seu Banco Grameen. Fundado em 1976 em Bangladesh, o banco foi o primeiro a oferecer o sistema de microcrédito a pessoas sem recursos.

— Uma paz duradoura não pode ser obtida sem que uma parte importante da população encontre os meios para sair da pobreza — declarou Ole Danbolt Mjoes, presidente do Comitê Nobel norueguês. — O microcrédito é um desses meios.

Surpreso, Yunus agradeceu e disse que doará o 1,4 milhão de dólares que receberá no dia 10 de dezembro. Serão contemplados um projeto em parceria com a Danone para oferecer produtos altamente nutritivos com custo mínimo, um centro oftalmológico e um projeto de acesso à água.

— Vocês estão apoiando o sonho de um mundo sem pobreza — disse o fundador do Grameen, criado depois que a

fome matou milhares de pessoas em Bangladesh.

Depois de Bangladesh, onde a renda per capita anual é de 250 dólares, o microcrédito foi exportado a mais de 40 países.

O Grameen tem 6,5 milhões de clientes, 96% deles mulheres. Yunus já concedeu 5,7 bilhões de dólares em microcréditos e conseguiu com créditos de 27 dólares para proteger pobres de agiotas. A única condição para ser aceito é requisitar empréstimo em grupos de cinco, que devem se ajudar a reembolsar a dívida. O banco tem índice de inadimplência insignificante.

Para Danbolt Mjoes, dar empréstimos a pobres falidos parecia uma ideia impossível.

— O Banco Grameen foi uma fonte de ideias e modelos para muitas instituições no campo do microcrédito que se difundiu por todo o mundo — comentou. — O microcrédito demonstrou ser uma importante força libertadora em sociedades em que, sobretudo as mulheres, lutam contra condições sociais e econômicas muito duras.

“ Erradicação de pobreza pode nos dar uma paz real **”**

Muhammad Yunus, prêmio Nobel da Paz, 2006



Produtoras de arroz são beneficiadas pelos empréstimos

■ Escolha provoca polêmica

A escolha do premiado foi uma surpresa e há quem critique a escolha. Os que não gostaram da versão 2006 do prêmio têm dúvidas sobre se o trabalho de Muhammad Yunus pode ser diretamente ligado à paz.

— Esse deveria ser um prêmio para a paz ou para encorajá-la, como foi no meu caso — disse Lech Walesa, fundador do Solidarnosc, sindicato independente do bloco soviético e que ajudou a derrubar o comunismo na Polônia. — Talvez o nome do prêmio deveria mudar para aqueles que trabalham para eliminar diferenças?

Em 2005, a Agência Internacional de Energia Atômica e o diretor Mohamed ElBaradei levaram o prêmio pelos esforços para não proliferar armas nucleares. Ativistas de direitos humanos costumam ser fortes candidatos.

Outro premiado polêmico é Henry Kissinger, ex-secretário de Estado americano durante a Guerra Fria. Premiado pelo acordo de paz no Vietnã, em 1973, Kissinger é acusado de cometer crimes de guerra.

INTERNACIONAL

PRÊMIO NOBEL

'Banqueiro dos pobres' de Bangladesh ganha o Nobel da Paz

O economista Muhamad Yunus e seu Banco Grameen foram escolhidos por seu esforço para reduzir a pobreza

OSLO

O Banco Grameen (Banco Rural) de Bangladesh e seu fundador, o economista bangali Muhamad Yunus, ganharam ontem o Nobel da Paz de 2006 por criar uma rede de microcrédito para os pobres e bases para o desenvolvimento social e econômico, ajudando milhões de pessoas a sair da pobreza.

Ao anunciar o prêmio, o Comitê do Nobel disse que o trabalho de Yunus mostrou como o esforço para eliminar a pobreza pode resultar em uma paz duradoura: "Essa paz não pode ser alcançada a menos que grupos da população encontrem meios de sair da pobreza. O microcrédito é um desses meios. O desenvolvimento que

programa econômico de microcrédito.

Yunus, o primeiro bangali a ganhar o Nobel da Paz, disse que usará parte do dinheiro de seu prêmio na criação de uma empresa para produzir alimentos de baixo custo, mas também nutrirá os pobres, para os pobres. Outra parte será usada na criação de um hospital oftalmológico para pobres em Bangladesh. "Nem posso acreditar. É uma notícia fantástica não apenas para mim, mas também para toda a nação e as pessoas no mundo que receberam um microcrédito", declarou Yunus em sua casa em Daca. Segundo ele, o Nobel da Paz dará um novo impulso a seu movimento e à luta contra a pobreza em todo o mundo (*ver entrevista abaixo*).

Yunus não dá estrelas e sua filosofia é ajudar os pobres a ajudar a si mesmos. Seu sonho é a erradicação da pobreza. "O Grameen é uma mensagem de esperança, um programa para colocar os destituídos e os sem-teto em um museu que nossas crianças visitam um dia e perguntam: como permitimos que coisas tão terríveis como essas durassem tanto", disse Yunus.

O Banco Grameen foi o primeiro a conceder microcrédito, fazendo pequenos empréstimos a bangalês pobres que não tinham qualificações para empréstimos em bancos convencionais. O chamado "banco dos pobres" informou ter mais de 6,7 milhões de tomadores de empréstimos, 98% deles, mulheres. O Grameen ampliou suas formas de crédito alternativo



FARUKA K. DZOMEL/STAFF

ESFORÇO RECONHECIDO - Yunus comemora a premiação com a filha Dina e amigos em sua casa, em Daca

oferecendo empréstimos imobiliários, financiando pesca e irrigação e oferecendo as tradicionais contas de poupança.

Associação de Yunus para o Nobel foi uma surpresa, pois ele venceu candidatos mais conhecidos, como o ex-presidente da Finlândia Martti Ahtisaari, o ex-chanceler australiano Gareth Evans e o roqueiro Bono, do U2. Segundo o comitê, sua decisão de escolher Yunus entre os 191 candidatos teve o objetivo de encorajar processos em andamento

que 48 moradores tinham empréstimos com o agiota no valor de US\$ 27. "Dei-lhes os US\$ 27 e disse que podiam me pagar quando pudessem. A ideia era que comprassem seu material sem usar o agiota." Todas pagaram o empréstimo e sua generosidade cresceu até transformar-se em um conceito de negócio que levou à criação do Grameen.

• **Let's mais** sobre a premiação na coluna de Celso Ming, pág. B2

• **Let's mais** sobre a premiação na coluna de Celso Ming, pág. B2

• **Let's mais** sobre a premiação na coluna de Celso Ming, pág. B2

• **Let's mais** sobre a premiação na coluna de Celso Ming, pág. B2

• **Let's mais** sobre a premiação na coluna de Celso Ming, pág. B2

• **Let's mais** sobre a premiação na coluna de Celso Ming, pág. B2

• **Let's mais** sobre a premiação na coluna de Celso Ming, pág. B2

Entrevista

Muhamad Yunus, economista e fundador do Banco Grameen

Como criar um banco tirando US\$ 27 do bolso

Mulheres viraram o alvo da instituição quando se comprovou que as famílias se beneficiavam mais de empréstimos para elas

Regina Cardiel

O ganhador do Prêmio Nobel da Paz, Muhamad Yunus, contou em entrevista à Agência Estado como deu início ao Banco Grameen tirando US\$ 27 do próprio bolso para fazer o primeiro empréstimo. O economista, que revolucionou as finanças a partir do conceito de microcrédito, concedeu uma entrevista exclusiva no domingo, enviando as respostas de seu BlackBerry quando estava na Espanha, dois dias depois de visitar a Colômbia para uma série de palestras.

O Banco Grameen existe desde 1976. Com este tempo todo em atuação mudou seu conceito de microcrédito?

O Grameen cresceu muito nos anos. Agora atende a 6,7 milhões de tomadores de empréstimo. Como sempre, o banco é de propriedade dos tomadores de crédito. O Grameen empresta mais de US\$ 800 milhões a cada ano. Todo esse dinheiro vem inteiramente dos depósitos bancários. Não pegamos crédito ou verba de doadores ou de instituições financeiras internacionais. Conosco o banco emprestando US\$ 27 do meu próprio bolso. Então me

talidade foi reduzida sensivelmente, a nutrição infantil melhorou, a mortalidade infantil caiu. Mas não posso dizer que o Grameen mudou o mundo. O mundo mudou sozinho. Mas o Grameen mudou a maneira como as famílias lidam com a pobreza. O mundo mudou sozinho. Mas o Grameen mudou a maneira como as famílias lidam com a pobreza. O mundo mudou sozinho. Mas o Grameen mudou a maneira como as famílias lidam com a pobreza.

O microcrédito é um conceito que poderia funcionar em qualquer país ou há razões econômicas, financeiras ou culturais que possam fazer com que funcione melhor em um país do que em outro?

O microcrédito deveria funcionar igualmente bem em todos os países desde que as barreiras legais e administrativas sejam num mesmo nível. Mas estas barreiras diferem. Algumas países têm programas de bem-estar social que impõem restrições às operações de microcrédito. Em alguns países, as legislações bancárias são aplicadas tão estritamente que os programas de microcrédito não funcionam plenamente.

Num país como o Brasil, onde os pobres são vasta maioria da população, o microcrédito pode ajudar a reduzir a pobreza? E a melhorar a distribuição de renda?

Tenho certeza absoluta de que o microcrédito pode trazer enormes benefícios ao gerar renda para os pobres do Brasil, particularmente para as mulheres pobres. Melhorar a

Qual experiência do Banco Grameen o sr. considera importante para ser aplicada no Brasil?

Lamento não ter qualquer contato com o Brasil. A experiência do Banco Grameen de mobilizar a criatividade interna do pobre, garantindo educação para as crianças pobres e levando-as ao mais alto grau

O Banco Grameen atende a 6,7 milhões de tomadores de empréstimos

de educação, criando uma nova geração na família, adotando fundos de pensão para os pobres, seguro saúde para os pobres, nova tecnologia para os pobres, tudo isto será muito benéfico para os pobres. Criar um banco exclusivo para os pobres, controlado pelos pobres, vai facilitar todas estas iniciativas.

Como o microcrédito está indo no mundo?

Nosso objetivo era levar o microcrédito para 100 milhões das famílias mais pobres em 2005. Alcançamos este número.

um problema?

Nos fizemos negócios com todas as (grupos de) pessoas pobres. Não projetamos nossos bancos para excluir ninguém. Não desconfiamos de ninguém. Não fazemos nenhuma checagem de risco de crédito. Estas coisas são necessárias

em sistemas que querem excluir algumas pessoas indesejadas. Desenhamos um sistema em que todos são bem-vindos. Todos são atendidos igualmente. Nossa taxa de inadimplência é de 99%. Não temos problema de inadimplência.

Qual é, na média, o valor dos empréstimos feitos pelo Grameen?

O Grameen empresta mais de US\$ 800 milhões por ano, como eu disse, e os empréstimos são, em média, de US\$ 130.

Qual é a taxa de juros real cobrada nos empréstimos?

Se considerarmos uma taxa de inflação anual de 8% em Bangladesh, nossas taxas de juros para depósitos vão entre 0,5% e 4%, enquanto as taxas de juros cobradas nos empréstimos variam de 8% a 12%. Nós obtemos um lucro honesto. (O banco concede os empréstimos com taxas variáveis - 8% e 12% - e remunera o investidor com uma taxa que resulta de "mês" dos juros cobrados nos empréstimos.)

Qual é o prazo médio dos depósitos?

A maior parte dos empréstimos tem um ano de duração.

O ESTADO DE S. PAULO

14 de Outubro de 2006

Um Nobel da Paz contra a pobreza

Capa

Nobel da Paz vai para “banqueiro dos pobres”

Muhammad Yunus criou microcréditos que ajudaram milhões em Bangladesh

Sistema que especialistas chamam de revolucionário permite empréstimos de valores pequenos a pessoas sem avalista ou propriedade

RAUL JUSTI LOREZ
 DA REPORTAGEM LOCAL

O prêmio Nobel da Paz foi concedido ontem ao banqueiro Muhammad Yunus, 65, de Bangladesh, e a seu Grameen Bank. Yunus é conhecido como o “banqueiro dos pobres”, por ter desenvolvido o sistema de microcréditos —empréstimos de valores quase irrisórios que ajudaram milhões de miseráveis em Bangladesh, que de outra forma não teriam acesso a crédito no sistema bancário. Sua escolha foi uma surpresa por estar fora dos circuitos diplomáticos ou de resolução de conflitos bélicos. “Uma paz duradoura não pode ser alcançada ao menos que grandes parcelas da população possam sair da pobreza”, declarou o comitê que entregou o prêmio.

“Erradicar a pobreza pode nos dar uma paz real”, declarou Yunus, que anunciou que doará US\$ 1,4 milhão do prêmio à criação de um hospital de olhos, entre outras obras humanitárias em seu país. Economista que estudou nos EUA, Yunus começou a emprestar dinheiro de seu próprio bolso a pobres em Bangladesh que não tinham acesso a linhas de crédito convencionais. Em 1976, ele emprestou o equivalente a US\$ 26 a 42 mulheres que faziam cadeiras de bambu. O grupo pôde pagar pouco depois o empréstimo, que ajudou que elas comprassem mais matéria-prima.

Revolução financeira
 Nos anos 80, com apoio governamental, ele criou o Grameen Bank. Mais de 6,5 milhões de pessoas contam com empréstimos do banco, de US\$ 130 em média cada um, e a devolução chega a quase 99%. Contra os prognósticos pessimistas, a inadimplência é mínima. Cerca de 90% do banco pertence a bengaleses que pedem empréstimos —depositam

Na América Latina, os microcréditos já foram concedidos a 6 milhões de pessoas e a 500 mil microempresas em mais de 20 países. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) começou o programa em 1978, quando a economista Beatriz Harretche concedeu um empréstimo de US\$ 100 a uma cooperativa têxtil uruguaia. “Ambas as experiências inovam ao atender pessoas que não tinham como empreender”, diz o gerente sênior do

Poder às mulheres
 Quase a totalidade dos empréstimos —96%— é concedida a mulheres na zona rural do país, um dos mais pobres do mundo, com 146 milhões de habitantes. “Além de ajudar os mais pobres entre os pobres, o Grameen inovou ao priorizar as mulheres, as mais necessitadas na sociedade bengalesa”, conta o professor Kabir Hassan, do Instituto Americano de Estudos sobre Bangladesh e professor convidado da Universidade de Dacca. “Em Bangladesh, uma sociedade islâmica ortodoxa, as mulheres se casam muito cedo, têm muitos filhos e sofrem com o analfabetismo e machismo. O banco está provando uma mudança gradual ao dar poder a elas.”

América Latina pioneira
 Na América Latina, os microcréditos já foram concedidos a 6 milhões de pessoas e a 500 mil microempresas em mais de 20 países. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) começou o programa em 1978, quando a economista Beatriz Harretche concedeu um empréstimo de US\$ 100 a uma cooperativa têxtil uruguaia. “Ambas as experiências inovam ao atender pessoas que não tinham como empreender”, diz o gerente sênior do

Na América Latina, os microcréditos já foram concedidos a 6 milhões de pessoas e a 500 mil microempresas em mais de 20 países. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) começou o programa em 1978, quando a economista Beatriz Harretche concedeu um empréstimo de US\$ 100 a uma cooperativa têxtil uruguaia. “Ambas as experiências inovam ao atender pessoas que não tinham como empreender”, diz o gerente sênior do



Farjana Goshuly/France Presse

Vencedor do Nobel da Paz, Muhammad Yunus comemora com sua filha, em Dacca, Bangladesh

[+] saibamais Microcrédito é alternativa para excluídos

DA REPORTAGEM LOCAL

Os microcréditos se tornaram uma alternativa ao sistema bancário convencional para quem não tinha acesso a um empréstimo. Yunus começou sua experiência com grupos de mulheres na zona rural de Bangladesh. Quatro mulheres pegavam um empréstimo em conjunto, “solidário”, e o grupo se responsabilizava quando alguma não podia pagar a sua parte.

Mesmo sem fiadores, o conceito de honra em sociedades tradicionais e onde todos se conhecem prevaleceu. O nome era o grande bem de quem pegava o empréstimo. “Sociedades muito desiguais levam à exclusão bancária. Nosso sistema bancário não contempla os segmentos mais pauperizados”, diz o economista Márcio Pochmann, professor da Unicamp.

Mesmo sem fiadores, o conceito de honra em sociedades tradicionais e onde todos se conhecem prevaleceu. O nome era o grande bem de quem pegava o empréstimo. “Sociedades muito desiguais levam à exclusão bancária. Nosso sistema bancário não contempla os segmentos mais pauperizados”, diz o economista Márcio Pochmann, professor da Unicamp.

Uma paz duradoura não pode ser alcançada ao menos que grandes parcelas da população possam sair da pobreza

COMITÊ DO NOBEL

Erradicar a pobreza pode nos dar uma paz real

MUHAMMAD YUNUS

vencedor do Nobel da Paz

Esse sistema alterou radicalmente o tipo de serviços financeiros disponíveis aos pobres

CSAKE MONTOSH
 professor de economia especializado em microcrédito na Universidade da Califórnia

Departamento de Desenvolvimento Sustentável do BID, Antonio Vives.

Os empréstimos atuais do BID em microcréditos chegam a US\$ 6 bilhões. “Nos países mais pobres, onde há pouco crédito, esses empréstimos ajudaram até na compra de ferramentas para o artesanato”, diz.

Com agências internacionais

OS ÚLTIMOS NOBEL

Vencedores do Nobel da Paz



2005 Mohamed El Baradei e Agência Internacional de Energia Atômica
 >> Seu trabalho para evitar o uso da energia nuclear com fins militares

2004 Wangari

Maathai, Quênia
 >> Defensora do desenvolvimento sustentável e ecologia

2003 Shirin Ebadi, Irã

>> Defensora dos direitos humanos e da democracia



2002 Jimmy Carter, EUA

>> Pela mediação em diversos conflitos



2001 Kofi Annan, Gana

>> Pela sua defesa “por um mundo mais pacífico”

2000 Kim Dae-jung,

Coreia do Sul

>> Por obter paz e reconciliação com a vizinha Coreia do Norte

1999 Médicos sem fronteiras (Doctors Without Borders)

>> Trabalho humanitário em vários continentes



1998 David Trimble and John Hume, Irlanda do Norte

>> Pelas medidas para pacificar e resolver o conflito e o terrorismo na Irlanda do Norte



1997 Jody Williams e a Campanha Internacional para a Proibição de Minas

Terrestres, EUA

>> Defensores do banimento das minas no mundo

1996 Carlos Filipe

Ximenes Belo e Jose Ramos-Horta, Timor Leste

>> Pela luta para uma solução pacífica em Timor Leste

FINANÇAS

Governo tenta de novo acertar o passo do microcrédito

Intenção é ampliar valor máximo dos empréstimos e limite de renda do empreendedor

Isabel Sobral
BRASÍLIA

O programa de microcrédito no Brasil já concedeu R\$ 8,4 bilhões em empréstimos, desde 2003 a agosto deste ano, segundo levantamento do Ministério da Fazenda. Apesar da cifra bilionária, o próprio governo reconhece que o programa ainda está longe do sucesso como instrumento de geração de renda para a população carente e prepara modificações nas regras para tentar deslanchar.

Entre as medidas em estudo, técnicos dos Ministérios da Fazenda e do Trabalho buscam fórmulas para retirar as "travas" aos empréstimos com destino produtivo. "Algumas amarras foram definidas no início por cautela, mas o objetivo agora é simplificar", disse o assessor especial do Ministério da Fazenda, Gilson Bittencourt, que participa das discussões.

Atualmente, o microcrédito produtivo orientado – regulamentado por lei em 2005 – permite empréstimos de até R\$ 10 mil, com taxa de juros máxima de 4% ao mês e destinados a empreendedores cuja renda anual não pode ultrapassar R\$ 60 mil. Nesse caso, o tomador de crédito deve apresentar um projeto e recebe orientação.

Em outro segmento, chamado microcrédito popular, os empréstimos, em geral, vão para o consumo. O uso do dinheiro é livre pelo tomador e o limite é também R\$ 10 mil, com taxa de 2% ao mês. O teto de R\$ 10 mil nos dois casos foi igualado este mês com autorização do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), uma das fontes de recursos do segmento produtivo.

Segundo Bittencourt, o governo também pretende elevar para até R\$ 120 mil por ano o limite de renda dos microempreendedores que podem ter direito a esses empréstimos. "Isso ainda precisa de um decreto presidencial", explicou. Por fim, o governo estuda mudanças nos valores máximos permitidos para as operações, algo que ainda terá que ser submetido



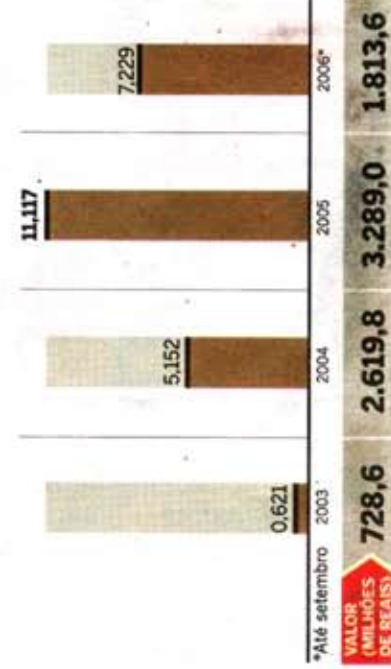
NIELS ANDREAS/AE

PÚBLICO ALVO - Programas brasileiros de microcrédito ainda não deslançaram e a informalidade no País ainda é muito grande

SISTEMA FINANCEIRO

EM MILHÕES

Número de operações de microcrédito



FONTE: MINISTÉRIO DA FAZENDA

do ao Conselho Monetário Nacional (CMN).

A avaliação dentro do governo é que o microcrédito no País ainda tem grande potencial de crescimento e a demora em engrenar se justifica por não ser um simples programa de repasse de dinheiro, mas que envolve uma relação de crédito e obrigação de pagamento.

FALTA CONHECIMENTO

O coordenador do Programa de Microcrédito Produtivo Orientado (PMPO), do Ministério do

Experiência premiada

... A primeira vez que alguém recebeu crédito de pequeno valor e sem garantia foi em 1976, em Bangladesh, pequeno país da Ásia. Muhammad Yunus, um economista recém-formado, emprestou US\$ 27 para ajudar 42 mulheres de uma aldeia a saldarem divisas contraladas com agiotas, para comprar o bambu com que fabricavam cestos. Elas deveriam pagar Yunus quando fosse possível.

Essa "ajuda" marca o início do Banco Grameen, formalizado em 1983 e que até hoje oferece microcrédito sem necessidade de

garantia à população pobre de Bangladesh. Os 6,61 milhões de mutuários – 97% deles mulheres – possuem 94% das ações do banco. O total de empréstimos já desembolsados é de US\$ 5,72 bilhões e o índice de reembolso chega a 98,85%.

O banco tem 2.226 agências em 71.371 vilarejos e 18.795 funcionários. O economista de 65 anos, chamado de "o banqueiro dos pobres", e o banco que ele fundou em 1976 dividiram o Prêmio Nobel da Paz deste ano. •

pósitos à vista dos bancos. O direcionamento é obrigatório e o dinheiro não aplicado nessa finalidade deve ficar recolhido no Banco Central sem qualquer remuneração.

Ainda assim, os bancos não estão cumprindo todas as exigências. Até agosto, segundo o levantamento do Ministério da Fazenda, foi destinado pouco mais de R\$ 1 bilhão pelas instituições para esses empréstimos, cerca de metade do valor devido.

A Federação Brasileira de

Bancos (Febraban) argumenta que em no máximo três anos o total de 2% dos depósitos à vista irá para os empréstimos, porque os bancos não gostam de recolher ao BC, mas de emprestar.

O governo aposta ainda que, melhorando o ambiente regulatório do programa e mantendo-se a redução gradual da taxa de juros básica (Selic), os bancos e os empreendedores vão se interessar cada vez mais pelo microcrédito. •

O ESTADO DE S. PAULO

03 de Novembro de 2006

Governo tenta de novo acertar o passo do microcrédito

Caderno Economia – B04

• Edição de
06:15

O ESTADO DE S. PAULO

JULIO MESQUITA
(1965-0037)

DIRETOR
RUY MESQUITA

SÁBADO

RJ, MG, PR e SC: R\$ 2,50. Demais Estados: ver tabela na página A2.

14 de outubro de 2006 - ANO 127. Nº 41269 www.estad.com.br



CELEBRAÇÃO - Yunus (camisa xadrez) festeja em meio a admiradores: ele usará o dinheiro do prêmio para produzir alimentos de baixo custo e montar um hospital oftalmológico

Um Nobel da Paz contra a pobreza

O economista muçulmano Muhammad Yunus e a instituição financeira que ele fundou em Bangladesh, o Banco Grameen, ganharam o Prêmio Nobel da Paz por criar uma rede de microcrédito que ajudou mais de 6,7 milhões de pessoas a sair da pobreza. O Comitê Nobel anunciou que o "banqueiro dos pobres" foi escolhido entre 191 candidatos porque mostrou que o esforço para eliminar a pobreza pode resultar em paz duradoura. Hoje, vários fundos das principais praças da Europa financiam iniciativas como a de Yunus. ■ PÁGS. A13 A A15 E B2

Bolsa Família terá microcrédito

...O BNDES quer dar microcrédito para os beneficiados do Bolsa Família, a partir do ano que vem. O objetivo são empréstimos para empreendedores. ■ PÁG. A15

O ESTADO DE S. PAULO

14 de Outubro de 2006

'Banqueiro dos pobres'
de Bangladesh ganha o
Nobel da Paz

SINAIS PARTICULARES

LEO MARTINS



Muhamad Yunus, prêmio Nobel da paz

PRÊMIO NOBEL

Pequenos empréstimos já se espalham por 57 países

GENEIRA

O microcrédito já deixou de ser apenas uma atividade para idealistas que querem acabar com a pobreza no mundo. Hoje, vários fundos de investimento nas principais praças da Europa atuam diretamente financiando iniciativas como a dos vencedores do Prêmio Nobel da Paz, Muhamad Yunus e seu Banco Grameen, de Bangladesh.

O pioneiro desses fundos foi o Blue Orchard, criado em Genebra em 1998. "Vimos que essas iniciativas de financiar entidades de microcrédito davam retorno", afirmou Melchior De Muralto, um dos criadores do projeto na Suíça. Hoje, o fundo já soma US\$ 100 milhões e financia projetos da entidade Share, na Índia, da boliviana FIE e outras empresas de microcrédito em pelo menos dez países em desenvolvimento.

No total, 57 países contam com mecanismos de microcrédito, projeto encampado não apenas pelo Banco Mundial como pela ONU, que em 2005 escolheu a iniciativa como seu principal tema do ano. A ONU trabalha agora para criar um departamento que ficaria responsável pela "inclusão financeira" da população mais pobre.

Segundo o Credit Suisse, o que está alimentando o entusiasmo da ONU e do Banco Mundial é o fato de que banqueiros de todo o mundo também querem ganhar com o projeto e estão colocando recursos no sistema.

O Credit Suisse, um dos maiores bancos do mundo, decidiu abrir seu próprio fundo com US\$ 40 milhões, atingindo 57 mil pequenos empresários em 33 países. Segundo o banco, o volume de recursos em fundos como o seu ou o Blue Orchard aumenta em até 40% anualmente.

● JAMIL CHADE

O ESTADO DE S. PAULO

14 de Outubro de 2006

Pequenos empréstimos já se espalham por 57 países

Caderno Internacional – A15

BNDES diz que Bolsa Família vai ter microcrédito

Plano começaria em 2007; Nobel da Paz fez restrição a programas de renda mínima quando esteve no País

Adriana Chiarini

RIO

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) quer conceder microcréditos para os beneficiados pelo programa Bolsa Família. "Isso é desejável e possível", disse ao **Estado** o diretor do BNDES responsável pela área social, Elvino Gaspar. "Vai dar para começar no ano que vem", afirmou.

De acordo com ele, "estão bastante adiantados" os trabalhos entre a instituição financeira e o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), responsável pelo cadastro do Bolsa Família.

No momento, a fase é de compatibilização de informática para uso dos bancos de dados. A idéia é conceder microcrédito orientado produtivo, voltado para o empreendedorismo.

Quando o ganhador do Prêmio Nobel da Paz de 2006, Muhammad Yunus, esteve na sede do BNDES no Rio, em 21 de julho de 2000, disse que o sistema de microcrédito que criou era um instrumento de combate à pobreza superior a programas de renda mínima de governos, em que o dinheiro é doado e não emprestado (como é o Bolsa Família).

Muhamad Yunus explicou, na ocasião, que considerava o microcrédito melhor para a economia por gerar empreendimentos e por seus efeitos — como, eventualmente, criar empregos em

NÚMEROS

R\$ 1,5 mil

é o valor médio por contrato de microcrédito no BNDES, que iniciou esse programa em 1997.

R\$ 49,5 milhões

foram contratados desde 2003.

800 mil

contratos de microcrédito deverão ser feitos até o ano 2011, segundo estimativa do BNDES.

1,4 milhão

de empregos é o total que deve ser gerado ou mantido graças a esses contratos.

casos de sucesso.

Além disso, de acordo com o economista bengali, é importante para a dignidade pessoal de quem recebe os recursos poder devolver o dinheiro, sem dever favor, e sentir que está produzindo.

O assunto foi levantado pelo

Para a economia e a dignidade pessoal, crédito é superior a doação, diz Yunus

senador Eduardo Suplicy (Partido dos Trabalhadores-SP), defensor de programas de renda mínima.

Para o diretor do BNDES, "não se pode contrapor microcrédito e programa de renda mínima". Ele diz concordar com a

teoria de Yunus de que "o microcrédito produtivo é de fato portador de futuro e gera construção de renda para o longo prazo". Por outro lado, argumenta, o programa de "renda mínima é de curto prazo", mas tem razão de ser. "É inadmissível ter gente passando fome e impedir isso é um ato necessário. A renda mínima veio para isso e fez cair drasticamente a fome. Mas em algum momento, vai ter de ser substituída ou reduzida", afirmou Gaspar.

O economista Marcelo Néri, do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), já vinha defendendo o uso do cadastro do Bolsa Família para a concessão do microcrédito.

"É relativamente barato fazer um cartão de microcrédito a partir do Bolsa Família, que já tem todas as informações", disse. "É melhor que a porta de saída da pobreza seja menos uma porta e mais um trampolim. O microcrédito é um trampolim", afirmou o especialista.

Néri lembra que o crédito por si só não gera oportunidades, mas permite que as pessoas aproveitem as que têm. Para ele, o sistema criado por Yunus não deu tão certo no Brasil quanto em Bangladesh porque o crédito, em geral, não é bem desenvolvido no nosso País — os juros são altos; o crédito é pouco em relação ao tamanho da economia; vai mais para consumo do que para produção; é mais de curto que de longo prazo e tem mais oferta para a população de alta renda do que para a de baixa renda. ●

O ESTADO DE S. PAULO

14 de Outubro de 2006

BNDES diz que Bolsa Família vai ter microcrédito

Caderno Internacional — A15



Banqueiro dos pobres

Foram um banqueiro e seu banco os ganhadores do Prêmio Nobel da Paz deste ano.

Mas não se trata nem de um banqueiro nem de um banco qualquer. Seus empréstimos são feitos sem análise de risco, sem garantias, sem contrapartidas, sem contrato por escrito, sem cobrança judicial. Só não dá para dizer que o trato seja feito na base do "fio de bigode" porque 96% da clientela é mulher. Em todo o caso, tudo funciona na base da confiança.

Muhammad Yunus (foto), 66 anos, nasceu em Bangladesh (antigo território de Bengala Ocidental) e formou-se em Economia nos Estados Unidos. Ao passar pelo vilarejo de Jobra, em 1972, emprestou o equivalente a US\$ 27 para 42 pessoas muito pobres. Quatro anos depois, fundou o Banco Grameen (Banco das Aldeias). Yunus é o pioneiro do microcrédito, que se espalha hoje por 57 países.

Seu banco empresta o equivalente a US\$ 800 milhões por ano. O empréstimo médio é de US\$ 130. É um dinheiro que raramente vai para o consumo. O objetivo é dar um meio de garantir alguma forma de produção. Pode ser o financiamento de um liquidificador para uma senhora que pro-

duz comida para terceiros; um secador profissional para uma cabeleireira; um celular para um canador que, assim, pode ser chamado à casa do cliente sem ter de voltar para sua base de trabalho.

Por princípio, Yunus não dá esmolas, nem que seja para um aleijado que estende a mão numa calçada, uma criança abandonada ou mãe molambenta com filho no colo. Sua proposta é passar ao cliente a idéia de que é capaz de sair sozinho do buraco em que está. Com essa filosofia, Yunus dificilmente aprovaria programas sociais como o Bolsa-Família ou o Fome Zero, iniciativas eminentemente assistencialistas.

Em contrapartida, o Banco Grameen não aceita doações. Trabalha com os recursos dos depositantes e dos empréstimos que levanta em outras instituições financeiras.

Em maio tinha 2.226 agências, 226,7 milhões de clientes e 6,7 milhões de tomadores de empréstimo em 70 lugarejos de Bangladesh. A idéia de atender preferencialmente mulheres vem de sua observação de que elas assumem a maioria das responsabilidades da casa e do cuidado dos filhos. Os 12 mil funcionários são remunerados a salários de mercado. Parte dos lucros é aplicada em uma fundação que presta assis-

tência em catástrofes naturais.

O crédito não é negociado individualmente, mas em grupos de cinco ou seis pessoas, solidárias entre si. Uma cuida de que a outra cumpra seu contrato. O pagamento do empréstimo nas condições contratadas habilita automaticamente o tomador a novo empréstimo. O Banco se orgulha de ter um índice de inadimplência de apenas 1,1%, número que nenhum banco convencional é capaz de ostentar.



Não dá para ignorar o duplo viés político do critério da Real Academia de Oslo ao conceder esse Prêmio Nobel. Foi dado a um muçulmano formado nos Estados Unidos e, portanto, a alguém que incorporou valores ocidentais. E a uma instituição bancária encorajada pelo Banco Mundial, um dos pilares de Bretton Woods (o outro é o Fundo Monetário Internacional), sustentáculo do capitalismo moderno (desde 1944).

No Brasil os programas de mi-

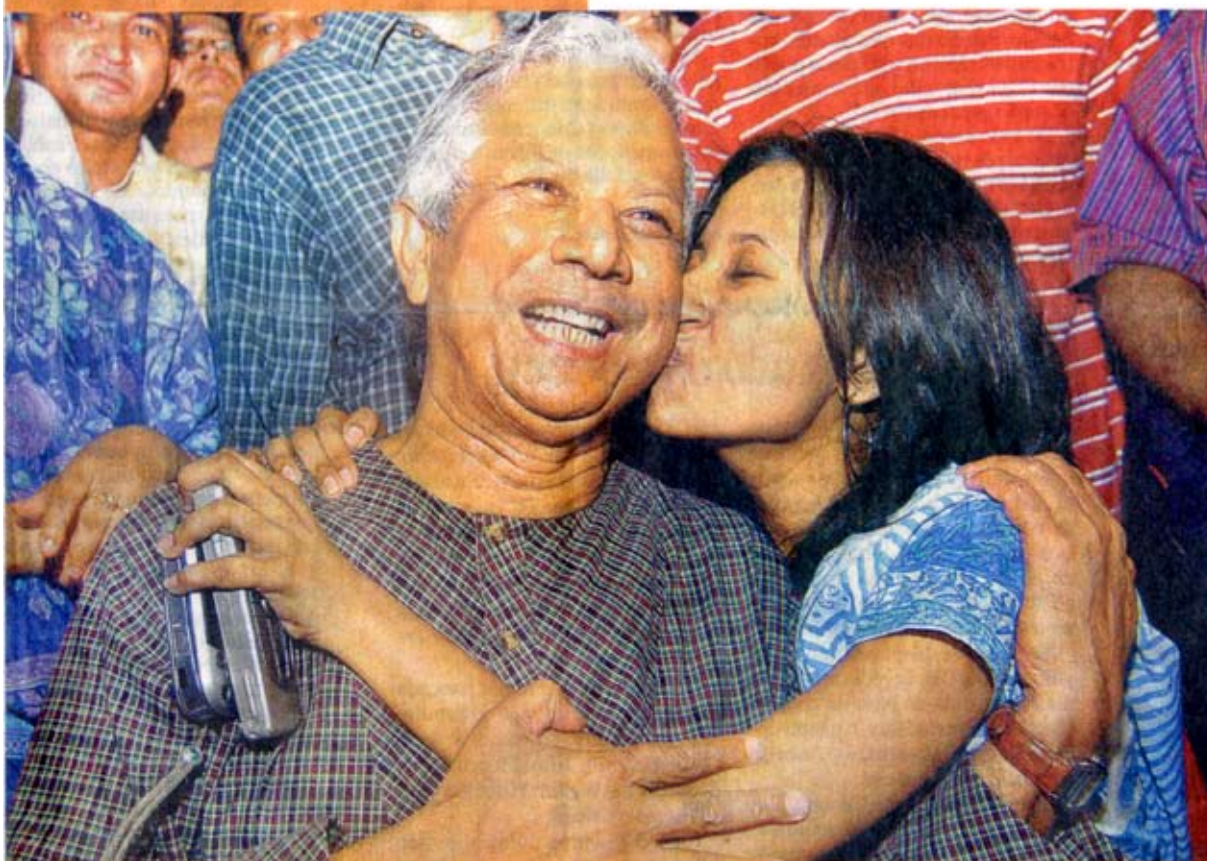
crocrédito ainda não são um fracasso retumbante, mas também não conseguem decolar. Começaram no primeiro ano do governo Lula, por meio da Resolução 3.109 do Conselho Monetário Nacional, que obrigou os bancos a destinar 2% dos seus depósitos à vista a microempréstimos, a juros nominais de 2% ao mês que, acrescidos de outros custos, normalmente se elevam a alguma coisa em torno dos 4% ao mês. Os administradores dessas carteiras se queixam de que são segmentos com muitas restrições, alto custo operacional e baixo retorno. Empréstimo R\$ 50 mil para compra de um carro exige a administração de apenas um contrato; emprestar R\$ 50 mil para 50 pobres são 50 contratos e muita dor de cabeça. É pequeno o volume de empréstimos direcionado para atividades produtivas.

O erro básico parece ser o de exigir que bancos convencionais operem em nichos que não têm nada a ver com a natureza do seu negócio. Seria como obrigar o rei da soja a cultivar uma horta em cada plantação ou a Dashua destinar 2% de suas vendas ao atendimento a favelados. Quem sabe vender fogão a prazo para trabalhador que não tem carteira assinada, mas pode pagar, é as Casas Bahia. ■

mundo

Banqueiro ganha **Nobel da Paz** por criar microcrédito em Bangladesh

Pág. A16



Muhammad Yunus, ganhador do Nobel da Paz, é beijado pela filha Dina após receber a notícia do prêmio em Bangladesh

FOLHA DE S. PAULO

14 de Outubro de 2006

Banqueiro ganha Nobel da Paz por
criar microcrédito em Bangladesh
Capa

Pavel Rahman/AP



MUHAMMAD YUNUS comemora o Nobel com vizinhos

Banqueiro dos pobres ganha Nobel

• O economista bengalês Muhammad Yunus e o banco Grameen, fundado por ele, ganharam o Prêmio Nobel da Paz, por um programa pioneiro de microcrédito, copiado em mais de cem países, inclusive no Brasil. Conhecido como banqueiro dos pobres, Yunus emprestou US\$ 5,7 bilhões a 6,61 milhões de mutuários. Segundo o comitê do Nobel, a paz não pode ser alcançada se a população não achar meios para sair da pobreza. **Página 37**

O GLOBO

14 de Outubro de 2006

Banqueiro dos pobres ganha Nobel

Capa

JC Negócios

FERNANDO CASTILHO

E-mail: castilho@jc.com.br



Yunus e o Bolsa-Família

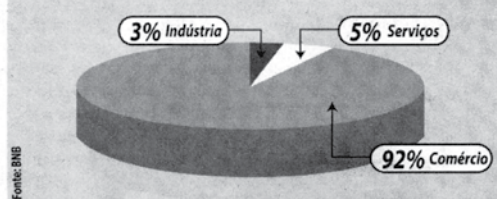
A indicação do pioneiro do microcrédito, Muhammad Yunus, e seu Grameen Bank, de Bangladesh, para o prêmio Nobel da Paz reforça o debate sobre como programas como o microcrédito poderão ajudar as pessoas a melhorar de vida e gerar renda, especialmente se associados a programa como Bolsa-Família, que acabou virando um dos temas centrais da campanha eleitoral de 2006.

Mas, ao contrário do que afirmam as autoridades que se apressam em homenageá-lo, Yunus diz que apenas isso não pode eliminar a pobreza, o que talvez explique o fato de o Comitê do Nobel tenha conferido a ele o prêmio da paz e não o de economia. Segundo Yunus, os mais pobres necessitam mais de dinheiro do que de treinamento, pois de alguma forma eles já possuem uma habilidade geradora de renda. O que lhes falta, adverte, é capital para concretizar ou dinamizar essa capacidade. E recomenda que, diante de choques adversos dos devedores, as dívidas devem ser cobradas. Alongadas e terem prestações mais baixas, mas cobradas.

O conceito de microcrédito é visto como o que os economistas chamam de uma das "portas de saída" das pessoas que recebem o Bolsa-Família e que com ele poderiam gerar renda própria. Mas apesar do enorme sucesso, especialmente no Nordeste, onde o BNB opera o CrediAmigo, existem problemas que a própria instituição tenta resolver. Porque o que está claro é que, sozinho, não assegura uma mudança de patamar social para quem o toma para investir.

Quem toma dinheiro emprestado

CrediAmigo - Nordeste



Desempenho ruim de quem usa crédito

Um estudo da Fundação Getúlio Vargas feito no ano passado pelos economistas Marcelo Neri e André Luiz Medrado analisando o desempenho de programas como o CrediAmigo, entre 1997 e 2003, mostra que a receita média caiu 19,5% para as pessoas que trabalham por conta própria e 8,9% para os empregadores de baixa renda. Também caiu o lucro (11,7%) e os investimentos (34,3%) por conta própria. E sua participação na receita total do PIB caiu de 8% para 6%.

Diffícil acesso

Na pesquisa, Neri e Medrado identificam que um dos motivos que impedem o desenvolvimento do setor informal é a falta de acesso a crédito. Mas conceder crédito não é fácil porque custa caro. Talvez por isso é que instituições não bancárias tenham tido mais sucesso, pois conseguem emprestar e acompanhar melhor.

Muita burocracia

Yunus é ainda mais crítico: as instituições internacionais de ajuda gastam muito dinheiro com salários e bonificações para os seus técnicos e consultores, em burocracias internas e dos países ajudados e na compra equipamentos do seu próprio país-sede e gastam em contrapartida muito pouco com os pobres em si.

BNB se orgulha do programa

O CrediAmigo é o maior programa de microcrédito produtivo orientado do País e realizou 2,98 milhões de empréstimos no apoio a microempreendedores do Nordeste, norte de Minas e norte do Espírito Santo.

JORNAL DO COMÉRCIO

14 de Outubro de 2006

Yunus e o Bolsa-Família

Caderno de Economia - p. 02

ARTIGO

Entre política social e mercado

Nobel da Paz amplia o sucesso dos microcréditos, que dependem da qualidade das redes de conhecimento local; expansão é difícil, e demanda é muito maior que oferta

Foundation sugerem que há demanda para operações de mais de US\$ 300 bilhões, frente a uma oferta da ordem de apenas US\$ 4 bilhões.

O conhecimento local, a confiança que se constrói por meio da solidariedade e por laços de vizinhança e a necessária capilaridade extrema da rede de relacionamentos desse sistema são parte da explicação para a aversão dos bancos privados a esse tipo de operação, de custos elevados na organização e no monitoramento das milhões de microcontas. Mas a proliferação de redes digitais colaborativas tem contribuído para uma significativa redução de custos, viabilizando verdadeiros "bancos locais".

Finanças de proximidade

O Nobel de Yunus certamente ampliará o interesse e até o



Muhammad Yunus celebra Nobel da Paz em Dacca, Bangladesh

prestígio do microcrédito e de projetos similares. Mais que a dimensão "micro", importa nessas operações o seu caráter solidário, o capital social que se associa a cada operação individual. Ricardo Abramovay, professor da USP, tem alertado pa-

ra a ênfase excessiva em microcrédito quando o que mais importa é a natureza das redes e organizações de "finanças de proximidade", capazes de converter redes de relações sociais entre indivíduos em redução de custos de transações bancárias.

Na sua visão, é o conhecimento entre as pessoas, produto de relações de vizinhança, que reduz a assimetria de informação típica de qualquer transação convencional. Ele também alerta para o papel das finanças de proximidade não apenas como operações de repasse de fundos públicos. Sua principal virtude consistiria em estimular a poupança dos integrantes das redes sociais em que é implementada.

No Brasil, a trajetória do microcrédito tem sido instável, com altos e baixos. O BNDES chegou a interromper as operações quando se constatou irregularidades em ONGs. Há um risco, típico do "onguismo", de surgirem intermediários que atuam como exploradores da miséria alheia.

Segundo Elvio Lima Gaspar, diretor do BNDES responsável

pela área social, houve um amadurecimento no sistema na medida em que outra precisão conceitual foi introduzida, privilegiando o "microcrédito produtivo orientado" e articulando o direcionamento de recursos a políticas de integração regional e sub-regional.

A inadimplência no Brasil, nesse tipo de operações, tem sido da ordem de 3% e, em alguns casos, fica abaixo de 0,8%. Nos próximos cinco anos, entre operações em curso e já aprovadas, cerca de R\$ 59 milhões serão direcionados ao microcrédito, com geração de 1,4 milhão de empregos.

Há estudos em curso, mobilizando equipes do BNDES e do Ministério do Desenvolvimento Social, para articular o cadastro do Bolsa-Família com a política nacional de microcrédito produtivo orientado. Segundo o BNDES, está em fase final de preparação uma nova política em que o microcrédito será uma ponte entre o estágio mais assistencialista e emergencial do Bolsa-Família e a etapa mais avançada em que despontam as micro e pequenas empresas.

GILSON SCHWARTZ, economista e sociólogo, é professor de ECA-USP e diretor da Cidade do Conhecimento (www.cidade.usp.br).

Muhammad (3/2/06)

FOLHA DE S. PAULO

15 de Outubro de 2006

Entre política social e mercado
Caderno Mundo – A32

Opinião

O banqueiro dos pobres e da paz

GUSTAVO KRAUSE

Muhammad Yunus foi agraciado com o Prêmio Nobel da Paz 2006. Não se trata de homem de Estado; não é militante clássico das causas humanitárias; nem se enquadra na categoria do quase-santo, todos ajustados ao figurino merecedor da grande honraria. Yunus é um banqueiro. Um banqueiro diferente tanto que passou a ser chamado "o banqueiro dos pobres" por uma simples razão: é um ser humano especialíssimo; um revolucionário de idéias, conceitos e práticas.

Ele fundou, no paupérrimo Bangladesh, em 1976, o Grameen (aldeia, povoado, camponês) Bank. Dois anos antes, o jovem professor de economia, inconformado com a situação de uma viúva, chamada Sufia (um dos 65 milhões de camponeses miseráveis do país), que fabricava e vendia tamboretas ao seu agiota, resolveu emprestar US\$ 27 a ela e 42 mulheres na mesma situação. Podiam vender a quem quisessem sob a orientação dos alunos de Yunus. Resultado: Sufia e os fabricantes de tamboretas de bambus se libertaram do comprador, dos juros exorbitantes, dos míseros dois centavos de dólar que restavam como lucro diário e

honraram o empréstimo. Assim começou a história do banco dedicado a uma clientela muito especial: pobres, analfabetos e mulheres.

Decorridos 30 anos, o Grameen Bank emprestou US\$ 5,7 bilhões a 6,6 milhões de tomadores, dos quais 96% são mulheres, e a inadimplência é de 5%. Milagre? Não. Curiosamente, Yunus usou o instrumento convencional do capitalismo: o banco. Manteve a lógica das instituições bancárias: o que é emprestado deve ser pago. Todavia, subverteu verdades petrificadas, revolucionou conceitos tradicionais e ignorou dogmas estabelecidos com a lúcida rebeldia dos espíritos inconformados.

A primeira: a dicotomia entre trabalhador e empreendedor. Para Yunus, o trabalho deve ser enfocado como um modo empreendedor. As pessoas precisam acreditar nisso e as instituições devem trabalhar para isso de forma diversa como trabalho, ora excluindo os pobres, ora os corrompendo com políticas assistencialistas o ânimo de prosperar das pessoas.

A segunda: o empréstimo esgota a relação entre a instituição e a pessoa que toma o dinheiro emprestado. Para Yunus, empréstimo é um elo de responsabilidades recíprocas,

um caminho de promoção para as pessoas. Cem por cento da "família Grameen estuda. O banco, hoje, é um conglomerado de empresas em várias áreas (telefonia, tecnologia da informação), dispõe de linhas de crédito para setores tradicionais (pesca, têxtil), para acesso à habitação e água, tudo buscando o ideal da inclusão social. O juro dos empréstimos oscila entre 8,5% e o máximo de 20% ao ano. A inadimplência é, também, um problema do banco.

A terceira: a falência é um desastre irremediável. Para Yunus, a falência faz parte do negócio. A capacidade de empreender se manifesta, também, na capacidade de recomeçar.

Por essas e outras, já perguntaram ao novo Prêmio Nobel da Paz: "Você é banqueiro ou filósofo?" Descontado o viés depreciativo, Yunus é os dois, uma raridade na medida em que pensa bem e age melhor ainda. Sem tirar os pés do chão, diz coisas do tipo: "A pobreza não está dentro do ser humano, as pessoas não nascem com elas. A pobreza é uma coisa que se constrói com o tempo, por idéias, repassadas através de geração (...). Criticar e condenar a globalização não é uma coisa muito inteligente. Penso que a globalização é uma oportunidade. Se colocarmos

os pobres no caminho da globalização será muito bom para eles."

Em meados de junho de 2001, uma expedição de brasileiros foi até Yunus; Yunus veio ao Brasil. Infelizmente, nada aprendemos com este homem admirável. Nossos programas de microcrédito, lançados pelo governo federal com pompa e circunstância, têm resultados frustrantes; nossas políticas compensatórias, inclusive o Bolsa-Família, aliviam o presente, o que é importante; comprometem, porém, o futuro dos que ultrapassam a linha de pobreza, o que é trágico.

Agora, "o banqueiro dos pobres e da paz", universalmente reconhecido, aparece ao mundo inteiro e volta a se mostrar ao Brasil no momento exato da sucessão presidencial. Bem que poderia lançar uma luz sobre o País dividido, onde os pobres servem de massa de manobra eleitoral e o que é mais grave: uma divisão que é, como disse, Roberto Cavalcanti, no artigo intitulado *A nova geografia do voto* (edição de 13/10/06) "o solo fértil para mais uma onda de populismo".

» Gustavo Krause, consultor de empresas, foi ministro da Fazenda e do Meio Ambiente.



O microcrédito não avança

As operações de microcrédito no Brasil começaram três anos antes da criação do Banco Grameen, em Bangladesh, primeira instituição especializada em microcrédito. Há duas semanas, o Banco Grameen recebeu o Prêmio Nobel da Paz por sua contribuição para redução da pobreza no mundo. Enquanto isso, apesar do seu pioneirismo, o microcrédito continua malparado no Brasil.

A primeira rede de microcrédito do País surgiu em 1973, com a União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações, conhecida como UNO. Funcionou no Recife e em Salvador até 1991, distribuindo pequenos empréstimos a pessoas do setor informal urbano. Fechou por não conseguir se auto-sustentar. E essa é uma história que se repete com outros projetos desse tipo.

Não dá para dizer que faltam recursos para o microcrédito. Para dar força à idéia, em 2003, uma resolução do Conselho Monetário Nacional determinou que 2% da média diária dos depósitos à vista dos bancos brasileiros deveriam se destinar a operações de microfinanças. Por esse meio, há hoje R\$ 950 milhões disponíveis, segundo dados do Ministério do Traba-

lho. No entanto, a carteira nacional de microcrédito ativa não passa dos R\$ 300 milhões.

Os bancos preferem deixar esses recursos parados no Banco Central a utilizá-los na distribuição de microcréditos, como explica Luiz José Bueno de Aguiar, diretor para assuntos institucionais da Associação Brasileira das Entidades Operadoras de Microcrédito (Abcred). Os dirigentes dos bancos argumentam que não conhecem o negócio e que não conseguem administrar essa carteira para a qual não há garantias formais, como estabelecem as normas do Banco Central. Acrescentam que esse crédito é caro demais na medida em que os obriga a fazer provisões.

Além dos recursos provenientes dos depósitos à vista, os bancos oficiais também têm à sua disposição outros R\$ 200 milhões provenientes do Fundo de Assistência ao Trabalhador (FAT). Mas os dirigentes dos bancos estatais repetem os argumentos dos administradores dos bancos privados. Decididamente, não se sentem em condições de tocar o negócio.

O professor Paul Singer, secretário nacional de Economia Solidária, reconhece que este não é um segmento que deve ser administrado pela rede ban-

cária convencional. "Banco existe para dar crédito para quem tem crédito. Microcrédito é para quem não tem crédito e isso é coisa para especialistas, para as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips) e para as cooperativas de crédito."

Para que funcione, os candidatos à obtenção de um microcrédito devem ser orientados por um agente de crédito, que faz entrevistas, analisa as relações do microempreendedor



com fornecedores e clientes, fecha a operação e, depois, faz seu acompanhamento. Uma das maiores dificuldades das instituições que atuam nesse ramo é segurar esses funcionários. A Associação VivaCred, por exemplo, que atua na Favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, leva seis meses para formar os agentes, que recruta entre universitários ou mesmo entre secundaristas que moram na favela. "Mas eles abandonam o trabalho quando terminam a faculdade ou quan-

do conseguem outro emprego", lamenta-se Antônio César Martins, gerente da entidade.

O diretor-superintendente para microcrédito do Sebrae, José Luiz Ricca, entende que falta coordenação nacional. Observa que existem muitas iniciativas desse tipo no Brasil, mas estão muito isoladas, cada uma atuando do seu jeito. Para ele, além de integração, falta definição de mecanismos que facilitem o acesso à informação.

Almir Pereira, coordenador do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), subordinado ao Ministério da Fazenda, acredita que a padronização do plano de contas e regras de uniformização do setor trarão transparência e isso deverá ajudar a desenvolver o projeto.

Paul Singer observa que os benefícios do microcrédito na erradicação da pobreza são comprovadamente altos. "Simplesmente, dobram a renda das pessoas. E este é um resultado bom demais para que seja abandonado à sua própria sorte." Mas ele prefere que o microcrédito saia da área dos bancos, que não estão preparados e não querem operar nesse nicho, e se concentre nas cooperativas de crédito. ● COLABOROU DANIELLE CHAVES